

PEREGRINOS E ESTRANGEIROS NESTE MUNDO

Subsídio para a formação permanente
sobre o Capítulo IV das
Constituições gerais da OFM

Ordem dos Frades Menores

PEREGRINOS E ESTRANGEIROS NESTE MUNDO

Subsídio para a formação permanente
sobre o Capítulo IV das
Constituições gerais da OFM

Tradução de Frei Celso Márcio Teixeira

Roma 2009

APRESENTAÇÃO

No contexto em que se celebra o VIII Centenário da Fundação da Ordem, tenho o prazer de colocar à vossa disposição o presente subsídio sobre o Capítulo IV das Constituições gerais, intitulado *Peregrinos e estrangeiros neste mundo* (1Pd 2,11; RB 6,2), que oportunamente foi estudado e aprovado pelo Definitório geral.

Este subsídio, elaborado de acordo com as linhas diretrizes dos precedentes: *Nossa identidade franciscana* (1991), *Espírito de oração e devoção* (1996) e *Vós todos sois irmãos* (2002), tem como principal objetivo oferecer aos irmãos e às fraternidades alguns elementos que poderão favorecer a formação permanente de nossas fraternidades. Por este motivo, vos convido a buscar os meios, os modos e os tempos mais adequados para que vos beneficiéis da melhor maneira desta contribuição.

O título deste subsídio, *peregrinos e estrangeiros neste mundo*, coloca-nos em comunhão com os grandes temas de nossa espiritualidade. Destacam-se, entre eles, a minoridade, a promoção da justiça e da paz, o cuidado pela criação, o não apropriar-se de nada, a vida entre os pobres e o trabalho fiel e devoto. Temas que, inspirados e sustentados pelo Evangelho, estabelece um novo tipo de relações com Deus, com as pessoas e com as coisas.

Como *peregrinos e estrangeiros*, somos chamados a ser sinais da transcendência, de uma plenitude que se nos oferece e que se alcança além dos limites do espaço e do tempo. Um mundo novo de relações que não entra necessariamente em oposição nem em contradição com o que já estamos vivendo. Mais ainda, um mundo de significados que se inicia nas condições atuais e que se aperfeiçoa na eternidade. Neste sentido, como veremos, a imagem da casa e a do caminho nos ajudarão a harmonizar as dimensões de imanência, transparência e transcendência que comporta a presença do Reino dos céus. A imagem da casa permite-nos compreender que este mundo social, cultural e físico já é espaço propício para o encontro e a convivência fraterna; uma casa, no entanto, que deve ser construída, e da qual se deve cuidar com esmero, de tal forma que se transforme em sinal da fraternidade universal, onde todos os seres humanos tenham seu lugar. E a imagem do caminho, por sua parte, indica-nos que nossa meta definitiva está além de todos os condicionamentos culturais e de suas legítimas e justas diferenças, e onde o Senhor nos acompanha e fala de uma maneira muito especial, como aos discípulos de Emaús (cf. *O Senhor nos fala no caminho*, 5-6).

Dentro deste horizonte de compreensão, *ser menores* significa abandonar toda atitude e forma de prepotência ou desejo de dominação para aproximar-se *do diferente*, libertos de preconceitos negativos, desarmados de toda suspeita e, por pressuposto, dispostos a acolhê-lo como a um irmão ou a um amigo muito querido. Não se trata tampouco de adotar uma posição de inferioridade, de infantilismo, de ingenuidade ou de passividade servil diante do *outro*. Francisco de Assis conseguiu irmanar e harmonizar perfeitamente a simplicidade com a sabedoria, a obediência com a caridade e a pobreza com a humildade (cf. SV 1-3).

O estar neste mundo cultural e religioso não como simples expectadores, mas como atores do mesmo, exige, além do mais, que sejamos promotores da justiça e da paz, que

construamos relações mais humanas e fraternas, que tratemos de resolver as tensões e os conflitos através do diálogo e da não-violência e que nos oponhamos a toda forma de tortura e de morte, especialmente à corrida armamentista. Esta posição dentro do mundo nos conduz também a nos constituirmos em guardas da criação, de tal maneira que ela não seja considerada como uma simples mercadoria de compra e venda e, nesta condição, explorada sem misericórdia; é necessário, para isso, recuperar seu valor simbólico-religioso, de tal modo que o ser humano possa redescobrir a bondade, a sabedoria e a beleza de Deus na criação.

Ao entrar em relação com as pessoas e as coisas, nossa espiritualidade nos abre o caminho de expropriação para que possamos desenvolver os valores da liberdade, da gratuidade, da generosidade e da solidariedade; de fato, quem pretende possuir ou apropriar-se das pessoas ou das coisas acaba sendo possuído por elas. No mundo social em que nos movemos, igualmente, a condição dos pobres deve ser nosso modo natural de vida; somente a partir desta localização nos será mais fácil caminhar com eles e solidarizar-nos com eles na busca de relações fraternas e de condições de vida mais humanas, como merecem os filhos de Deus. O estar neste mundo de relações humanas e com o universo inteiro, finalmente, compromete-nos a viver de nosso trabalho, a dedicar-nos a ele, como nos diz São Francisco de Assis, fiel e devotamente; um trabalho manual e intelectual que esteja orientado para a subsistência, a realização pessoal e fraterna e a serviço prazeroso dos outros.

Desejo concluir esta apresentação, expressando meus sentimentos de apreço e gratidão a todos os irmãos que colaboraram no planejamento e na realização deste subsídio, tanto os coordenadores, como os peritos ou tradutores. De uma maneira especial, a Vincenzo Brocanelli, Luís Cabrera, Vicente Felipe, David Flood, Johannes Freyer, Massimo Fussarelli, Javier Garrido, John Hardin, José Antonio Merino, Joe Rozansky, Bill Short, Nestor Schwerz e Cesare Vaiani. Que o Senhor vos abençoe, irmãos, e vos recompense abundantemente por este valioso serviço a todos os irmãos da Ordem.

Roma, 2 de agosto de 2008

Festa de Santa Maria dos Anjos

Fr. José Rodríguez Carballo, ofm

Ministro Geral

ABREVIACES

Sagrada Escritura

Am – Ams

Ap – Apocalipse

1Cor – Primeira Carta aos Corntios

Dt – Deuteronmio

Ex – Êxodo

Fl – Carta aos Filipenses

Gn – Gnesis

Hb – Carta aos Hebreus

Is – Isaas

Jo – Evangelho de São João

Jr – Jeremias

Lc – Evangelho de São Lucas

Lv – Levtico

Mc – Evangelho de São Marcos

Mt – Evangelho de São Mateus

1Pd – Primeira Carta de Pedro

Rm – Romanos

Sl – Salmos

1Ts – Primeira Carta aos Tessalonicenses

2Ts – Segunda Carta aos Tessalonicenses.

Escritos de São Francisco

Ad – Admoestações
LD – Louvores ao Deus Altíssimo
LH – Louvores de Deus nas Horas Canônicas
1Ct – Primeira Carta aos Custódios
1Fi – Primeira Carta aos Fiéis
2Fi – Segunda Carta aos Fiéis
PA – A perfeita alegria
PN – Paráfrase do Pai-nosso
RB – Regra Bulada
RnB – Regra não Bulada
SV – Saudação às Virtudes
Test – Testamento

Biografias de São Francisco

1Cel – Primeira Vida, de Tomás de Celano
2Cel – Segunda Vida, de Tomás de Celano
Fior – I Fioretti
LM – Legenda Maior, de São Boaventura
LP – Legenda Perusina
LTC – Legenda dos Três companheiros

Documentos da Igreja

CA – *Centesimus annus*, Carta encíclica de João Paulo II, 1991
CIC – *Catecismo da Igreja Católica*, 1992
GS – *Gaudium et spes*, Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo, do Concílio Vaticano II, 1965

LE – *Laborem exercens*, Carta encíclica de João Paulo II, 1981

MM – *Mater et Magistra*, Carta encíclica de João XXIII, 1961

NMI – *Novo Millenio ineunte*, Carta apostólica de João Paulo II, 2001

OA – *Octogésima adveniens*, Carta apostólica de Paulo VI, 1971

PP – *Populorum progressio*, Carta encíclica de Paulo VI, 1967

RH – *Redemptor hominis*, Carta encíclica de João Paulo II, 1979

SCar – *Sacramentum caritatis*, Exortação apostólica de Bento XVI, 2007

SRS – *Sollicitudo rei socialis*, Carta encíclica de João Paulo II, 1987

VC – *Vita consecrata*, Exortação apostólica de João Paulo II, 1996

Documentos da Ordem

Bah – *O Evangelho nos desafia*, mensagem do Conselho Plenário da Bahia, Brasil, 1983

CCGG – *Constituições gerais*, Roma, 2004

ETEv – *Encher a Terra com o Evangelho de Cristo*. O ministro geral aos Frades Menores sobre a evangelização: da tradição à profecia. Roma, 1996.

FP – *A Formação Permanente na Ordem dos Frades Menores*, Roma, 1995

Prioridades – *Seguidores de Cristo a serviço de um mundo fraterno*. Guia para o aprofundamento das prioridades da Ordem dos frades menores (2003-2009)

RFF – *Ratio Formationis Franciscanae*, Roma, 2003

RS – *Ratio Studiorum OFM*, Roma, 2001

Sdp – *O Senhor te dê a paz*, Documento do Capítulo geral OFM, Roma, 2003

Sfc – *O Senhor nos fala no caminho*, Documento do Capítulo geral Extraordinário OFM, Roma, 2006.

INTRODUÇÃO

O Definitório geral, continuando com o projeto, iniciado há 14 anos, de publicar material que ajude a aprofundar o conhecimento e a vivência das Constituições gerais de 1987¹, decidiu em 2006 que se elaborasse um subsídio sobre o capítulo IV, centrado na minoridade, e confiou a coordenação desta tarefa ao Escritório de Justiça, Paz e Integridade da Criação com a colaboração das Secretarias gerais para a Formação e Estudos e para a Evangelização.

O título com que se apresenta o Capítulo IV das Constituições gerais, *peregrinos e estrangeiros neste mundo*, reproduz uma expressão da Regra Bulada², na qual Francisco pede aos irmãos que vivam *sine próprio* e que peçam esmola com confiança. A terminologia, *peregrinos e estrangeiros*, que Francisco colocou na Regra é tipicamente bíblica e faz referência à *Primeira Carta de Pedro*³ que evoca, por sua vez, as expressões análogas da *Carta aos Hebreus*⁴ e do *Gênesis*⁵, nas quais se recorda a experiência de Abraão, forasteiro e de passagem em busca de uma pátria. Esta aproximação bíblica inicial orienta nossa interpretação do texto correspondente da Regra: de fato, Francisco cita o apóstolo Pedro que prescreve as atitudes e comportamentos dos cristãos que vão entre os pagãos. Por isso, em nosso caso, se trata de irmãos que vão entre as pessoas, ou melhor, dos irmãos que devem ir entre as pessoas e que, para ser autenticamente evangélicos, devem imitar a Jesus, indo por este mundo como peregrinos e estrangeiros, sem bens, sem casa própria, sem segurança econômica, trabalhando com fidelidade e devoção e pedindo esmola.

Este é um dos capítulos das Constituições gerais que tratam da vida dos irmãos nas relações “ad extra” da Fraternidade. O outro capítulo é o seguinte, sobre a Evangelização. *Peregrinos e estrangeiros neste mundo* resume, então, o modo de ser do irmão e da Fraternidade em relação às pessoas em geral, à sociedade, ao mundo. Tal atitude, que reproduz o modo como Jesus passava entre os seus, tem a finalidade de contribuir para a vinda do Reino de Deus, aproximando todas as categorias de pessoas, sem que ninguém seja excluído, de modo especial aqueles que normalmente são social e espiritualmente marginalizados.

Na Regra, a itinerância e a mobilidade são expressões da minoridade e têm como referência direta a vida de Cristo. As Constituições re-propõem a centralidade que Francisco reconheceu ao ser “peregrinos e estrangeiros”, com formas adaptadas ao nosso tempo. Em nossos dias, como nos tempos de Francisco, o ir pelo mundo, o buscar as pessoas, o estar entre as pessoas, são expressões de uma necessidade de relação e de

¹ Cf. *Nossa identidade franciscana. Para uma leitura das CCGG*, Roma 1993; *O Espírito de oração e devoção*, Roma 1996; *Todos vós sois irmãos*, Roma 2002.

² Cf. RB 6,2.

³ Cf. 1Pd 2,11.

⁴ Cf. Hb 11,13.

⁵ Cf. Gn 23,4.

comunhão que aquele que anuncia o Evangelho sente como pulsão constante dentro de si; por isso, a itinerância e a provisoriedade franciscana são uma magnífica forma de testemunho evangélico da humildade, da pobreza, da paz e da justiça. Um testemunho de vida assim entendido é eminentemente profético e evangélico.

Os temas que apresentamos neste subsídio desejam aprofundar aspectos importantes do *capítulo IV das CCGG*: ser menores; promotores de justiça e paz, guardas da criação; não se apropriem de nada; pobres entre os pobres; trabalhem com fidelidade e devoção.

Cada tema tem a seguinte estrutura:

1. *Artigos das Constituições gerais*, sobre os quais o tema vai tratar.
2. *Reflexão* sobre esses artigos, realizada por irmãos peritos na espiritualidade franciscana.
3. *Experiências*. Manifestou-se o desejo de que o subsídio tivesse referências concretas, por isso, esta parte inclui a descrição de várias experiências de Fraternidades da Ordem que, em diferentes partes do mundo, estão vivendo de um modo significativo esse aspecto de nossa vocação.
4. *Atualização*. Consideramos esta parte um muito importante, porque o subsídio não é somente para aprofundar o conhecimento das CCGG, mas também para que elas sejam vividas melhor e mais significativamente no hoje de nossa Igreja e do mundo. Nesta parte, fazemos algumas propostas para a *formação pessoal* e para os encontros da Fraternidade (capítulo local, retiros, jornadas de estudo, encontros com a Família franciscana...). Parece-nos que estas propostas podem valer tanto para a formação permanente como para a formação inicial. São propostas de *reflexão, oração, revisão de vida, ação* para a nossa vida e missão. Cremos muito importante integrar todas essas dimensões (por isso, não se deveria negligenciar nenhuma delas), se quisermos que a formação seja realmente *conversão* no caminho de seguimento de Jesus e de Francisco.

a) Para a *leitura orante da Palavra*, pode-se utilizar o método do subsídio da Ordem. A leitura orante não deveria faltar em nossas Fraternidades, pois a escuta da Palavra de Deus e o partilhar a fé ocupam um lugar central na vida cristã e na vocação franciscana.

b) Para a *revisão de vida*, que se pode fazer em um capítulo local ou em uma jornada de retiro, sugerimos um modo possível de fazê-la:

* O guardião ou o encarregado de coordenar o encontro propõe, alguns dias antes, a leitura individual deste capítulo.

* O Encontro inicia-se com um canto adequado e com a leitura de um texto bíblico, franciscano ou da doutrina social da Igreja.

* O irmão encarregado faz uma breve introdução ao tema, recordando os aspectos principais da reflexão e das experiências deste capítulo. Os demais irmãos podem enriquecer a reflexão e partilhar outras experiências que tenham vivido ou estejam vivendo.

* A Fraternidade faz uma revisão sobre como estão vivendo essa parte das CCGG e fazem propostas de como podem vivê-las melhor para integrá-las no projeto comunitário de vida.

* O encontro termina com uma oração de ação de graças, por todo o positivo que se viveu durante o encontro, e com um canto final.

c) Como a reflexão e a oração devem desembocar na ação para não permanecer estéreis, sugerimos em cada tema alguns *sinais* e *gestos* que a Fraternidade poderia realizar. Mas o mais importante é que os sinais e gestos nasçam da leitura orante da Palavra e da revisão de vida da Fraternidade. Está claro que a vivencia destes valores de nossa vocação se concretizará de maneira diferente nos diferentes contextos sócio-culturais e eclesiais.

5. *Para o aprofundamento.* Recolhemos nesta seção alguns textos da Palavra de Deus, da Igreja, das Fontes Franciscanas e dos documentos da Ordem que nos permitam aprofundar o tema. Entre estes documentos, a *Ratio Studiorum* e a *Ratio Formationis* de modo particular nos mostram que trabalhar sobre estes temas é fazer formação permanente, porque se enfrentam aspectos ou conteúdos fundamentais de nossa *forma vitae*.

I

SER MENORES

CONSTITUIÇÕES GERAIS

Art. 64

Como seguidores de Jesus Cristo, que se humilhou, feito obediente até a morte, e fiéis à própria vocação de menores, os irmãos andem pelo mundo, cheios de alegria, servos e súditos de todos, pacíficos e humildes.

Art. 65

Conscientes de que o homem vale o que é diante de Deus e nada mais, os irmãos reconheçam a Deus como sumo e único bem, procurem agradar-lhe sempre em tudo e de bom grado aceitem passar por insignificantes, simples e desprezíveis.

Art. 66

§1 Para seguirem mais de perto a exinanição do Salvador e testemunhá-la com maior clareza, os irmãos levem na sociedade a vida e a condição dos pequenos e vivam sempre entre eles como menores; e, por esta condição social, contribuam para o advento do Reino de Deus.

§2 Por seu modo de viver, tanto na Fraternidade quanto individualmente, os irmãos comportem-se de tal forma que ninguém se afaste deles, sobretudo os que, de ordinário, são excluídos social e espiritualmente.

Art. 67

Em constante renúncia a si mesmos e em contínua conversão a Deus, pelo exemplo de sua vida, os irmãos apresentem uma imagem profética, a fim de confundir os falsos valores do nosso tempo.

I. REFLEXÃO

São Francisco dá um nome muito preciso àqueles que se decidiram pelo seguimento de Cristo: “Quero que esta fraternidade se chame de Ordem dos Frades Menores”⁶. É, então, um nome que nos define. Não somos irmãos pobres, irmãos humildes, irmãos pequenos, mas *Irmãos menores*.

As Constituições gerais recuperam o *vocabulário franciscano sobre a minoridade*, extraíndo das abundantes fontes da tradição de nossos pais e servindo-se da reflexão dos últimos tempos, especialmente dos Capítulos gerais de Medellín e de Madrid e do Conselho Plenário da Bahia. As palavras não são “neutras”. Dizer, por exemplo, que um irmão é superior, reverendo, prior, presidente... não é a mesma coisa que afirmar que é ministro, servo, menor. Por trás do nome há uma leitura da realidade e um modo de relacionar-se com ela e, portanto, uma incidência na mesma.

Se as Constituições de 1967 concediam à fraternidade um indiscutível primado na vida dos irmãos e as atuais tentam tirar as conseqüências, a *minoridade* é a grande contribuição das Constituições de 1987. Os dois nomes, *fraternidade e minoridade*, se exigem e se condicionam mutuamente. O vocábulo *menores* descreve a modalidade, o *como* ser irmão e o *como* viver e anunciar o Evangelho. O nome indica, sobretudo, um programa de vida, um modo peculiar de compreender e expressar nossa relação com Deus, com os demais e com a criação, e de colocar-nos a serviço da Igreja e do mundo.

1. Inspiração carismática

Nossa vocação de menores tem sua origem na história vocacional de Francisco e de seus primeiros irmãos, plasmada depois na Regra.

De fato, na conversão de Francisco, são inseparáveis a experiência da graça salvadora do Senhor e seu encontro com os leprosos, os menores entre os menores de sua sociedade. Escolheu, por fidelidade ao Senhor, deixar seu “status” para viver entre os excluídos e tornar-se um deles.

⁶

1Cel 38.

Quando lhe foram dados irmãos, seu estilo de vida continuou a mesma trajetória, como ele o conta no Testamento⁷. Mas o mesmo Testamento reflete a tensão pessoal que Francisco viveu, que tem saudades da minoridade das origens, e a problemática da evolução da Fraternidade, que tende a constituir-se em Ordem religiosa, adquirindo status próprio dentro das instituições eclesiais.

Contudo, nas Regras, fica claro que a maioria dos Irmãos são realmente menores social e eclesialmente⁸. No entanto, os biógrafos primitivos refletem o dramático desenvolvimento da Ordem⁹.

Baseada no Concílio Vaticano II, a Ordem tentou redescobrir a inspiração carismática originária, como vem delineada no capítulo IV das Constituições gerais. Devido ao percurso histórico da Ordem, reconhecemos que não é fácil a opção de minoridade que se nos pede; mas constatamos com alegria que convergem as novas condições sócio-culturais do mundo atual e a nova sensibilidade dos irmãos por recuperar a vocação de minoridade.

2. Nosso projeto de vida

Os artigos das Constituições oferecem-nos uma preciosa síntese para a elaboração de nosso projeto de vida pessoal, fraterno e provincial. Cada artigo coloca em relevo um aspecto importante. O artigo 64, por exemplo, recorda-nos que a minoridade pertence ao núcleo vocacional: o seguimento de Jesus, cuja *kénosis* é nosso ponto de referência de identidade. Mediante a minoridade, vivemos também o espírito e as atitudes das bem-aventuranças evangélicas e realizamos nossa missão no mundo¹⁰.

Os outros artigos evidenciam as conseqüências da minoridade. Insistem na opção por uma forma de vida que nos torne menores, o que implica inserção social. Essa presença, que partilha a condição de vida dos pobres, é sinal do Reino e não necessita outra justificativa para que seja missão¹¹.

Não é possível esta vocação de minoridade sem ascese pessoal, especialmente da desapropriação de si, e sem uma atitude de conversão permanente. O fruto será um sinal da nova humanidade querida por Deus; embora com freqüência devamos ser sinal contracultural, quer dizer, denunciar o que se opõe aos valores do Reino¹².

No conjunto destes artigos, devemos valorizar a dinâmica que integra a experiência espiritual e a práxis/opção de vida; a fidelidade à origem carismática da vocação e a visão da condição dos pobres no mundo atual; e também a inter-relação entre as dimensões da minoridade: a teologal, a cristológica, a social e a missionária.

3. Dimensões da minoridade

⁷ Cf. Test 14-24.

⁸ Cf. RnB 7,14; RB 3.

⁹ Cf. LP 58; 74;106; 2Cel 145-149.

¹⁰ Cf. RnB 16 e paralelos.

¹¹ Cf. CCGG 65-66.

¹² Cf. CCGG 67.

Se a minoridade é para nós, irmãos menores, uma forma de seguir a Jesus pobre e humilde, isto significa que afeta a relação com Deus Pai, as relações inter-pessoais e o nosso modo de estar entre os homens e mulheres. Dada a riqueza do tema, sublinhamos quatro dimensões que acreditamos serem significativas.

a) *Minoridade e vida com Deus*

A contemplação dos mistérios do Nascimento, da Paixão e da Eucaristia faz com que em Francisco a minoridade não seja pontual, mas uma existência configurada pelo amor que se identifica com Jesus.

Também o é a contemplação da misericórdia do Pai que transborda sobre ele, pequeno e pecador. Não é, então, uma filosofia religiosa sobre a finitude, a qual lhe dá consciência de sua minoridade, mas a incompreensível doação de seu Senhor. Quase um respiro agradável do coração era a exclamação: “Por que a mim?”. Como pode orar um frade menor, se não encontra sua verdade neste aniquilamento?

b) *Minoridade e vida de fraternidade*

Lendo os capítulos 4-6 da Regra não Bulada, compreendemos o nexo que une fraternidade e minoridade.

- * Não é possível ser irmão, quando alguém se coloca acima dos outros.
- * O amor fraterno é espiritual, somente quando é desinteressado.
- * A prova do amor desapropriado é a obediência fraterna.
- * Dentro da fraternidade devem-se preferir os menores dela: os enfermos e anciãos.
- * Quem é constituído “servidor” dos irmãos deve ser o menor de todos: Ministro provincial, Guardiã...
- * O modelo definitivo sempre é Jesus, que se abaixou para lavar os pés.

c) *Estilo de vida cotidiana*

A minoridade é uma atitude que só é real, quando regula o conjunto da vida; por exemplo:

- * Partilhar as tarefas domésticas.
- * A opção por alguns trabalhos socialmente considerados de baixo perfil.
- * A pobreza de bens materiais não somente como questão de austeridade pessoal, mas também de solidariedade com os desfavorecidos.
- * Colocar à disposição dos outros o que recebemos como dom de Deus.

d) *Minoridade e missão*

* As fraternidades de inserção entre os pobres não devem ser consideradas como uma exceção.

* A evangelização dirigida especialmente aos pequenos e simples.

* O compromisso pela dignidade dos excluídos.

4. Ideal e realidade

O que foi dito anteriormente sobre nossa vocação de minoridade assinala o dom e o horizonte; mas seria ingênuo ignorar a problemática que a experiência real das pessoas e nossos condicionamentos estruturais e coletivos impõem. A sabedoria para manter o ideal e, ao mesmo tempo, respeitar o processo vivido por pessoas e grupos é um dos desafios mais importantes de nossa vida franciscana.

a) Problemática psicológica

O reconhecimento e valorização social é uma necessidade básica das pessoas. Por isso, ser chamado à minoridade pressupõe:

* Integrar positivamente esta necessidade.

* Viver um processo de liberdade interior para não depender desta necessidade.

* Uma conversão teologal que fundamenta a vida além da auto-realização.

* A sabedoria da cruz que insta a ser o último, segundo o estilo de Jesus.

Tudo isto não se pode fazer nem a partir do voluntarismo nem a partir do desejo de identificação com o ideal.

b) Problemática sócio-cultural

Se somos realistas, devemos reconhecer:

* Que nós, a maioria dos irmãos, vivemos como a classe média.

* Que nossa história e formação nem sempre ajudam a sermos os menores como aqueles com os quais queremos partilhar a vida.

* Que nossas estruturas institucionais têm necessidades que não permitem identificar-se com o mundo dos pobres.

Constitui isto um impedimento que converte em ilusão a nossa vocação à minoridade ou de novo nos encontramos com o chamado à conversão pessoal e coletiva que aceita de antemão as dificuldades, respeita os processos de indivíduos e grupos, mas mantém a tensão para o ideal?

c) Problemática existencial

Ao refletir sobre o itinerário espiritual de São Francisco, fica claro como ele teve que aprender a minoridade no ritmo da vontade do Senhor que se lhe manifestava de maneira imprevisível.

Nos primeiros anos da nova vida, a opção pela minoridade respondia ao chamado do Senhor e a seu desejo íntimo. Quando teve que assumir a responsabilidade de ser Ministro geral e começou a tornar-se famoso, suas opções primeiras se viram condicionadas. No final de sua vida, ao encontrar-se com o desacordo de alguns letrados influentes, a minoridade tornou-se para ele mais real do que nunca, embora muito distinta da forma de vida primitiva.

O frade menor, ao fazer profissão, opta pela minoridade, mas será a Providência quem há de marcar o caminho.

d) *Problemática espiritual*

A distorção entre a primeira decisão e a qualidade de vida espiritual que a sustenta é própria de todo projeto de vida com caráter incondicional, e muito mais quando consiste em seguir as pegadas de Nosso Senhor Jesus Cristo¹³.

Se a vocação à minoridade não está fundamentada teologicamente, mas em uma ideologia, mesmo que esteja justificada evangelicamente, não tardará em manifestar-se a inconsistência das opções de vida.

A vocação à minoridade que o capítulo IV das Constituições exige da Ordem é tão radical que devemos reconhecer que apenas estamos nos inícios de sua concreta realização.

II – EXPERIÊNCIAS

A minoridade indica uma dimensão de relação. O adjetivo *menor*, que Francisco tira do Evangelho, é um termo de relação: alguém é menor em relação a outro¹⁴. Menor é aquele que se faz mais pequeno diante de Deus, mais pequeno ao lado da pessoa que encontra, mais pequeno no contexto social em que vive. A minoridade, então, é “relativa” ao outro, ao lugar e também à missão. É diferente ser “menor” em um contexto social de marginalização ou de burguesia, em um âmbito acadêmico ou paroquial ou popular, em um contexto eclesial já adulto ou em uma Igreja de missão.

A minoridade é o modo franciscano de ser e de agir, o modo franciscano de seguir a Cristo e o exemplo de São Francisco, o estilo que caracteriza todos os valores franciscanos (espírito de oração e devoção, comunhão fraterna, pobreza, evangelização) e que, por conseguinte, pode ser encarnado nos diferentes tempos, lugares e condições de vida, assumindo cada vez tons e matizes distintos.

Além disso, a minoridade exige que os irmãos façam opções preferenciais, opções de estilo de vida, de compromissos e de grupos humanos a preferir a outros.

¹³ Cf. RnB 1; RB 1.

¹⁴ Sfc 28.

Em um contexto muçulmano, como o de Marrocos, a minoridade pode ser vivida como humilde respeito para com o povo que nos acolhe, aceitação positiva da religião do outro que é diferente, paciência e inclusive renúncia a obter resultados imediatos. Mas a minoridade não significa tanto “ser ingênuo”, mas simplesmente tornar-se pequeno para estar disponível à voz do Senhor e a serviço das pessoas (primeiro testemunho).

Em um contexto italiano de imigração, a minoridade torna-se estilo de vida da fraternidade, busca e cultivo de relações amistosas com todos, participação nas dificuldades e esperanças das famílias que estão como que transplantadas e tratam de construir uma nova vida (segundo testemunho).

Em um bairro multi-étnico e multi-cultural de uma cidade francesa, uma fraternidade franciscana ordinária trata de viver a minoridade, situando-se como presença no bairro, que participa da vida ordinária do bairro, acolhendo e partilhando o que é e o que tem. Uma presença franciscana que quer “dar um testemunho, ao mesmo tempo, visível e simples” (terceiro testemunho).

Estas experiências, às quais cada um pode acrescentar outras, nos fazem perceber a minoridade como uma dimensão muito concreta de nossa vida franciscana, que requer um contínuo discernimento e adaptação para poder vivê-la com autenticidade no tempo e lugar em que cada um se encontra.

1. Minoridade entre os muçulmanos

No coração da almedina de Meknes, Marrocos, encontra-se o Centro Santo Antônio, um centro de apoio escolar para jovens marroquinos. Na fachada, sobre a antiga porta do edifício, encontra-se uma cruz de pedra, vestígio do antigo uso deste local que era uma igreja para os imigrantes. No meio deste mundo muçulmano, no espírito dos frades ressoam as palavras de São Francisco aos irmãos que vão para o meio dos sarracenos: “Não promovam disputas nem controvérsias, mas todos estejam submissos a toda criatura humana por Deus e confessem que são cristãos. Quando virem que agrada ao Senhor, anunciem a palavra de Deus”.

Ser menores no mundo muçulmano implica, antes de tudo, reconhecer que, declarando-nos cristãos, nos submetemos humildemente àqueles que nos recebem e acolhem como hóspedes espirituais.

Não devemos submeter-nos como pessoas que se sentem vencidas, mas na convicção de que o respeito ao outro é o que nos aproxima do ser humano e da compreensão mútua.

Os jovens entram e saem sob este pequeno sinal de nossa fé. A cruz de pedra torna-se testemunha silenciosa de uma relação que cresce a cada dia. *O Senhor veio para servir não para que o servissem*, assim também é o irmão menor, dizia São Francisco. O trabalho diário dos irmãos é um serviço que fortalece os laços com os outros, buscando sempre o sentido da igualdade querida por Deus.

Mustafá, Khadija, Mounir, Nádia, Mariam, Redouan e tantos outros são pessoas que cresceram, nutrindo-se de sua própria fé. Esta se desenvolveu com a seiva que circulou através de inumeráveis gerações e, apesar de que esta seiva proviesse do mesmo Deus que

nós conhecemos, sua fé é diferente da nossa. Minoridade é aceitar essa fé e o irmão que a professa, aceitar seu caminho como válido que, embora diferente do nosso, o conduz ao Deus que se parte e se reparte diariamente em nossa pequena capela. Minoridade é não poder anunciar sempre a Palavra de Deus como estamos acostumados, à viva voz e com explicação de detalhes. É esperar com paciência o momento propício para anunciá-la. Enquanto isso, temos tanto que personificá-la através da vida diária para que os jovens muçulmanos a possam ler mais facilmente. Assim, as oportunidades chegam, e nós, os frades, descobrimos que a minoridade não é ser ingênuo, mas pequenos, é tornar-se simples e estar sempre disponíveis para mostrar quem é o Deus que nos habita, apesar de não sermos sempre compreendidos.

Passam os dias, e os jovens muçulmanos continuam cruzando nossa porta, convencidos de que não estamos aí para mudar sua fé, mas simplesmente para servi-los. Através do roçar cotidiano de nossas vidas, também aprendemos uns dos outros. Minoridade é assumir que nem sempre veremos o fruto imediato de nossos esforços, mas que um dia outra geração saboreará esse fruto. Por acaso, não foi assim que Francisco ambicionou esse primeiro encontro com os Sarracenos?

2. Fraternidade de Prato (Itália)

A pequena Fraternidade “Maria, Mãe do Encontro” esteve localizada desde 2003 a 2006 dentro de um acampamento *rom* (ciganos) na periferia de Florença. Os irmãos, em número variável de 2 a 4, comprometem-se a viver junto da população *rom*, partilhando a falta de segurança de vida, relacionando-se com eles e com todos como ‘menores’. Não se realiza nenhum serviço específico, nenhuma ‘obra’: só se observa uma intensa vida de oração comunitária e pessoal, se cultivam as relações fraternas e com as famílias *rom*.

A Fraternidade leva um estilo de vida conscientemente sóbrio (não tem carro nem TV nem computador... a moradia é uma carroça com barraca anexa) e se mantém com o trabalho e com o que a Providência faz chegar.

Com o pároco, sacerdote diocesano, existe um ótimo entendimento e colaboração: participação diária na Eucaristia paroquial, visita aos anciãos do bairro popular próximo do acampamento nômade, etc.

Desde novembro de 2006, por decisão do Capítulo provincial, a Fraternidade se transferiu para a cidade de Prato, onde 20% da população é constituída por imigrantes. É notável o grupo chinês, mais de 20.000 legais e muitos clandestinos, mas também são visíveis os grupos europeus do leste, nigerianos, paquistaneses.

A maior parte dos chineses vive em naves industriais em condições de amontoamento e trabalha em ritmo desumano, e muitos, por desgraça, em regime de escravidão.

Também neste contexto, a Fraternidade escolheu uma moradia semelhante à das pessoas vizinhas, uma pequena cobertura entre as dos chineses, mantém o estilo de vida descrito anteriormente e se propõe assim a fazer uma contínua e intensa experiência de comunhão com o Senhor Jesus pobre e dar testemunho dele antes com a vida e depois com o anúncio.

3. Viver a minoridade em uma Fraternidade ordinária

Nossa Fraternidade se encontra em um bairro de Villeurbanne, uma cidade de 120.000 habitantes, ligada a Lyon (França). Foi erigida em 1996 em uma casa que tem aproximadamente 100 anos, circundada por edifícios recentes.

A zona Leste de Lyon, onde nos encontramos, desenvolveu-se no século XX sob o impulso industrial; numerosas famílias, agora perfeitamente integradas, são de origem italiana. Estão os antigos cidadãos de Villeurbanne e os novos habitantes, os cinturões populares e os de classe média. A população caracteriza-se por uma grande mobilidade social. Sublinhamos que, se não houvesse estrangeiros – europeus, africanos, asiáticos, sul-americanos – nas missas do domingo na igreja paroquial, não haveria tanta gente... No mercado que se instala três vezes por semana na praça e na rua, encontra-se de tudo: os preços da fruta e da verdura desafiam toda competição. Os expositores de roupa assemelham-se àqueles dos *souks* de Maghreb...

A casa foi ampliada e habilitada de tal modo que podemos dispor de uma capela e de uma sala de reuniões para receber as pessoas. Um dos seis frades, já jubilado, assegura uma presença regular em casa. Os outros cinco frades estão ocupados em trabalhos fora (é necessário trabalhar para manter-se...). Há muito que fazer no bairro: muitas pessoas se fazem perguntas, vivem na solidão, estão marcadas pela pobreza humana, gostariam de ter um esclarecimento espiritual ou de partilhar um momento de oração e de silêncio em comunhão com outros. Dever-se-iam criar tantos momentos de convivência, favorecer relações entre as diversas comunidades, instaurar momentos de diálogo inter-religioso. Uns passam pelos outros sem se encontrar e não percebem que o tempo passa. Nós estamos buscando como responder a essas aspirações.

Como nos inserimos no bairro? Acolhemos as pessoas em nossa oração cotidiana, particularmente na Eucaristia. Oferecemos um pouquinho às pessoas de rua que nos pedem. Alguns irmãos formam parte da vida da paróquia: catecumenato, eucaristia às quartas-feiras de tarde, aos domingos de tarde são de serviço na paróquia (tempos de encontro caracterizados por diversas atividades, etc.). Outros irmãos participam do Comitê do Bairro”, associação que se ocupa dos problemas da vida e de promover encontros entre as pessoas do bairro. Assim, depois de algum tempo, não se pode sair pelas ruas sem saudar a esta ou aquela pessoa conhecida e trocar alguma palavra com ela. Queremos estar presentes e acolher a todos; não colocamos em primeiro lugar uma ação, uma organização, a eficácia, porque pensamos que a Fraternidade em si mesma já é um sinal; para retomar uma expressão muito familiar a todos os irmãos menores: “a fraternidade é evangelizadora”.

Na França, a Igreja viveu turbulências políticas que obrigaram os cristãos a adaptar-se: os irmãos tiveram que deixar os conventos históricos. O anti-clericalismo redimensionou o triunfalismo da Igreja. A vida dos conventos parecia alienada da vida das pessoas. Para estar mais perto, os frades criaram as pequenas Fraternidades inseridas como o fermento na massa; estas experiências, não destinadas por natureza a permanecer, no entanto, além das perguntas que suscitaram, contribuíram para dar um autêntico testemunho da presença de Deus no meio dos homens; além disso, constituíram uma verdadeira evangelização para os próprios irmãos, formando-os em uma minoridade sempre maior. As coisas mudam depressa... Uma crise de civilização nos interpela agora profundamente, manifestando-se de

modo particular em uma desafeição religiosa em massa, em uma diminuição das vocações sem precedentes e em um emergir de outras religiões e seitas. É necessário observar o evidente: esta tendência se dá também nos países vizinhos, embora de maneira ainda não tão drástica. A Igreja na França não pode aceitar viver a expropriação, se bem que, de um certo ponto de vista, é uma oportunidade, uma sorte. Naturalmente, nos sentimos chamados a participar do espírito de serviço e de testemunho evangélico da Igreja. Mas viver a nossa vocação neste contexto não consiste em dobrar-se à vida tão secularizada que vemos estender-se diante de nossos olhos. Pelo contrário, queremos dar um testemunho que seja ao mesmo tempo visível e simples. Isto é o que procuramos fazer em Villeurbanne.

III – ATUALIZAÇÃO

Para a formação pessoal

1. Cada um pode avaliar se e como está vivendo as recomendações da Ordem:

a) “Todo irmão se sinta itinerante e disposto a abandonar ideias, atividades, ofícios e estruturas que já não correspondam à nossa vocação e às urgências da Igreja e dos homens de hoje” (*Prioridades para o sexênio 1997-2003*, p. 18).

b) “Como servos de todos, submissos a todos, pacíficos e humildes de coração, evitem os irmãos todo tipo de fundamentalismo e, ao mesmo tempo, se empenhem em favorecer o conhecimento mútuo, a gratidão recíproca e a aceitação mútua” (*Prioridades do sexênio 2003-2009*, p. 27).

2. Pode-se realizar uma avaliação mais detalhada sobre como cada um está vivendo a minoridade; por exemplo, no modo de tratar os pobres, nos ambientes sociais que preferem, no posto que a dimensão da minoridade ocupa em nosso projeto pessoal de vida e como eventualmente introduzir ou desenvolver a minoridade em nossa própria vida e missão.

Para os encontros da Fraternidade

A. Leitura orante da Palavra de Deus (Mt 20,17-28)

Para assimilar o espírito evangélico do serviço aos mais pequenos, tomando Jesus como modelo, a fraternidade pode fazer a leitura orante do Evangelho de Mateus 20,17-28.

B. Revisão de vida

Seria bom se a Fraternidade pudesse refletir sobre como ser menor aqui e agora no contexto do Capítulo local ou de uma jornada de retiro espiritual ou de estudo.

Para facilitar a preparação e o desenvolvimento desta reflexão, oferecemos algumas

indicações:

* O Guardião ou o coordenador encarregado propõe, com uns dias de antecedência, a leitura individual deste capítulo.

* O encontro pode iniciar-se com o hino da leitura de Filipenses 2,5-11 sobre o abaixamento e a exaltação de Cristo, ou também tomando um canto com um conteúdo semelhante.

* Lê-se um dos textos franciscanos que são oferecidos mais adiante.

* O moderador pode introduzir o tema, recordando os aspectos principais da reflexão que precede e as características das experiências apresentadas. Os outros podem enriquecer a reflexão e as experiências.

* A Fraternidade pode verificar como acolheu as indicações da Ordem.

- “As províncias encontrem modos concretos e efetivos de expropriação de bens e de vida e de solidariedade com os mais necessitados, de maneira que se possa partilhar com os pobres o que somos e o que temos” (*Prioridades para o sexênio 1997-2003*, p. 18).

- “Todas as fraternidades examinem anualmente sua fidelidade aos compromissos de vida de minoridade, de pobreza e de solidariedade que assumiram” (*Prioridades para o sexênio 1997-2003*, p. 18).

* Seria interessante que a Fraternidade refletisse sobre como recuperar ou inventar concretamente novas formas de minoridade para um testemunho significativo no lugar onde vive, perguntando-se, por exemplo: Como ser menores na Igreja local e no exercício dos ministérios? Como expressar a minoridade no projeto de vida fraterna? Que *opção preferencial* se pode elaborar e viver?

* O encontro pode ser concluído com uma oração de ação de graças, para reconhecer os dons recebidos do Senhor, ou com uma oração de restituição, para partilhar com os outros aquilo que foi recebido.

C. Sinais ou gestos de Minoridade

É importante que os gestos ou sinais que querem expressar a fidelidade da Fraternidade à minoridade brotem da revisão de vida e do assumir a Palavra de Deus escutada e orada.

Oferecemos aqui dois exemplos:

* Programar um período de formação permanente na Fraternidade local e/ou na Província – para “refundar” a minoridade e buscar formas concretas de atualização.

* Abrir a província uma “fraternidade de inserção”.

D. Oração

Ó São Francisco, estigmatizado do Alvene,

o mundo tem saudades de ti,

como ícone de Jesus Crucificado.

Necessita de teu coração aberto a Deus e ao homem,
de teus pés descalços e feridos, de tuas mãos traspassadas e implorantes.
Tem saudades de tua voz fraca,
mas forte pelo poder do Evangelho.
Ajuda, Francisco, os homens de hoje
a reconhecerem o mal do pecado
e a buscarem a purificação na penitência.
Ajuda-os a libertar-se das mesmas estruturas de pecado
que oprimem a sociedade de hoje.
Reaviva na consciência dos governantes
a urgência da paz nas Nações e entre os Povos.
Infunde nos jovens teu frescor de vida,
capaz de opor-se às insídias
das múltiplas culturas de morte.
às vítimas de qualquer gênero de malícia
comunica, Francisco, teu gozo de saber perdoar.
A todos os crucificados pelo sofrimento,
pela fome e pela guerra,
abre as portas da esperança.
Amém.

(João Paulo II, Santuário do Alverne, 17 de setembro de 1993).

PARA APROFUNDAR

A Palavra de Deus

1. Disse Jesus: “Os reis das nações as dominam, e os que as tiranizam são chamados benfeitores. Quanto a vós, não deverá ser assim; pelo contrário, o maior dentre vós torne-se como o mais jovem, e o que governa como aquele que serve. Pois, qual é o maior: o que está à mesa, ou aquele que serve? Não é aquele que está à mesa? Eu, porém, estou no meio de vós como aquele que serve” (Lc 22,25-27).

2. Depois que lhes lavou os pés, retomou o seu manto, voltou à mesa e lhes disse: “Compreendeis o que vos fiz? Vós me chamais de Mestre e Senhor e dizeis bem, pois eu o sou. Se, portanto, eu, o Mestre e o Senhor, vos lavei os pés, também vós deveis lavar-vos os pés uns aos outros. Dei-vos o exemplo para que, como eu vos fiz, também vós o façais” (Jo 13,12-15).

3. Tende em vós o mesmo sentimento de Cristo Jesus. Ele tinha a condição divina e não considerou o ser igual a Deus como algo a que se apegar ciosamente. Mas esvaziou-se a si mesmo e assumiu a condição de servo, tomando a semelhança humana. E, achado em figura de homem, humilhou-se e foi obediente até a morte, e morte de cruz. Por isso, Deus o sobreexaltou grandemente e o agraciou com o nome que é sobre todo o nome (Fl 2,5-9).

Documentos da Igreja

1. Lavar os pés indica uma vida de amor oblativo

Tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até ao extremo. Durante a ceia [...], ele se levanta da mesa [...], se põe a lavar os pés dos discípulos e a enxugá-los com a toalha com que estava cingido. No gesto de lavar os pés de seus discípulos, Jesus revela a profundidade do amor de Deus ao homem; nele, Deus mesmo se coloca a serviço dos homens! Ele revela, ao mesmo tempo, o sentido da vida cristã e, com maior motivo, o da vida consagrada, que é *vida de amor oblativo*, de concreto e generoso serviço. Seguindo os passos do Filho do homem, *que não veio para ser servido, mas para servir*, a vida consagrada, pelo menos nos melhores períodos de sua longa história, caracterizou-se por este “lavar os pés”, quer dizer, pelo serviço, especialmente aos mais pobres e necessitados. Ela, por uma parte, contempla o mistério sublime do Verbo no seio do Pai, e que, por outra parte, segue o mesmo Verbo que se faz carne, que se abaixa, se humilha para servir os homens. As pessoas que seguem a Cristo na via dos conselhos evangélicos desejam, também hoje, ir onde Cristo foi e fazer o que ele fez (VC 75).

2. Tornar-se pequeno expressa maturidade cristã

Parece prevalecer na cultura contemporânea a convicção de que a condição do adulto se identifica com uma total autonomia. Adulto, para muitos homens e mulheres de nosso tempo, é aquele que é autônomo dos outros, que não se vincula a ninguém e que não necessita de ninguém para fazer e produzir. Adulto seria a razão que se desvinculou de toda conexão com a tradição e com a revelação. Adulto seria a vontade de quem prescindiu de toda norma e se determina segundo um arbítrio que não tem outra referência a não ser a si mesmo.

O Evangelho não pensa assim. Para este, ser adulto, ou melhor, ser grande, não se mede pelo poder autônomo de que alguém goza e pela produtividade da qual alguém é capaz, mas, ao contrário, pelo *tornar-se pequeno* e considerar-se *servo* de todos: O menor entre vós é o maior, e aquele que quiser ser grande entre vós seja vosso servo. Nesta dupla figura de pequeno e de servo está a essência mesma da maturidade cristã. Essa é uma total confiança em Deus como Pai, na absoluta disponibilidade à escuta de sua Palavra e das exigências dos irmãos; a nunca considerar completa a própria existência na espera de uma voz que ainda lhe diga outra vez: “Agora vai, eu te envio”. Implica um total compromisso com os outros e pelos outros, como expressões perfeitas do amor que vem de Deus.

Em uma sociedade que parece ter generalizado o minimalismo das propostas de vida, o radicalismo da proposta do Senhor Jesus soa como um desafio sugestivo e tremendo a assumir em plenitude a responsabilidade de si mesmo para tornar-se um dom total ao Pai e aos irmãos. É o desafio a colocar as raízes da própria existência pessoal e comunitária na firme riqueza do dom inesgotável do Espírito, antes que na limitação e precariedade de nossos esforços e de nossas realizações humanas (JOÃO PAULO II, *Discurso à XXXV Assembléia geral da Conferencia Episcopal Italiana*, 7, 14 de maio de 1992).

3. A minoridade franciscana

A minoridade comporta um coração livre, desprendido, humilde, manso e simples, como Jesus nos propôs e como Francisco o viveu; exige uma total renúncia de si mesmo e uma plena disponibilidade para Deus e para os irmãos. A “minoridade” vivida expressa uma força desarmada e desarmante da dimensão espiritual da Igreja e do mundo. E não somente isso! A verdadeira minoridade liberta o coração e torna-o disponível para o amor fraterno, cada vez mais autêntico, e que se dilata em uma ampla constelação de comportamentos típicos. Favorece, por exemplo, um estilo caracterizado pelas atitudes de simplicidade e sinceridade, de espontaneidade e concretude, de humildade e alegria, de abnegação e disponibilidade, de proximidade e de serviço, especialmente em relação com o povo e as pessoas mais pequeninas e necessitadas (JOÃO PAULO II, *Mensagem aos Capuchinhos italianos por ocasião do Capítulo das esteiras*, 29 de outubro 2003).

Textos franciscanos

1. A Ordem dos Frades Menores

Realmente, quando assim escrevia na regra: “E sejam menores”, ao proferir esta palavra, naquela mesma hora, disse: “Quero que esta fraternidade se chame Ordem dos Frades

Menores”. E eram verdadeiramente menores os que, sendo submissos a todos, sempre buscavam os lugares desprezados e exercer o ofício em que parecesse haver alguma desonra, para que assim merecessem fundar-se no sólido [fundamento] da verdadeira humildade e neles, pela feliz disposição, se erguesse a construção espiritual de todas as virtudes (1Cel 38).

Francisco, inclinando-se diante do bispo, disse: “Senhor, meus irmãos foram chamados de Menores para que não presumam tornar-se maiores. A vocação [deles] os ensina a permanecer no chão e a seguir as pegadas da humildade de Cristo para que finalmente na retribuição dos santos sejam mais exaltados do que os outros. Se quereis – disse – que produzam fruto na Igreja de Deus, mantende-os e conservai-os no estado de sua vocação e reconduzi-os às coisas do chão, mesmo contra a vontade deles. E assim suplico, pai, para que não sejam tanto mais soberbos quanto mais pobres, e se tornem insolentes contra os outros, não permitais de maneira alguma que eles sejam elevados à prelatura” (2Cel 148).

2. Contemplar e imitar a humildade do Senhor

E ninguém se denomine prior, mas todos, sem exceção, sejam chamados de irmãos menores. E um lave os pés do outro (RnB 6,3).

Todos os irmãos se esforcem por seguir a humildade e a pobreza de Nosso Senhor Jesus Cristo e recordem-se de que nenhuma outra coisa nos convém ter de todo o mundo, a não ser, como diz o apóstolo, tendo os alimentos e com que nos cobrirmos, com estas coisas estamos contentes. E devem alegrar-se, quando conviverem entre pessoas insignificantes e desprezadas, entre os pobres, fracos, enfermos, leprosos e os que mendigam pela rua. E quando for necessário, vão pedir esmolas. E não se envergonhem, mas antes se recordem de que Nosso Senhor Jesus Cristo, Filho do Deus vivo e onipotente, expôs sua face como pedra duríssima e não se envergonhou (RnB 9,1-4).

3. A minoridade na missão

Aconselho, todavia, admoesto e exorto a meus irmãos no Senhor Jesus Cristo que, quando vão pelo mundo, não discutam nem alterquem com palavras nem julguem os outros; mas sejam mansos, pacíficos e modestos, brandos e humildes, falando a todos honestamente, como convém. E não devem andar a cavalo, a não ser que sejam obrigados por manifesta necessidade ou por enfermidade (RB 3,10-12).

4. Espírito de minoridade

Assim se pode conhecer se o servo de Deus tem o espírito do Senhor: se seu eu não se exaltar, quando Deus realizar por meio dele algum bem, porque o eu é sempre contrário a todo bem, mas antes se considerar o mais desprezível e se avaliar como menor do que todos os outros homens (Ad 12).

E ninguém é obrigado a obedecer a outro em coisa em que se comete delito ou pecado. Aquele a quem foi confiada a obediência e que é tido como maior seja o menor e servo dos

outros irmãos. E faça e tenha misericórdia para com cada um dos irmãos, como gostaria que se lhe fizesse, se estivesse em caso semelhante (2Fi 41-43).

5. As tentações contra a minoridade

Nós nos formamos continuamente na minoridade

1. A minoridade qualifica nossa vida de Irmãos tanto em relação a Deus como no seio da fraternidade ou em relação aos outros. A formação – permanente e inicial – deve formar os irmãos e os candidatos de maneira que “vão com alegria pelo mundo como servos e submissos a todos, pacíficos e humildes de coração” (RFF 77).

2. Francisco aspirava à observância perfeita do Evangelho: Tinha tão presente em sua memória a humildade da Encarnação e a caridade da Paixão que dificilmente queria pensar em outra coisa. Sua concepção da vida trazia a marca do aniquilamento de Jesus Cristo, humilde, pobre e crucificado. Por isso, quis tornar-se pequeno, menor, e quis que seus irmãos se chamassem e fossem realmente menores.

Ser menor é chegar a ser cada vez mais pequenino, na progressiva conformidade com Cristo pobre e crucificado, no progressivo despojamento de si mesmo para restituir todo bem a Deus, a quem pertence todo bem.

A minoridade é nossa vocação específica. Mas nunca se é verdadeiramente menor; chega-se a ser menor a cada dia, mediante a negação constante de si mesmo e a assídua conversão a Deus, como servo e submisso a todos, imerso na condição de vida dos mais pequeninos, morando sempre entre eles como menores.

Nesse caminho de chegar a ser cada vez mais pequenino, são necessárias a perseverança, a paz interior e a alegria do espírito, conservando sempre o idêntico propósito de santidade (FP 34).

2

PROMOTORES DE JUSTIÇA E DE PAZ

CONSTITUIÇÕES GERAIS

Art. 68

§1 Os irmãos vivam neste mundo como promotores da justiça e como arautos e artífices da paz, vencendo o mal pela prática do bem.

§2 Os irmãos anunciem a paz com a palavra; porém, a tenham mais profundamente arraigada no coração, de sorte que jamais provoquem a ira e o escândalo de ninguém, mas atraiam todos à paz, à mansidão e à benignidade.

Art. 69

§1 Na reivindicação dos direitos dos oprimidos, os irmãos renunciem à ação violenta e recorram a meios que estão ao alcance também dos mais fracos.

§2 Conscientes também dos terríveis perigos que ameaçam a humanidade, os irmãos denunciem com firmeza toda espécie de ação bélica e a corrida armamentista, que são uma chaga extremamente grave para o mundo e a maior ofensa aos pobres, e não poupem trabalhos e sofrimentos na construção do Reino do Deus da paz.

Art. 70

Sem recear a pobreza que escolheram, os irmãos vivam alegres, com a esperança posta na Promessa, promovam a mútua aceitação e a benevolência entre os homens e sejam o instrumento da reconciliação realizada pela cruz de Jesus Cristo.

I. REFLEXÃO

Francisco nos diz em seu Testamento: “O Senhor me revelou que disséssemos esta saudação: ‘O Senhor te dê a paz’”¹⁵. As principais fontes biográficas de Francisco confirmam que estas foram exatamente suas palavras e nos narram como os irmãos, desde o início, usaram esta saudação de diversas formas¹⁶. A Legenda de Perúgia e o Espelho da Perfeição, além disso, unem a revelação da saudação da paz à do nome da Ordem: Menores¹⁷. Seguindo estas fontes, então, a atribuição do nome e a saudação da paz identificam os irmãos que se reúnem em torno de Francisco como movimento. A partir disto, podemos ver quatro elementos que marcam o estilo com o qual Francisco e seus irmãos se compreenderam a si mesmos: a minoridade, a vida de penitência, viver juntos como irmãos e o desejo da paz. A autêntica novidade na fraternidade dos primeiros anos não é somente sua minoridade, mas sua especial relação com a saudação de paz. Isto está na origem do estilo pacífico e não violento com o qual os irmãos vão pelo mundo, evitando toda contenda¹⁸ e pretendendo a justiça. Os irmãos anunciam e promovem a paz. Fazendo o bem onde quer que eles se encontrem, eles se opõem ao mal das guerras, às diversas formas de exploração e de marginalização, de destruição e de opressão¹⁹. No mundo de hoje, dilacerado ainda pela guerra e pelo terrorismo, cheio de injustiças sociais e de fome, nós,

¹⁵ Test 23. Sobre o tema da paz, ver H. Von der BEY, “*Der Herr gebet Dir den Frieden*”: Eine franziskanische Friedens theologie, DC, Werl, 1990.

¹⁶ LTC 26, LP 67; LM III,2; 2EP 26.

¹⁷ LP 101, 2EP 26; 2EP 6.

¹⁸ Cf. RnB 11 e 14; RB 3,10-13.

¹⁹ Cf. CCGG 68,1; 2Cel 108; LP 44; Fior XI.

irmãos menores, devemos falar claramente da paz, de modo que impulsionemos a trabalhar por ela.

1. Dom da reconciliação

Nossa missão de paz provém da paz de nossos corações e se baseia em nossa própria experiência de perdão, misericórdia e generosidade. Uma experiência que nos foi dada, que nos libertou e que nos permite agir desta maneira. Dela obtemos a força para nos comprometermos de forma não violenta e amistosa, para alcançar uma maior justiça nos ambientes de conflito e de opressão. Mas, para começar, devemos libertar nosso coração da agressividade, do ódio, dos ciúmes, de preconceitos comuns e de odiosos estereótipos. Somos propensos a alimentar os sentimentos negativos e frequentemente desejamos que sejam eles que dominem, por causa das decepções e das ofensas que sofremos. Devemos trabalhar a raiz destes sentimentos negativos para sanarmos a nós mesmos, antes de podermos perdoar e promover a paz entre nós e em nossa vida cotidiana. Somente assim, uma vez que tivermos sanado e libertado nossos corações de agressividade e de rancor para com nossos irmãos e irmãs, teremos em nós a força para fazer o bem²⁰. É importante, então, primeiro experimentar a reconciliação em nossos corações.

Encontramos aqui uma profunda relação entre contemplação e ação de paz. A contemplação franciscana centra-se em Deus que, em seu Filho, reconciliou o mundo consigo. Esta é a sua vontade: que toda a criação seja salva por Jesus Cristo. Jesus anunciou e viveu o amor que se sacrifica a si mesmo para levar a salvação de Deus ao mundo e tornar novas todas as coisas. O dom da salvação que Deus concedeu gratuitamente não só nos liberta de nossos pecados, mas também prevê a paz de um mundo redimido e a justiça do Reino de Deus. Na contemplação, vemos a salvação de Deus que gradualmente se desdobra e nos leva, já neste mundo, a seguir a Cristo, trabalhando pela paz e pela justiça do Reino.

A saudação franciscana de “Paz e Bem”²¹ coloca em evidente relação a paz com a salvação com que Deus nos presenteia. Estas nos alcançam através da contemplação e da oração, que nos conduzem às atividades cotidianas. Desta forma, contemplação e oração se vinculam estreitamente com a ação política e social. Todo aquele que vê o tráfico de armas, o desenvolvimento militar, a exploração dos recursos e o empobrecimento de toda a população dificilmente se conformará com uma piedade desencarnada e puramente intimista, encerrada no próprio convento. Tem que confrontar-se com os ensinamentos do Evangelho. Depois, será coerente, tomando parte em manifestações, com declarações públicas, ou através de ações de oposição não violenta. Expressará, em todo caso, seu protesto, estendendo a mão a cada dia de forma simples aos que têm necessidade e a quantos batem à sua porta. Seu protesto se traduz em gestos concretos de amor.

2. Ativos operadores de paz

²⁰ Cf. CCGG 68,2.

²¹ No texto original (alemão) a expressão é Paz e Salvação, derivada da expressão latina *Pax et Bonum*, que literalmente seria Paz e Bem.

Não podemos ficar tranquilos com a esmola e com a assistência caritativa. Devemos comprometer-nos com valentia para eliminar as estruturas injustas de nossos ambientes, regiões e países. Por isso, devemos ser solidários, sobretudo com os irmãos e as pessoas que vivem e sofrem situações difíceis no mundo. Somente se tivermos o Espírito do Senhor e sua influência benéfica, seremos capazes deste trabalho, abstendo-nos de toda forma de agressão e evitando qualquer recurso à força²². O Espírito do Senhor e sua santa operação vencem o mal e impulsiona-nos ao amor também para com nossos inimigos. Este amor, que abraça inclusive o inimigo, não deve ser confundido com submissão apática e passiva. Pelo contrário, o Espírito do Senhor guia-nos a comprometermo-nos de forma ativa, mas não violenta, com palavras e ações, para combater o mal onde quer que ele se manifestar. Não combatemos diretamente o mal, gastando nossas energias na luta, mas, repletos do Espírito de Jesus, deixamos de lado o mal e, fazendo o bem e agindo de forma distinta, vamos além do mal perpetrado. Neste processo, o Espírito inspira as palavras e as ações proféticas que ajudam a fazer crescer a verdadeira paz e uma justiça fundamentada na reconciliação. Tais ações proféticas perturbam a rotina e nos levam facilmente a considerar os irmãos que vivem esta dimensão profética como fonte de problemas entre nós. Mas são precisamente eles que têm necessidade de nosso apoio; agindo assim, cada um poderá realizar a própria tarefa de tornar possível a paz²³.

O conceito franciscano de paz não implica por si mesmo o apoio a interesses sócio-políticos ou a algum partido, mas antes se baseia na paz bíblica que encontra seu modelo na vida de Jesus Cristo humilde e sofredor. Aspiramos à Justiça e à paz como homens que caminham junto ao Senhor, que veio para servir e dar sua vida pela humanidade²⁴. Sabemos bem que a recusa a usar a violência nem sempre é fácil e é compreensível também que algumas situações de injustiça especialmente atroz provoquem uma instintiva reação violenta. Mas a verdadeira força, o poder que pode pôr fim a uma espiral de violência e de discórdia, se encontra no amor aparentemente indefeso e desarmado, disposto a servir os outros. Combater a violência com a violência talvez possa deter o mal por um breve tempo e castigar o causador, mas não pode preparar o terreno para aprender a viver em paz uns com os outros, estimando-se e respeitando-se. Por essa razão, nós, irmãos menores, nos situamos a partir da não-violência ativa junto àqueles que não podem defender-se²⁵. Fazendo isto, evitamos usar qualquer instrumento que possa provocar e suscitar ulteriores injustiças. Além disso, não cedemos simplesmente diante do mal, mas realizamos ações que dêem testemunho de um novo mundo, tomando como guia os valores humanos do Reino de Deus. Tentamos assim curar as feridas abertas, agir de modo tal que a verdade seja escutada e que novamente se instaure uma ordem justa. Não haverá uma paz duradoura sem um processo que sane todas as feridas, sem que a verdade goze de um apoio aberto, sem que o culpado aceite a responsabilidade da injustiça cometida. Então, sim, será possível a paz, construída a partir da reconciliação entre todas as partes. Inclusive quando, como frequentemente acontece, nos colocamos junto dos que sofrem a derrota devido a uma injustiça – pois a paz exige também isto – nós, irmãos menores, temos a tarefa de mediar

²² Cf. RnB 10,8-12.

²³ Cf. 1Cel 24, onde Celano fala de “*pacis legationem*”.

²⁴ Cf. Mt 5,9; Ad 13 e 15.

²⁵ Cf. CCGG 69,1.

ativamente entre as partes em litígio. Ser mediadores de paz, como desde sempre aconteceu na história da Ordem, é uma das tarefas mais nobres dos Frades Menores. O papel de mediadores não nos entrega a uma neutralidade que nos coloque à margem do processo. Um mediador deve dar nome e estigmatizar a injustiça realizada, identificando as causas da discórdia. Ele é evidentemente parte do processo²⁶. Ao mesmo tempo, deve abrir e mostrar à parte culpada um caminho para sair do mal cometido. Só se pode exercer um papel de mediação sob a bandeira da não-violência.

Nossa tradição franciscana nos leva a denunciar a injustiça e as causas de discórdias e litígios. Daí vem nosso compromisso de mediar pela paz e de restabelecer uma ordem justa²⁷. Não assumimos esta tarefa como uma entre as muitas de nossa vida de franciscanos; de fato, isto faz parte intrínseca do modo de compreender autenticamente nossa vida de irmãos ao lado dos pobres de nosso mundo, dos deserdados, das vítimas da guerra e dos famintos. Falamos em seu nome, quando tentamos ser mediadores da paz, da esperança e de um novo futuro, e esta será nossa contribuição para tornar possível um mundo mais justo. Um irmão que fundamenta a própria vida na de Jesus, presente nos sofrimentos das pessoas, partilha, na prática, da vida e da paixão de Cristo hoje.

Cada vez mais pessoas são arrastadas à pobreza pela globalização de nossos dias. Perdem o próprio trabalho e sua dignidade por interesses e ganâncias multinacionais. Populações inteiras são forçadas a viver na marginalidade e entregues à morte, por que o valor de suas terras é explorado por um pequeno número de acomodados. Muitos são assassinados, porque a raiva fundamentalista fomenta guerras em nome de Deus, alimenta o ódio e impulsiona o mundo inteiro a uma crise sempre mais profunda. Como frades, não podemos conformar-nos com a piedade da oração por todos estes infelizes. Da oração devemos tirar a energia para comportar-nos de acordo com nossa vocação e, dentro de nossas possibilidades, apressar-nos a ajudá-los, porque é Cristo que está sofrendo em cada um deles. Não podemos permanecer em silêncio diante de semelhante desolação sem fazer nada, ficando a olhar e deixando a Deus a solução dos problemas. Deus necessita, busca e espera de nós um modo de agir semelhante ao de seu Filho Jesus. Neste ponto central, nossa espiritualidade se torna política. Devido à nossa vida espiritual, nossa contemplação e nossa oração, somos guiados pelo Espírito do Senhor, no sentido mais autêntico do termo, a tomar uma posição. Remetendo-nos ao Evangelho, anunciamos uma justiça que não somente assegure aos infelizes uma mera sobrevivência, mas também que ofereça uma vida digna, livre de toda ameaça. Podemos tornar possível a paz, somente no contexto de uma justiça tal em que ninguém perca ou sofra opressão e na qual tudo leve às diferentes partes a ter os mesmos direitos e responsabilidades. A paz não é ausência de conflito e de guerra, mas é a mais firme disposição para aceitar e acolher o outro em sua diversidade, dando-lhe voz e espaço vital em um futuro comum.

Esta abordagem da vida continua sendo um desafio para nós, frades menores, porque sua realização frequentemente acaba transformando-se em alguma forma de submissão. Quem se compromete desta forma pela paz e pela justiça baixa suas próprias defesas e se torna vulnerável. Arrisca muito, e alguns arriscam a própria vida. Neste caso, a pessoa se sente verdadeiramente conduzida a participar do sofrimento de Cristo, do qual nos fala a

²⁶ Cf. CCGG 69,2.

²⁷ Cf. Fior XXI.

Escritura. O resultado final de semelhante compromisso e sofrimento pelo Evangelho será frutificar cem por cento no Reino de Deus.

3. Pobreza e simplicidade, bases para a paz

Esta forma de caminhar nas pegadas de Cristo, pobre e humilde, faz da simplicidade e da pobreza um sinal profético de um mundo novo e um reflexo do Reino de Deus. A pobreza e a simplicidade do estilo franciscano de vida neste contexto não são tanto uma renúncia à riqueza, ao ter e ao poder, mas uma forma de liberdade e de autonomia que nos permitem agir realmente como mensageiros de boas notícias. Há muitos níveis de pobreza e de simplicidade como base da liberdade. A pobreza de agir sem posses liberta-nos da necessidade de proteger nossa propriedade. A pobreza como carência de um status e como recusa de privilégios liberta-nos do medo de perder posições, um título ou o prestígio. Confiamos mais na Palavra de Deus do que nas posses materiais ou espirituais. A pobreza e a simplicidade de nosso estilo de vida libertam a nós, irmãos menores, do medo, porque não temos nada a perder. Não nos preocupa o que somos ou o que temos²⁸. Porque não temos que lutar por nós mesmos nem por nossas propriedades espirituais ou materiais, nosso estilo franciscano de vida liberta nossa energias, para que se levantem valentes em favor dos valores evangélicos diante dos poderosos, diante de quem governa e diante de todas as pessoas. A pobreza e um estilo de vida simples permitem-nos evitar compromissos negativos para conservar posses e possibilitam-nos dar mais espaço àquela liberdade e amplidão de ação, pela qual poderemos ser estimados e apreciados pelo povo. Movendo-nos longe do medo de perder propriedades, posição, boa reputação e relações privilegiadas, a pobreza nos dá o espaço e a credibilidade para perseguirmos a reconciliação em nome de Jesus Cristo, o Crucificado. A liberdade permite-nos, como irmãos menores, interpelar as consciências das pessoas e animá-las a mudar e encontrar-se com os outros a partir de uma aceitação recíproca e benévola. Sem esta relação com a liberdade e sem este serviço profético à reconciliação, a pobreza da qual falamos para em um exercício ascético de breve vida e fracassa em sua conexão com a vida real.

Em consequência, se buscamos um estilo de vida mais simples como expressão da pobreza franciscana, devemos perguntar-nos como podemos fazer uso da liberdade que obtemos a serviço da reconciliação. Podemos usar esta liberdade a serviço da reconciliação, anunciando com clareza e dando nome às verdadeiras raízes das discórdias e dos conflitos. Podemos também mover-nos para sanar as feridas abertas pelas distensões. Estamos livres e preparados para oferecer o perdão e a misericórdia a quem se equivocou. Isto significa, antes de tudo, fazer falar entre si os inimigos, que se olhem e discutam sobre o mal causado, para que possam superar juntos o beco sem saída. Neste ministério, temos que controlar os preconceitos e as condenações apressadas, enquanto mantemos aberta a possibilidade de um futuro comum em paz. Podemos enfrentar e ter um compromisso semelhante pela reconciliação, com todas as energias que isso requer, porque este dom nós o recebemos de Deus no sacrifício de amor de Jesus na cruz.

²⁸ Cf. CCGG 70.

II. EXPERIÊNCIAS

As experiências relacionadas com esta reflexão sobre a justiça e a paz mostram-nos três contextos muito especiais: uma realidade de conflito étnico; outra de *apartheid* e uma terceira de injustiça social contra os “Sem-terra”, que são uma categoria específica de pobres e excluídos. São três realidades nas quais se manifesta uma clara situação de injustiça, de violência particularmente cruel e de todo tipo de fratura social, familiar e entre pessoas. Os frades, nas experiências que partilham, testemunham a paz como fruto de reconciliação, de perdão, de justiça e de solidariedade. Claramente se vê que não se trata de uma tarefa fácil e simples, pois cada realidade é muito complexa. Construir a paz e a reconciliação exige enfrentar as causas do conflito, as injustiças e as responsabilidades; exige tocar nas feridas, fazer um caminho pedagógico e evangélico para estabelecer uma nova ordem de relações entre as partes. Também exige uma decisão interior para o encontro entre as vítimas e os verdugos, para superar a lógica da vingança e as soluções violentas. Além disso, se vê que os frades não agiram isoladamente, mas em colaboração com outras iniciativas, com pessoas de boa vontade, com organizações interessadas na construção de uma nova ordem social.

Os frades foram fiéis ao carisma, ao exemplo de Francisco e de seus companheiros e à herança da tradição franciscana. O fato de que a saudação da paz tenha sido revelação do Senhor a Francisco impulsiona-nos a ser testemunhas, mensageiros da paz e pacificadores. Anunciar a paz com a vida e na pregação, saudar as pessoas com a saudação da paz, intervir em situações conflituosas concretas para agir em favor da paz e da reconciliação tem sido uma característica do movimento franciscano desde seus inícios. Esta herança foi conservada e renovada na tradição de nossa Ordem.

É difícil encontrar hoje um contexto sem alguma realidade conflituosa, de injustiça, de violência ou de ruptura social entre as categorias e classes sociais, entre etnias, grupos, famílias e pessoas. Em fidelidade criativa a esta característica de nossa vocação e missão, por toda parte podemos e devemos continuar sendo testemunhas, arautos e agentes de paz, de reconciliação e de justiça.

1. Testemunho de Reconciliação em Ruanda

O genocídio, que teve lugar em Ruanda no ano de 1994, colheu mais de um milhão de vítimas, entre as quais estão meu pai, meu irmão e um bom número de parentes, muitos amigos e vizinhos. Nossas casas e nossos bens foram destruídos completamente. Eu, como já estava no convento, deixei o país com outros frades em pleno genocídio. Pessoalmente, eu não estava tranquilo, porque sabia que meu pai e meu irmão haviam morrido.

Em julho de 1995, um ano depois do genocídio, regressei a Ruanda para ter uma visão do drama. Foi um momento difícil para mim. Cheguei ao lugar onde tínhamos vivido e vi que não havia mais do que terra, sob a qual poderia estar a fossa onde haviam jogado meu pai. Em um primeiro momento, as pessoas da aldeia não queriam que eu me aproximasse, pois pensavam que eu havia vindo com militares para vingar-me (era o tempo da vingança). Então, foi necessário encontrar-me com as pessoas e falar-lhes. Assegurar-lhes que eu não

desejava vingança, mas encontrar os assassinos. Alguns destes já estavam na prisão; outros haviam desaparecido. Pedi permissão para poder visitá-los na prisão. Alguns eram velhos “amigos”. E embora alguns não reconhecessem seu crime, eu lhes disse que haviam cometido um pecado grave, que tinham necessidade de uma conversão e de uma reconciliação, primeiramente com Deus e depois com os sobreviventes. De minha parte – eu lhes disse – desejava perdoá-os. Depois, organizei uma missa de funeral digna de meu pai, na qual eu disse que perdoava a todos aqueles que haviam feito mal à minha família.

Eu ainda percebia que, por toda parte, rebrotavam sentimentos de ódio e de vingança, mesmo em nossa comunidade cristã. Uma das soluções que encontramos foi a de criar pequenas associações nas quais as duas etnias pudessem encontrar-se e falar abertamente. Assim, criamos uma associação de viúvas em consequência do genocídio e de mulheres que têm seus maridos na prisão, como suspeitos de terem tomado parte nos massacres. No princípio, os encontros foram difíceis, mas pouco a pouco conseguimos estabelecer um bom ponto de partida para prosseguir pelas veredas do perdão e da reconciliação.

Também em nossas comunidades da família franciscana, conhecemos alguns casos tão graves que em alguma comunidade a convivência entre as pessoas das duas etnias resultava impossível. Então, tivemos que organizar alguns encontros nos quais cada membro era convidado a falar daquilo que viveu durante o genocídio e nos quais cada um dizia o que resultava difícil de aceitar, e no final conseguimos viver juntos. Além disso, instituímos um encontro anual que termina com uma marcha da paz e da reconciliação, para a qual convidamos todos os cristãos.

Concluo, dizendo que, desde o ano de 2004, o Governo instituiu um tribunal popular que reúne e age em cada colina, ao qual cada pessoa deve dizer o que sabe acerca do genocídio. Isto provoca um medo grande e parece que freia o processo de reconciliação. Ainda precisamos encontrar a linguagem apropriada para sair desta crise.

2. Verdade e reconciliação na África do Sul

Na África do Sul, foi difícil o período entre 1984 até o final do ostracismo dos movimentos de libertação e das primeiras eleições democráticas. Foi um tempo de desconfiança, de ódio, de enfrentamentos violentos e de massacres brutais, instrumentos que regeram o governo opressor do Presidente P.W. Botha.

Este Governo, antes de cair pelas pressões da comunidade internacional, das Igrejas e das massas de pobres, fez uma propaganda em massa contra todos os seus adversários políticos. Esta campanha, coordenada pelas forças de segurança, incluía o uso da violência de negros contra negros, justificada como uma espécie de autodeterminação étnica. Tudo isto fez crescer um clima de suspeita e de desconfiança entre os oprimidos e promoveu a mentalidade do *divide e vencerás*. Era o tempo dos numerosos protestos em massa, nos quais se assistia a um grande derramamento de sangue, muitos mortos e massacres violentos. Foi feito de tudo para desanimar qualquer ideia de um governo negro e para demonstrar que os negros são inimigos, inclusive entre si. Por medo das forças de segurança, “nem mesmo os cães ladravam na cidade”. Mas juntamente com o ódio e a exasperação cresceram também o espírito de martírio e de patriotismo.

Com a mudança da situação, quer dizer, com o fim do ostracismo do ANC, o início de várias negociações e a perspectiva de um governo de unidade nacional sob a guia de Nelson Mandela, foram necessários um paradigma e um vocabulário político novos. Como podiam o opressor e a vítima sentar-se em torno da mesma mesa e governar? Para isto, nasceu a comissão “Verdade e Reconciliação”. Assim, se iniciou um processo muito lento e doloroso; para alguns, uma perda inútil de tempo, para outros, um exercício terapêutico essencial que criou um terreno comum onde a vítima pudesse confrontar-se com o verdugo. De fato, para mais de um foi a oportunidade de encerrar as experiências dolorosas do passado, chegando a conhecer a sorte dos familiares “desaparecidos” e onde estavam sepultados. Para outros, em contrapartida, esta mesma comissão foi uma zombaria das experiências do povo africano, porque quem tinha ordenado as diversas atrocidades, as perseguições e os massacres nunca tomou parte da comissão, antes, alguns deles, como P.W. Botha e o Doutor Wouter Basson, se confrontaram sempre com ela, considerando-a uma vergonha.

As Igrejas, incluídos os franciscanos, animaram as pessoas a participarem do processo de cura proposto pela comissão de “Verdade e Reconciliação”. Com este fim, nasceram muitos grupos de apoio, tanto dentro como fora da Igreja. Frequentemente se ouvia o lema: “Reconhecimento do passado e novo início para todos”.

Muitas igrejas do país se converteram em baluartes de esperança e em ícones de compaixão, de compreensão, de perdão e de reconciliação para todos os grupos raciais da África do Sul. O templo católico “Regina Mundi” em Soweto, onde trabalham os oblatos, o de São Francisco Xavier em Evaton, Nyolohelo, bem como a igreja católica do Emanuel no Triângulo de Vaal, onde os franciscanos trabalham, continuaram abrindo suas portas como nos anos do apartheid para favorecer o processo de cura; e os frades de diversas regiões estavam implicados na promoção da paz, da justiça e da reconciliação. Soweto e Triângulo de Vaal eram os pontos mais difíceis do país. O trabalho da Igreja e do Conselho das Igrejas da África do Sul, com os franciscanos em primeira linha, baseava-se na promoção do espírito de reconciliação, com o ideal de um novo início para todos. Assim, a Igreja e os frades estavam chamados a repensar sua vocação, seu modo de dedicar-se à comunidade e a deixa-se evangelizar pelos pobres.

Esta época viu também o desenvolvimento do “South African Black Priests Solidarity Movement” (Movimento de Solidariedade dos Presbíteros Negros da África do Sul) que animou a reconciliação dentro da própria Igreja: entre os bispos e seus presbíteros, entre os sacerdotes negros e os sacerdotes brancos e entre os próprios sacerdotes negros.

Neste contexto, os próprios frades se deram conta da necessidade de um processo de Verdade e Reconciliação entre eles. Decidiu-se que o Centro de Retiros Espirituais “La Verna”, tão significativo para todos os frades da África do Sul, seria o melhor lugar para viver este “processo de reconciliação franciscana”. Sabíamos de antemão que esta confrontação criativa e positiva, este narrar a verdade para a reconciliação seria difícil para os frades, como o foi para os demais. Existem muitas áreas da África do Sul que ainda devem empreender um caminho de Verdade e Reconciliação. Em uma entrevista pela televisão, o Senhor Adrian Volk, ex-ministro de Segurança Pública, disse que “Verdade e Reconciliação” era somente o primeiro capítulo do processo de reconciliação, um caminho longo e doloroso, mas indispensável.

Para encontrar meios concretos de abraçar os leprosos de hoje, temos que fazer memória de nosso passado e temos que perdoar para seguir adiante. As palavras franciscanas da Oração Simples são uma admirável síntese disto: “Senhor, que eu não busque ser compreendido, mas compreender”.

3. Buscar a paz nos conflitos pela Terra

O Brasil é uma nação rica com uma multidão de pessoas pobres. Uma das causas estruturais desta pobreza e da enorme distância entre o pequeno número dos muito ricos e a multidão dos muito pobres é a concentração da terra nas mãos de poucos. Por isso, quatro milhões de famílias de camponeses, sem terra ou com pouca terra, ficam à margem da sociedade, sobrevivendo em condições infra-humanas. Parte da população camponesa emigrou para as grandes cidades durante os últimos anos, com o conseqüente aumento das favelas, do desemprego e da violência. Desde 1950, época de desafios enfrentados pelo bispo franciscano Dom Inocêncio Engelke, a Igreja Católica no Brasil defendeu a necessidade da Reforma Agrária a partir da fidelidade à palavra de Deus e inspirada na doutrina social da Igreja e, por conseqüente, animou os pobres do campo para que se organizassem e lutassem por seu direito à terra e a uma vida digna.

Neste contexto eclesial e social, um grupo significativo de discípulos do Pobrezinho de Assis do Brasil sentiu o dever de partilhar a vida e a causa dos pobres sem terra, apoiando-os, manifestando-lhes solidariedade e convivendo com eles. Alguns frades se inseriram no ambiente social onde eles vivem, partilhando suas alegrias e esperanças, suas tristezas e angústias. Como irmãos menores, participamos da luta dos camponeses pobres para conquistarem a terra e para não abandoná-la, uma vez estabelecidos nela.

Este empenho é diferente do que os frades normalmente realizam em paróquias, nas escolas, nas obras sociais, nos santuários, no cuidado pastoral, nas missões populares, etc. Frequentemente, nos encontramos em situações de conflito em nosso trabalho: os grandes proprietários e os organismos repressivos do Estado tomam posição, defendendo o latifúndio, enquanto os movimentos sociais camponeses se mobilizam e pressionam, exigindo suas reivindicações. Nós estamos com o mais fracos e, por isso, sofremos as conseqüências: calúnias, processos judiciais, perseguição, ameaças de morte, repressão violenta, incompreensões. Procuramos encarar estas situações com serenidade e sinceridade, em diálogo com as autoridades para buscar soluções negociadas. Assumimos uma atitude pacífica para testemunhar a busca de soluções não violentas. Sempre afirmamos nossa opção evangélica e franciscana de estar ao lado dos pobres, pois entendemos que eles são vítimas de um processo histórico e que nos compete estar junto das vítimas.

Em alguns conflitos, os quais não foi possível evitar, fomos tratados com violência. Nossas opções nem sempre foram compreendidas nem mesmo por nossos próprios irmãos, porque atribuem uma conotação política à nossa posição. Temos procurado conviver com essas realidades, explicando nossas atitudes e nossas motivações de fundo, sobretudo buscando mais compreender do que o ser compreendidos.

Ao longo de nossa inserção, temos participado das manifestações, das ocupações de terra, das pressões públicas e das greves de fome. Os pobres organizados são submetidos a um processo, mas nos tornamos solidários com eles. Partilhamos os momentos de maior sacrifício. Nesses momentos decisivos, oferecemos nossa condição de frades para melhor apoiar sua justa causa. Muitos de nós moram e convivem em seus assentamentos, de forma itinerante. Celebramos, rezamos, oramos, administramos os sacramentos, tentamos formar comunidades de fé e formar agentes de evangelização. Procuramos consolar os aflitos e alegrar-nos com suas conquistas e alegrias. Também contribuímos com a formação de líderes que ajam na sociedade e buscamos colaborar nos processos que melhorem as condições sociais e econômicas dos pequenos agricultores, desenvolvendo especialmente o trabalho em cooperativas.

Muitas de nossas preocupações se concentram nas crianças e nos jovens, e promovemos o mais possível a sua educação. Com muitos jovens temos vivido frequentemente situações limites entre o criar as condições para uma vida digna e produtiva e o ser absorvidos pela criminalidade, pela violência ou pelo tráfico de drogas.

Nos últimos anos, demos ênfase especial à questão ambiental e à educação ecológica, procurando dar exemplo em nossas próprias casas de inserção, recuperando e preservando a biodiversidade, recuperando sementes naturais, gerindo o uso da água, praticando o agro-reflorestamento e sensibilizando sobre o amor à natureza.

Nossa principal motivação é a mística franciscana:

* O amor à mãe terra e a seus filhos prediletos, os camponeses, os indígenas, os negros refugiados (quilombolas), os pescadores.

* A solidariedade para com os pobres, inspirada no amor de Francisco pelos leprosos.

* A espiritualidade que vê o Senhor crucificado nos crucificados de hoje e vê a imagem de Deus na dignidade humana ofendida muitas vezes.

* A busca incessante da integridade da criação: a construção da paz, não como ausência do conflito, mas como superação dos conflitos com melhores condições para a convivência humana.

* A inserção missionária, partilhando condições precárias de meios e assumindo a itinerância como mudança periódica de lugar e de morada e como forma de acompanhamento dos acampados em seus deslocamentos e em suas mudanças forçadas de lugar.

Assaltam-nos muitas tentações. Muitas vezes, experimentamos a dor da humilhação, sentimos ira e indignação. O peso das ofensas das injustiças frequentemente nos prostra. Lutamos contra nós mesmos para que nossa ira não se transforme em ódio e procuramos praticar, com muita dificuldade, um dos mais difíceis mandamentos de Jesus: amar os inimigos.

Outras vezes, temos a tentação de crer que somos melhores do que os outros, que somos autênticos e coerentes, que podemos julgar os que nos criticam, condenar os que não nos compreendem. Lutamos contra esta tentação, convencendo-nos de que simplesmente somos frágeis instrumentos nas mãos do Senhor, carregados de contradições e de incoerências cotidianas.

Outra tentação é a de trabalhar para o povo ou em lugar do povo, negando-lhe sua condição de sujeito, de artífice de sua dignidade, caindo no paternalismo e no assistencialismo, nutrindo dependência de nós e de nossas ideias, ações e projetos. Procuramos combater esta tentação, reforçando nossa fé na capacidade e na força da união, a partir da superação do próprio eu, de si mesmo, presente em cada ser humano e na construção de relações humanas entre iguais.

Procuramos também praticar a revisão comunitária, com a crítica e a autocrítica, com a correção fraterna e comunitária, com as assembleias com o povo, com o confronto do nossa vida com a Palavra de Deus e com elementos fundantes do espírito franciscano das origens.

Podemos dar testemunho de que temos experimentado muitas alegrias sinceras e autênticas, estando entre os pobres e os fracos, os abandonados, os desprezados e os excluídos à beira dos caminhos.

III. ATUALIZAÇÃO

Para a formação pessoal

a. Fazer memória de todas as experiências de contato com os pobres, com situações de injustiça, de conflito e ver o significado que tiveram na vida e na formação pessoais. Ao mesmo tempo, fazer memória também do compromisso pessoal a favor da paz, da justiça e da reconciliação e ver seus efeitos no anúncio do Evangelho com o testemunho e com a palavra. Qual é a tua experiência atual neste sentido?

b. Fazer várias vezes a meditação pessoal dos textos bíblicos e franciscanos do item seguinte “Para aprofundar”, para o crescimento pessoal na consciência de ser chamado e enviado como frade menor para testemunhar e colocar em prática a paz, a justiça e a reconciliação.

c. Considerando as orientações dos documentos da Ordem e da Igreja referentes ao compromisso pela paz, pela justiça e pela reconciliação, que testemunho oferecem sua Fraternidade local, provincial e a Igreja local? Quais seriam suas propostas concretas e realizáveis a esse respeito?

Para os encontros de Fraternidade

A Fraternidade poderia refletir, em um ou mais capítulos, sobre esta temática, ou durante um dia de retiro ou de estudo. Oferecemos um esquema que pode ser desenvolvido em um dia ou em diversos encontros.

A. Leitura orante da Palavra: Mt 5,1-11.

* Seguir o método da Leitura orante da Palavra.

* No momento de restituir a Deus mediante a oração, além da oração pessoal, pode-se proclamar juntos o Salmo 85 (84).

* No final, podem-se ler as sugestões do CPO da Baía (cf. nº5 dos textos franciscanos no item seguinte, “Para aprofundar”) para ver quais poderiam ser os gestos concretos, os meios e as ações possíveis da Fraternidade para qualificar a evangelização com o testemunho, com o anúncio e com as obras a favor da paz, da justiça e da reconciliação.

B. Revisão de vida

1. O Guardião ou o moderador do encontro propõe, alguns dias antes, que se faça a leitura deste capítulo.

2. Iniciar encontro com um cântico adequado e com uma oração.

3. Pode-se ler um dos textos franciscanos propostos no item “Para aprofundar”.

4. Um dos irmãos, previamente indicado pelo Guardião, poderia fazer uma breve introdução ao tema, ressaltando os elementos fundamentais da reflexão e das experiências. Os demais irmãos da Fraternidade podem enriquecer a reflexão, narrando outras experiências que algum membro da comunidade viveu ou está vivendo.

5. Ver juntos a realidade social em que a Fraternidade vive: quais são as situações conflitivas, de ruptura e de violência entre as pessoas, as famílias, os grupos sociais, os grupos religiosos e no âmbito cultural? Que situações de injustiça existem? Ver as causas e a dinâmica destas situações.

6. Como os membros da Fraternidade vivem entre si a paz, a justiça e a reconciliação?

7. De que modo a Fraternidade consegue agir a favor da paz, da reconciliação e da justiça em seu contexto? Como está presente esta dimensão na atividade evangelizadora?

8. Existem, no próprio contexto, grupos ou movimentos comprometidos com a paz, com a justiça e com a reconciliação? Como a Fraternidade colabora?

9. Na Fraternidade e no contexto em que vive, quais são os esforços e as mediações para uma formação permanente e para uma educação para a paz, para a justiça e para a reconciliação?

C. Sinais e gestos de justiça e paz

É importante que os sinais e os gestos brotem da leitura orante da palavra e da revisão de vida da Fraternidade. Aqui oferecemos alguma possível sugestão:

* Programar uma jornada anual pela paz com as pessoas da comunidade eclesial, com a paróquia ou com as instituições presentes no lugar, de forma criativa: precedida de um tríduo, de oração e jejum, encontros de reflexão; envolver os jovens, as escolas, as organizações sociais, outras igrejas ou religiões; algum ato ecumênico ou interreligioso; partilhar testemunhos e experiências a favor da paz, da justiça e da reconciliação; concluir com um compromisso.

* A Fraternidade poderia interessar-se por uma realidade concreta de injustiça concreta, de violência, de marginalização de pessoas, famílias, ou grupos concretos sociais, étnicos; estabelecer e manter contatos, conhecer diretamente a situação das pessoas e discernir um

modo de agir evangélico e pastoral, envolvendo a comunidade eclesial e os que colaborarem.

* Buscar uma pedagogia apta, baseada na espiritualidade franciscana, para enfrentar os conflitos internos da fraternidade e os do próprio âmbito em que ela vive e age. Certamente, para isto existem subsídios escritos em todas as línguas.

D. Oração

Senhor, Deus da paz, que criastes os homens, objeto de vossa benevolência, para tê-los como familiares na glória, nós vos bendizemos e vos damos graças, porque nos enviastes Jesus, vosso Filho muito amado, tornando-o Artífice de toda a salvação, a fonte de toda a paz e o vínculo de toda fraternidade.

Damo-vos graças pelos desejos, esforços e pelas realizações que vosso Espírito de Paz suscitou em nosso tempo para mudar o ódio em amor, a desconfiança em compreensão, a indiferença em solidariedade.

Abri ainda mais nossos espíritos e nossos corações às exigências concretas do amor a todos os nossos irmãos, para que possamos ser sempre mais os construtores da paz. Lembrai-vos, Pai de misericórdia, de todos aqueles aflitos que sofrem e morrem no parto de um mundo mais fraterno. Que para os homens de toda raça e de toda língua venha o vosso reino de justiça, de paz e de amor. E que a terra esteja plena de vossa glória. Amém²⁹.

PARA APROFUNDAR

A Palavra de Deus

1. Eis o meu servo que eu sustenho, o meu eleito, em quem tenho prazer. Pus sobre ele o meu espírito, ele trará o julgamento às nações. Ele não clamará, não levantará a voz, não fará ouvir a sua voz nas ruas; não quebrará a cana rachada, não apagará a mecha bruxuleante, com fidelidade trará o julgamento. Não vacilará nem desacorçoará até que estabeleça o julgamento na terra; na sua lei as ilhas põem a sua esperança. Assim diz Deus, Yahweh, que criou os céus e os estendeu e fez a imensidão da terra e tudo o que dela brota, que deu o alento aos que a povoam e o sopro da vida aos que se movem sobre ela. “Eu, Yahweh, te chamei para meu serviço da justiça, te tomei pela mão e te modelei, eu te pus como aliança do povo, como luz das nações, a fim de abrir os olhos dos cegos, a fim de soltar do cárcere os presos e da prisão os que habitam nas trevas” (Is 42,1-7).

2. Vendo Jesus as multidões, subiu à montanha. Ao sentar-se, aproximaram-se os seus discípulos. E pôs-se a falar e os ensinava, dizendo:

Bem-aventurados os pobres em espírito,
porque deles é o Reino dos Céus.

²⁹ PAULO VI, *Homilia da Missa na Primeira Jornada Mundial da Paz*, 01 de janeiro de 1968.

Bem-aventurados os mansos,
porque herdarão a terra.
Bem-aventurados os aflitos,
porque serão consolados.
Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça,
porque serão saciados.
Bem-aventurados os misericordiosos,
porque alcançarão misericórdia.
Bem-aventurados os puros de coração,
porque verão a Deus.
Bem-aventurados os que promovem a paz,
porque serão chamados filhos de Deus.
Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça,
porque deles é o Reino dos Céus.
Bem-aventurados sois, quando vos injuriarem e vos perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal contra vós por causa de mim. Alegrai-vos e regozijai-vos, porque será grande a vossa recompensa nos céus, pois assim perseguiram os profetas que vieram antes de vós...

Com efeito, eu vos asseguro que, se a vossa justiça não exceder a dos escribas e a dos fariseus, não entrareis no Reino dos Céus (Mt 5,1-12.20).

Documentos da Igreja

1. A paz não é a mera ausência da guerra nem se reduz ao equilíbrio das forças adversárias nem surge de uma hegemonia despótica, mas com toda exatidão e propriedade se chama obra da justiça. É o fruto da ordem plantada na sociedade humana por seu divino Fundador e que os homens, sedentos sempre de uma mais perfeita justiça, devem realizar. O bem comum do gênero humano rege-se primariamente pela lei eterna, mas em suas exigências concretas, durante o correr do tempo, está sujeito a contínuas mudanças; por isso, a paz jamais é uma coisa completamente feita, mas um perpétuo fazer-se. Dada a fragilidade da vontade humana, ferida pelo pecado, o cuidado pela paz reclama de cada um constante domínio de si mesmo e vigilância por parte da autoridade legítima.

Isto, no entanto, não basta. Esta paz na terra não pode ser alcançada, se não for assegurado o bem das pessoas e a comunicação espontânea entre os homens de suas riquezas de ordem intelectual e espiritual. É absolutamente necessário o firme propósito de respeitar os outros homens e povos, assim como sua dignidade, e apaixonado exercício da fraternidade a fim de construir a paz. Assim, a paz é também fruto do amor, que ultrapassa tudo o que a justiça pode realizar.

A paz sobre a terra, nascida do amor ao próximo, é imagem e efeito da paz de Cristo, que procede de Deus Pai. De fato, o próprio Filho encarnado, Príncipe da paz, reconciliou com Deus todos os homens por meio de sua cruz e, reconstituindo em um só povo e em um só corpo a unidade do gênero humano, matou o ódio em sua própria carne e, depois do triunfo de sua ressurreição, infundiu o Espírito de amor no coração dos homens.

Por isso, se chama insistentemente a atenção de todos os cristãos para que, vivendo com sinceridade na caridade, se unam com os homens realmente pacíficos para implorar e estabelecer a paz.

Movidos pelo mesmo Espírito, não podemos deixar de louvar aqueles que, renunciando à violência na exigência de seus direitos, recorrem aos meios de defesa que, por outra parte, estão ao alcance inclusive dos mais fracos, contanto que isto seja possível sem a lesão dos direitos e obrigações de outros ou da sociedade (GS 78).

2. A união com Cristo, a qual se realiza no Sacramento, capacita-nos também para novos tipos de relações sociais: a mística do Sacramento tem um caráter social. De fato, “a união com Cristo é, ao mesmo tempo, união com todos os outros, aos quais ele se entrega. Não posso ter o Cristo somente para mim; unicamente posso pertencer-lhe em união com todos os que são seus ou o serão”. Com relação a isto, deve-se explicitar a relação entre Mistério eucarístico e compromisso social. A Eucaristia é sacramento de comunhão entre irmãos e irmãs que aceitam reconciliar-se em Cristo, que fez de judeus e pagãos um só povo, derrubando o muro de inimizade que os separava. Somente esta constante tensão para a reconciliação permite comungar dignamente com o Corpo e o Sangue de Cristo. Cristo, pelo memorial de seu sacrifício, reforça a comunhão entre os irmãos e, de modo particular, incentiva os que estão em confronto para que acelerem sua reconciliação, abrindo-se ao diálogo e ao compromisso pela justiça. Não resta dúvida de que as condições para estabelecer uma paz verdadeira são a restauração da justiça, a reconciliação e o perdão. Desta tomada de consciência nasce a vontade de transformar também as estruturas injustas para restabelecer o respeito da dignidade do homem, criado à imagem e semelhança de Deus. A Eucaristia, através do colocar em prática este compromisso, transforma em vida o que ela significa na celebração. Como afirmei, a Igreja não tem como tarefa própria empreender uma batalha política para realizar a sociedade mais justa possível; no entanto, tampouco pode ou deve ficar à margem da luta pela justiça. A Igreja deve inserir-se nela através da argumentação racional e deve despertar as forças espirituais, sem as quais a justiça, que sempre exige também renúncias, não pode afirmar-se nem prosperar.

Na perspectiva da responsabilidade social de todos os cristãos, os Padres sinodais recordaram que o sacrifício de Cristo é mistério de libertação que nos interpela e provoca continuamente. Dirijo, portanto, um chamado a todos os fiéis para que sejam realmente operadores de paz e de justiça: “De fato, quem participa da Eucaristia deve comprometer-se em construir a paz em nosso mundo marcado por tantas violências e guerras, de modo particular hoje, pelo terrorismo, pela corrupção econômica e pela exploração sexual”. Todos estes problemas, que por sua vez geram outros fenômenos degradantes, são os que despertam viva preocupação. Sabemos que estas situações não podem ser enfrentadas de maneira superficial. Precisamente, graças ao Mistério que celebramos, deve-se renunciar às circunstâncias que vão contra a dignidade do homem, pelo qual Cristo derramou seu sangue, afirmando assim o alto valor de cada pessoa (*Sacramentum caritatis*, 89).

3. João Paulo II quis escolher para sua iniciativa audaz e profética o sugestivo cenário dessa cidade de Assis, universalmente conhecida pela figura de São Francisco. O “pobrezinho” encarnou de maneira exemplar a bem-aventurança proclamada por Jesus no

Evangelho: Bem-aventurados os que trabalham pela paz, porque eles serão chamados filhos de Deus. O testemunho que ele deu em sua época faz dele um ponto de referência natural para os que cultivam também hoje o ideal da paz, do respeito à natureza, do diálogo entre as pessoas, entre as religiões e as culturas. Pois bem, é importante recordar, se não se quer trair sua mensagem, que a escolha radical de Cristo lhe ofereceu a chave para compreender a fraternidade a que todos os homens estão chamados, e na qual também participam em certo sentido as criaturas inanimadas – desde o “irmão sol” até a “irmã lua”. Quero recordar, portanto, que neste vigésimo aniversário da iniciativa de oração pela paz de João Paulo II, se celebra também o oitavo centenário da conversão de São Francisco. As duas comemorações se iluminam reciprocamente. Nas palavras que o Crucifixo de São Damião lhe dirigiu – “vá e restaura a minha casa” –, na sua escolha pela pobreza radical, no beijo ao leproso, com o qual ele expressou sua nova capacidade de ver e de amar a Cristo nos irmãos que sofrem, começava essa aventura humana e cristã que continua fascinando a tantos homens de nosso tempo e que faz com que esta cidade seja meta de inumeráveis peregrinos (BENTO XVI, *Mensagem por ocasião do XX aniversário do encontro inter-religioso de Oração pela Paz*, 02 de setembro de 2006).

Textos franciscanos

1. Como saudação, o Senhor me revelou que disséssemos: *o Senhor te dê a paz* (Test 23).

2. Aconselho, todavia, admoesto e exorto a meus irmãos no Senhor Jesus Cristo que, quando vão pelo mundo, não discutam nem alterquem com palavras nem julguem os outros; mas sejam mansos, pacíficos e modestos, brandos e humildes, falando a todos honestamente, como convém. E não devem andar a cavalo, a não ser que sejam obrigados por manifesta necessidade ou por enfermidade. Em qualquer casa em que entrarem, digam primeiramente: Paz a esta casa. E, segundo o santo Evangelho, seja-lhes permitido comer de todos os alimentos que forem colocados diante deles (RB 3,10-14).

3 Bem-aventurados os pacíficos, porque serão chamados filhos de Deus. São verdadeiramente pacíficos aqueles que, por tudo o que sofrem neste mundo, conservam a paz na alma e no corpo por amor de Nosso Senhor Jesus Cristo (Ad 15).

4. Outras referências das fontes franciscanas: RnB 14; 2Cel 108 (paz de Arezzo); Fior 21 (São Francisco e o lobo); LP 44 (Paz de Assis entre o bispo e o podestà).

5. Ser artífices da paz é parte vital de nossa vida franciscana e de nossa evangelização do mundo. Por isso, O Conselho Plenário pede aos irmãos que:

a. Orem para ser homens de paz com Deus e com todo o mundo; façam da oração e do jejum parte dos próprios esforços pela paz; apóiem os movimentos que buscam a paz em nossa sociedade e se comprometam pessoalmente em tais movimentos.

b. Apóiem os esforços não violentos em prol da paz; ofereçam ajuda aos que fazem objeção de consciência à guerra, especialmente a guerra nuclear; estejam do lado dos que são encarcerados por suas convicções e esforços em favor da justiça e da paz.

c. Desenvolvam uma pedagogia da paz, especialmente para a juventude de nossos colégios e seminários.

e. Adotem os meios para eliminar as injustiças entre nós mesmos e, apesar de nossas diferenças, vivam juntos em paz em nossas fraternidades, como testemunhas da paz de Cristo.

f. Dediquem irmãos a tempo integral, onde for possível, à justiça e à paz, e apóiem os irmãos já comprometidos neste trabalho nas Comissões de Justiça e Paz da Ordem e das Províncias.

g. Sejam porta-vozes dos direitos dos não-nascidos e também dos nascidos sem esperança para o futuro.

h. Condenem firme e claramente a corrida de armamentos e todas as armas nucleares já fabricadas (Bah 38).

6. A paz nasce, sobretudo, da oração. Através da contemplação, o homem busca amorosamente o rosto de seu Criador, descobre sua bondade e encontra o desígnio original que liga em harmoniosa unidade toda a família humana. Este desígnio, transtornado pelo pecado, foi restabelecido por Cristo com o sacrifício de si mesmo. A partir desse momento, o amor de Cristo nos incentiva e empurra a entregar-nos, por nossa vez, aos irmãos. A meditação assídua destas verdades transformou profundamente a Francisco e fez dele “mensageiro de alegres notícias” para os outros homens. Da mesma maneira, Clara foi por excelência uma mulher de oração, unida a Deus na contemplação e no louvor; e frequentemente iluminou Francisco e seus seguidores em sua específica missão pelo mundo.

Mas a oração gera a paz também por outro motivo. Ela pode criar de per si as condições interiores para que o coração do homem saiba abrir-se aos outros. É na oração que o homem se reconhece necessitado de ajuda, limitado, capaz de cometer erros; mas também de reconhecer como filho de Deus e, como tal, capaz de fazer o bem e de reconhecer também nos homens seus próprios irmãos. A confiança na possibilidade de construir o bem, inclusive no meio de circunstâncias desfavoráveis e adversas, funda-se nesta certeza. Daqui de origina também uma vontade operativa concreta, seriamente disposta a baixar ao terreno da realidade. Não sem motivo, o Santo Padre quis formular sua profissão de fé no final do encontro de oração de Assis: a oração aumenta a fé e a caridade operativa do homem. Na oração, o homem descobre quais são os verdadeiros bens. A posse egoísta da riqueza e a defesa dos privilégios próprios estão totalmente destinados a dividir os homens. Os bens espirituais, pelo contrário, não diminuem ao ser partilhados e, por isso, não têm necessidade de ser defendidos com armas. À luz destas verdades, pessoalmente assimiladas, cada um de

nós se torna disponível para ser instrumento de paz (MINISTROS GERAIS DA FAMÍLIA FRANCISCANA, *No Espírito de Assis*, 16 de abril de 1987).

7. Em um mundo crucificado por violências e guerras, integrismos radicais, discórdias e divisões, sentimos a urgência da exortação de Francisco a ser, cada vez mais e em toda parte, artífices da paz e instrumentos de reconciliação, começando por aqueles com quem vivemos e a quem servimos: a fraternidade, a comunidade local e nacional. Em permanente espírito de discernimento e guiados sempre por critérios evangélicos, procuramos colaborar com os movimentos locais e com os organismos nacionais e internacionais, promovendo a paz entre todos os povos, as etnias, raças, culturas e religiões (ETEv 163).

8. Mediante a itinerância, penetramos em lugares nevrálgicos, nos quais nossa sociedade experimenta profundos desequilíbrios e tensões, para testemunhar a paz e a justiça: as fronteiras entre as distintas religiões (cristianismo, judaísmo, islamismo, budismo, hinduísmo), a divisão entre ricos e pobres, poderosos e fracos, escravos e livres, homens e mulheres. Junto a tantos homens e mulheres que sonham com um mundo novo, queremos ser artífices de uma cultura da esperança e da paz. Como irmãos menores, queremos abrir espaços e construir novas relações enaltecidas da comum dignidade humana, nascida de Deus, nosso Criador, e levada à sua perfeição em Cristo, nosso Redentor. Encontramo-nos em um caminho marcado por uma humanidade crucificada (Sdp 33).

9. Fiéis à condição de menores, sejam os irmãos portadores de paz e disto mais com a vida do que com palavras – em todos os lugares em que se encontrem – e promovam a reconciliação entre as pessoas e o respeito à criação, denunciando todo tipo de violência, injustiça e engano. Não poupem nenhum esforço em ser com sua vida, sinais de uma humanidade nova que caminha para a libertação e a paz (*Prioridades do sexênio 2003-2009*, III, Proposta 8).

10. Outros artigos das Constituições Gerais que tratam o mesmo tema no contexto da evangelização e da missão: 93,1; 96,2; 97,2; 98,2; 99.

Formamo-nos continuamente na justiça e na paz

1. O irmão menor acolhe a todos com bondade, sem excluir a ninguém; ama todos os homens, especialmente os pobres e os fracos, aos quais servem com amor materno; recusa a violência; trabalha pela justiça e pela paz; respeita a criação (RFF 21).

2. O irmão menor sensibiliza-se e trabalha para eliminar todas as formas de injustiça e as estruturas desumanizadoras existentes no mundo, faz uma opção explícita pelos pobres,

convertendo-se em voz dos sem voz, como instrumento de justiça e de paz e como fermento de Cristo no mundo (RFF 25).

3. Como arauto da paz, o irmão menor a leva em seu coração, a propõe aos outros e está preparado para denunciar com vigor tudo o que seja contrário à dignidade humana e aos valores cristãos (RFF 34).

3

GUARDAS DA CRIAÇÃO

CONSTITUIÇÕES GERAIS

Art. 71

Seguindo os passos de São Francisco, os irmãos mostrem sentimentos de reverência para com a natureza, hoje por toda a parte ameaçada, de modo a torná-la totalmente fraterna e útil a todos os homens para a glória do Deus Criador.

I. REFLEXÃO

1. O grande problema atual

Sabemos que no percurso da história a espécie humana modificou profundamente os ecossistemas até tal ponto que certas mudanças já resultaram irreversíveis, como é o caso do desmatamento, da des-naturalização dos alimentos, da industrialização, da urbanização, do desenvolvimento de técnicas aplicadas, do enorme aumento demográfico, da automatização e da exploração irracional dos recursos humanos.

A destruição do ambiente, que se perpetua através da atual economia mundial e das tecnologias prepotentes, está colocando em sério perigo a sobrevivência da humanidade. Os cientistas repetem e demonstram que a combustão de carburantes fósseis e a contaminação do solo, da água e do ar, mediante fertilizantes químicos contaminadores, conduzirão à destruição da flora e da fauna, a uma mudança insuspeitável do clima e a um estado de ameaça para a própria vida humana.

A sociedade industrial *avançada* rompeu o equilíbrio orgânico da terra e encaminha-se, se não se remedia, para a morte ecológica universal. Já circula em ambientes especializados essa terrível palavra: *terricídio*.

Os motivos de preocupação a respeito da deterioração do meio ambiente podem-se resumir assim: Contaminação das montanhas, dos rios, dos mares, dos bosques, extinção de tantas espécies da flora e da fauna, des-naturalização dos alimentos, perigos vinculados ao

armamentismo (armas químicas e biológicas, destruições em massa), esgotamento de recursos naturais, aquecimento global, riscos da biotecnologia (manipulações e mutações genéticas que originam epidemias).

2. Causas da deterioração do meio ambiente

Não se trata de ser alarmistas, mas de detectar a existência dessa crise ou males relacionados com a deterioração de nosso ambiente, tanto natural como social, cujos efeitos alarmantes têm algumas causas complexas, profundas, que devem ser enfrentadas. Estas, frequentemente, estão motivadas por uma trama de interesses políticos e econômicos que visam a incrementar ganâncias a custo da racionalidade e da justiça.

Deve-se, pois, ter presente que na modernidade a gestão da economia se converteu em objeto de uma disciplina específica e autônoma e constitui uma realidade muito complexa que transcende substancialmente os conceitos tradicionais, vinculados à gestão do patrimônio do indivíduo. Com o capitalismo, a economia se transformou num sistema, cuja lógica não se harmoniza com a concepção da criação como morada do ser humano, mas, totalmente ao contrário, a considera antes como fonte de ganâncias e, portanto, de exploração. A emancipação do elemento econômico das outras estruturas sociais, como são a família e os grupos socialmente desfavorecidos, trouxe consigo uma nova lógica, que é própria da revolução industrial e é uma das causas principais da atual crise ecológica.

Tanto a economia capitalista como a socialista, de fato, se apóiam e se servem de um conceito e de um motor comum e englobante – como é a industrialização, quer dizer, a prevalência da indústria sobre as demais atividades econômicas – e, por isso, não estão em condições de parar a destruição do ambiente através de uma economia ecológico-social que preveja um justo uso dos recursos humanos e igual distribuição; mesmo assim, é necessário que se exijam racionalidade, ética e direitos humanos.

Se a natureza está enferma, é porque a sociedade está enferma. O efeito trágico da exploração da natureza por parte do grande capital faz com que quase 80% da humanidade viva na zona pobre do sul do planeta; um bilhão de pessoas vivem em estado de pobreza absoluta; três bilhões sofrem escassez de alimentos; sessenta milhões de pessoas morrem anualmente de fome, e quatorze milhões de jovens menores de 15 anos morrem anualmente em consequência de enfermidades derivadas da fome. Diante deste problema que sangra, a solidariedade humana é praticamente inexistente. A maioria dos países ricos não destina sequer a quota de 0,7% de seu PIB, estabelecido pela ONU, à ajuda dos países mais necessitados.

Vemos que o sistema econômico que está na origem da fratura Norte-Sul é também a causa da exploração da natureza: os países ricos, com um sistema de vida consumista que esgota os recursos e produz uma quantidade de resíduos que o meio ambiente não pode absorver; e os países pobres que lutam contra a miséria em que vivem.

Precisamos promover uma ecologia planetária que inclua em um sistema integrado os componentes naturais, técnicos, políticos, econômicos e culturais. A natureza é nossa morada comum, nossa casa de todos. Mas os agentes sociais não podem ser hostis à natureza, mas devem integrar-se nela, respeitando-a e favorecendo seus recursos naturais. A relação natureza-homem-sociedade-técnica-política-economia deve ser regulada por

princípios de subsidiariedade, de justiça e de defesa dos valores e recursos comuns da irmã e mãe terra,

A destruição da natureza e a desertificação incomparável da terra também são efeito e reflexo de uma grande crise ética e de valores, quer dizer, crise antropológica, moral, cultural e religiosa, provocada por interesses pessoais e de grupos, de egoísmos nacionais e do grande capital, de colonialismos sectários e imperialismos econômicos.

É verdade que o espírito humano está dotado de um impulso de ir sempre além dos limites que se lhe apresentam. Precisamente por isso, necessita de referências éticas, sociais, religiosas e antropológicas. Toda a ciência deve estar orientada por uma consciência que consiga aplicar sua racionalidade, através da técnica, a serviço de todos. Com grande acerto dizia H. Bergson que o corpo técnico “espera um suplemento de alma, e a mecânica exige uma mística”.

3. Ecologia e cristianismo

A crise da natureza interpela também a religião. Durante muito tempo, se acusou a religião de desinteressar-se pela terra, enquanto que agora a atacam por ter enfatizado o imperativo bíblico de submetê-la, causando assim tantos desastres ecológicos, responsabilizando-a pela crise ambiental.

Isto é desmentido tanto pela mensagem do Antigo como do Novo Testamento, que proclama que tudo foi criado pelo amor de Deus, como se deduz claramente da profissão de fé do primeiro capítulo do Gênesis e de toda a literatura sapiencial e profética. Este ensinamento coloca as bases para uma teologia da criação, na qual a relação homem-natureza se compreende a partir da perspectiva criador-criatura.

A pessoa, como tudo o que existe, é criação de Deus, e tudo participa de sua bondade; a terra, então, e tudo o que há nela pertencem a Deus e não ao homem. Por isso, não se deve entender o “submetei a terra” como um salvo-conduto para esgotar e destruir o meio, mas como mandato divino para humanizar a natureza, cuidando dela com amor, como um jardineiro faria com o jardim que lhe confiaram. Nasce, então, o agradecimento admirado do homem pela beleza e pelo esplendor da natureza, como canta o *Salmo 104*.

O Novo Testamento apresenta a natureza como um grande dom divino. São Paulo na carta aos Romanos³⁰ acentua a entranhável relação, para o bem e para o mal, entre a pessoa e a natureza. A criação e a redenção estão profundamente vinculadas, porque é o mesmo Deus que cria e recria todos os seres e todas as coisas. Para São Paulo, a salvação do ser humano e do universo participa de um mesmo projeto comum; esta salvação é realizada por Cristo, que assumiu um corpo como o nosso, que morreu e ressuscitou. Em seu corpo ressuscitado está também presente toda a realidade material do cosmos.

A Constituição *Gaudium et Spes*³¹ escreve a esse respeito: “Criado o homem à imagem de Deus, recebeu o mandato de governar o mundo em justiça e santidade, submetendo assim a terra e tudo que nela está contido, e de orientar a Deus a própria personalidade e o

³⁰ Rm 8,20-21.

³¹ GS 34.

universo inteiro, reconhecendo a Deus como criador de tudo. De modo que, com a submissão de todas as coisas ao homem, seja admirado o nome de Deus no mundo”. Portanto, a exploração incontrolada da natureza ou sua deterioração voluntária por parte do homem vai contra o desígnio de Deus.

4. Franciscanismo e ecologia

As Constituições gerais recolhem explicitamente a preocupação da Ordem pela salvaguarda da criação. O art. 71 é muito expressivo: “Seguindo os passos de São Francisco, os irmãos mostrem sentimentos de reverência para com a natureza, hoje por toda parte ameaçada, de modo a torná-la totalmente fraterna e útil a todos os homens para a glória do Deus Criador”. Embora o texto seja muito conciso, expressa a atitude essencial diante da irmã-mãe terra e convida a ter um sentimento de respeito para com ela.

Este sentimento impede ser neutros diante dos desastres naturais e exige um compromisso ativo e responsável de todos diante dos enormes problemas ambientais. Como franciscanos, devemos ter sutil consciência e grande empenho em defender a grande obra divina da criação. Tornar a natureza “fraterna e útil” é um imperativo novo que implica criatividade para oferecer remédios concretos à problemática ambiental. Isso exige informação e enfrentar meios operativos adequados.

O franciscanismo é um modo particular de ver e de relacionar-se com Deus, certamente; mas é também um modo concreto e específico de ser, de estar no mundo e de tratar as criaturas. Isto se articula em uma irmanação universal, na qual as relações com as coisas, com as plantas e com os animais são personalizadas. Poder-se-á falar, então, de um verdadeiro “humanismo franciscano”, quando o contato com o mundo é vivido a partir de uma ética da responsabilidade que aponta para a consecução da paz não somente no campo social e inter-humano, mas também no meio-ambiental, dando assim à paz uma expressão universal.

a. *Francisco de Assis* simpatizava com todas as criaturas, certamente, por uma inclinação natural e por uma simpatia instintiva e cordial, mas sobretudo por razões teológicas. Em seu *Cântico do Irmão Sol*, ele canta ao Senhor através de todas as criaturas, pois elas são sinais dele. Deste modo, Francisco não somente desfrutou da natureza, mas, unido a ela vital e afetivamente, celebrou assombrado as maravilhosas obras do Criador.

2. *O pensamento bonaventuriano* sobre a natureza e os seres vivos, a partir de uma ontologia do amor, encaminha-nos a eles com uma conduta humana e reverencial, de comunhão e irmandade. O homem é mediação entre a natureza e o espírito, um microcosmos onde a matéria e o espírito se harmonizam em uma síntese admirável, mas não acabada. O homem não pode dominar nem manipular a criação, mas a preside. O homem e a natureza harmonizam-se em um mesmo projeto teológico, cosmológico e existencial.

3. *Para João Duns Scotus*, o mundo inteiro deve ser visto e interpretado à luz de um cristocentrismo de inspiração paulina, em que todas as realidades terrenas são percebidas como carregadas de sentido e portadoras de mensagem. Portanto, a contaminação da natureza, a exploração dos campos por pura especulação, o desperdício dos recursos naturais, o consumismo irracional e incontrolado, como toda forma de agressão à natureza

ou a parte dela constituem um ataque ao plano divino da criação e uma provocação de desordem no mundo, cujas imprevisíveis consequências incidirão inevitavelmente sobre a pessoa.

Tanto a espiritualidade franciscana como seu pensamento filosófico-teológico podem oferecer pressupostos válidos par uma antropologia relacional e para uma ética da simplicidade, da moderação e da frugalidade como resposta à exploração e dilapidação do meio ambiente. Para a sensibilidade franciscana, não se trata de conhecer e de interpretar a realidade, mas também de agir. Além disso, a vida é um sacramento, e tudo o que existe é um presente. Isto postula o respeito aos recursos naturais, seu uso moderado e sóbrio, usufruir também as pequenas coisas de cada dia, evitando o supérfluo e o esbanjamento como sinais de incultura.

Se o consumismo atual se converteu em um estilo de vida e em sede insaciável de devorar tudo: coisas objetos, pessoas, valores, livros, tempo, ideias, imagens, é urgente e necessário alcançar uma espécie de ascese da vida como forma de liberdade e de responsabilidade. A austeridade e a frugalidade convertem-se assim não só em um modo concreto de viver algumas dimensões do voto de pobreza, mas também em virtudes ecológicas e solidárias.

A renúncia às coisas vivida por São Francisco não se apresenta em tom amargo, agressivo e reivindicativo, mas com humildade e alegria: “Senhora santa pobreza, o Senhor te salve com a santa humildade”³². Desprendimento voluntário de coisas, simplicidade de vida e alegria pelo dom da existência são atitudes de reverência pela criação e modelo de convivência. O ascetismo franciscano é a consequência da perfeita alegria. Quem está alegre celebra. Quem celebra partilha. Quem partilha faz justiça ao Criador e é cortês para com toda a criação.

II. EXPERIÊNCIAS

Nos escritos de Francisco, o *Cântico das Criaturas* ocupa um lugar de relevo; como seu amor a Deus e a todas as suas criaturas nas primeiras biografias. Os companheiros de Francisco diziam: “Nós que estivemos com ele o víamos alegrar-se sempre, interior e exteriormente, em quase todas as criaturas, tocá-las e vê-las com tanto prazer que seu espírito parecia não [estar] na terra, mas no céu”³³.

Francisco, em seu modo de estar no mundo, não possui nem domina a criação, mas está junto dela e a trata como humana, pois toda a criação surgiu das próprias mãos de Deus Pai. Mas, se ele pode reverenciar, respeitar, ser irmão e ver em todas as criaturas o amor do Criador, é porque vive com radicalidade a pobreza, a não-apropriação. A pobreza liberta o amor de todo desejo de posse e propicia a fraternidade.

Tudo isto, que faz parte de nossa tradição e de nossa espiritualidade, está assumido por nossas Constituições gerais³⁴ e demais documentos da Ordem.

³² SV 2.

³³ LP 88 (CA 88,8).

³⁴ CCGG 1,2.

O desafio para nós consiste em como viver hoje em dia nossa espiritualidade diante da grande crise ecológica em que estamos submersos, em como traduzi-la em ética, em estilo de vida humanizante e restaurador, inclusive na ação política que enfrente as causas que produzem a deterioração do meio ambiente. Como os franciscanos, de maneira prática e concreta, mostram “para com a natureza ameaçada por toda parte, um sentimento de reverência, de modo a torná-la totalmente fraterna e útil a todos os homens para a glória do Deus Criador”³⁵.

Certamente, isto exige uma informação e um conhecimento ecológicos que nos permitam ser críticos com todas aquelas formas de exploração, produção e consumo que esgotam a natureza, como aparece nas experiências que seguem a esta reflexão. Leva-nos, especialmente nos países ricos, a algumas formas de vida solidária e sustentável, na linha do Centro Franciscano de Renovação da província de Santa Bárbara (EUA.). Pede-nos para promovermos a educação ecológica e para trabalharmos por uma organização de uma sociedade e de uma economia feitas à medida da pessoa em sua integridade e de todas as pessoas e que não girem em torno do mero interesse econômico e do consumo, como podemos perceber na experiência de nossos irmãos da Indonésia e da Amazônia. Também nestas experiências percebemos que a preocupação ecológica leva a trabalhar por relações de equidade entre as nações e continentes, relações potencializadoras de cada cultura no respeito à pluralidade.

1. Vida solidária com o ambiente

O Franciscan Renewal Center (FRC) em Scottsdale, no Arizona, é um dos seis centros de retiro mais importantes da província de Santa Bárbara e é o único que se encontra em um ambiente desértico. Conscientes de que “cuidar da criação” faz parte de nosso ministério, nós, os frades, fizemos um notável esforço para conhecer o tipo de impacto físico e biológico que estamos produzindo no meio ambiente deste centro de retiro. No ano de 2004, nosso novo edifício da Capela do Santíssimo Sacramento de Santa Clara recebeu o reconhecimento de *Environmental Excellence* por sua inserção na paisagem e pelo poupança energética. Durante este processo de avaliação, prefixamos alguns objetivos para melhorar o impacto ambiental nos oito anos sucessivos: paisagem, uso da energia elétrica, reciclagem, isolamento das janelas.

Mudanças na paisagem

Um jardim na parte anterior foi redesenhado como “O Jardim de Cura”, baseado num projeto *Permaculture*³⁶. Para limitar o crescimento de ervas daninhas e diminuir as pragas,

³⁵ CCGG 71.

³⁶ Permaculture = O termo “permaculture” foi cunhado pelo ecologista australiano Bill Mollison em 1978 como contração de dois termos, “permanente” e “agricultura”, designando habitats humanos e sistemas para produzir alimentos, uma maneira de explorar a terra e construir espaços habitáveis que tratam de integrar, de maneira harmoniosa, as estruturas necessárias para a vida do homem, os micro-climas, a vegetação (tanto perene como de estação), a fauna, o solo e as reservas hídricas. Tudo em uma estável e produtiva comunidade através das relações entre os elementos citados e o papel que desempenha no ambiente.

se projetou uma alfombra especial que foi colocada no subsolo. Construimos, além disso, dois reservatórios para o adubo, os quais são administrados e controlados pela equipe diretora e por voluntários. Utilizamos uma quantidade extra de *mulching*³⁷ e de outras formas de cobrir o terreno, para reduzir a perda de água por causa da evaporação. A horta é cultivada em cada outono e em cada primavera com diferentes ervas e verduras. O tema da “cura” espiritual repete-se mediante vários símbolos explicativos ao longo e ao largo da horta.

De um lado da horta, dentro da propriedade, nestes oito anos, foram plantados arbustos, cactos e árvores autóctones e resistentes ao clima do deserto, substituindo plantas que necessitavam um alto consumo de água para viver. Até hoje, foram plantadas 26 árvores, 78 arbustos e 179 cactos. Muitas árvores foram estrategicamente plantadas ao lado sul e sudoeste dos edifícios para protegê-los do sol e, desta maneira, para conseguir reduzir o intenso calor que os edifícios absorvem no verão.

Plantamos na propriedade flores características do deserto, e elas florescem a cada primavera sem necessidade de regar. Mais de 9.000 metros quadrados de pradaria foram substituídos por vegetação desértica com pouca necessidade de água. Uma boa parte da pradaria não tem necessidade de cuidados durante grande parte do ano, exceto para certas celebrações, e isto permite economizar mais de 500.000 litros de água de regar.

Uso da energia

Para reduzir os custos energéticos do ar condicionado e de refrigeração, foram instaladas nas salas de reuniões e nos dormitórios unidades de ar condicionado que permitem uma maior economia de energia. Acrescentamos cinco novas clarabóias em algumas salas de conferências, substituindo as instalações de luminárias do teto. Para reduzir ulteriormente o consumo de eletricidade no *Campus*, as lâmpadas incandescentes foram substituídas por fluorescentes.

Reciclagem

Conseguimos arrecadar quase 6.000 dólares americanos de recursos por ano através da reciclagem do papel e do alumínio. Para ajudar a comunidade dos vizinhos, instalamos cinco coletores para o papel e outros dois para o alumínio e convidamos os vizinhos a depositarem neles todo o material reciclável. O papel reciclável dos escritórios e das salas de conferências do Centro de retiro também é depositado nesses coletores.

Isolamento das janelas

Foram postos cristais duplos na área dedicada à oração. Graças a um revestimento isolante posto nos tetos e no terraço, se obteve um maior isolamento para o intenso calor do verão. Os aquecedores de água e a caldeira foram substituídos por modelos que alcançam uma maior economia energética. Em todas as janelas e portas da propriedade foi aplicado

³⁷ Mulching = a erva cortada é esfarelada e lançada sobre o tapete de erva, favorecendo a decomposição, juntamente com a liberação ou expedição de substâncias nutritivas e água do terreno.

um revestimento do material mais isolante, para uma maior proteção do calor do sol. No lado sul do edifício da administração, foram colocadas persianas nas janelas para permitir uma imediata redução do acúmulo de calor.

2. Serviço Eco-pastoral na Indonésia

O início

O Serviço franciscano eco-pastoral iniciou suas atividades no ano 2000 em Flores, Indonésia. Constitui uma parte integrante (a ecológica) da Comissão JPIC da Província São Miguel Arcângelo. A atividade principal do serviço consiste em ajudar os agricultores a melhorarem sua capacidade para cultivar a terra, tornando-a mais produtiva e, conseqüentemente, melhorando sua situação econômica.

Trabalhando com os camponeses, o grupo eco-pastoral promove o uso de fertilizantes orgânicos em lugar dos químicos. Os fertilizantes químicos, promovido pelo governo da Indonésia em 1970, em vez de aumentar a produtividade, contaminaram o eco-sistema com os pesticidas e outros agentes químicos. Nosso serviço eco-pastoral não somente promove o uso de fertilizantes orgânicos, mas também ensina os agricultores a produzirem fertilizantes, sendo criativos no uso das mesmas substâncias que a natureza produz.

Além da agricultura biológica, o serviço eco-pastoral iniciou programas para a conservação da água e do bosque. Estes recursos são essenciais para a agricultura, e os agricultores aprenderam a ter cuidado na preparação das sementes de árvores da região, que ajudam a conservação dos recursos.

As atividades do serviço eco-pastoral estendem-se, além disso, ao âmbito escolar, onde um grupo eco-pastoral ajuda os estudantes a cultivarem jardins biológicos na própria escola. Também a eles é ensinado como preparar os fertilizantes orgânicos.

A comissão de JPIC de São Miguel Arcângelo é responsável por este projeto, que foi iniciado por Frei Mike Peruche em Flores, que foi substituído em outubro de 2006 por Frei Ignacius Widiyaryoso. Atualmente, a equipe eco-pastoral recebeu o apoio das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, da Indonésia, e Irmã Yohana é membro da equipe.

Alguns dados sobre os grupos que funcionam

- * 20 grupos de agricultores com cerca de 300 agricultores.
- * 11 grupos trabalham em escolas de ensino média e superior em Manggarai, Flores.
- * 33 grupos operam em escolas elementares.

Informação sobre o centro Eco-pastoral

- * Tem a sede em Pagal, Flores, onde os frades têm o convento e a casa do postulante.
- * A equipe está composta de 18 pessoas: 4 mulheres e 14 homens.

- * O escritório é o centro administrativo e de informação para todos os grupos.
- * A equipe eco-pastoral cultiva terra úmida para arroz e terra seca para as verduras.
- * A criação dos animais garante esterco, que é utilizado de maneira particular para a produção de fertilizante orgânico.
- * Preparam-se sementes de algumas árvores da região para favorecer a conservação do bosque e para os recursos de água.

Animação e projetos educativos

- * Melhorar o conhecimento prático e a capacidade operativa da equipe.
- * Instalar laboratórios para professores e alunos com o fim de promover e completar o *currículum* em agricultura orgânica e ecológica, que se converterá em parte integrante do programa educativo na região de Manggarai. O governo local estudou o *currículum* e promovê-lo-á como parte integrante do programa escolar.
- * Aprender e desenvolver os conhecimentos da cultura local, que estão de acordo com o espírito franciscano relativo à ecologia. A equipe eco-pastoral tem sido bem recebida pelas pessoas, graças à sua sintonia com a sabedoria e a cultura local.
- * Ajudar algumas paróquias do lugar, de modo particular os jovens, para que protejam seus bosques e seus recursos de água.
- * Ocupar-se da discriminação com relação às mulheres e aos não-capacitados.
- * Introduzir as pessoas e os estudantes na espiritualidade de São Francisco (padroeiro dos ecologistas).
- * Convencer os agricultores de que a fé cristã exige cuidar da natureza.

Colaboração

- * O serviço eco-pastoral trabalha em colaboração com outras ONGs locais, que oferecem voluntários para a equipe eco-pastoral.
- * Colaboração com o governo local no que se refere aos programas de conservação dos bosques e da água.
- * Cooperação com o Departamento de Educação para promover o cultivo biológico, inserindo-o no programa escolar das escolas elementares, médias e superiores.
- * Colaboração com a Igreja local, sobretudo com alguns sacerdotes que têm uma particular sensibilidade para com o cultivo biológico e para com a ecologia.
- * Colaboração com outros Institutos religiosos.
- * Colaboração com o Departamento de Indústria, que oferece maquinário para o serviço eco-pastoral.

3. Os frades menores na Amazônia, guardiães da integridade da criação

Entre os indígenas

No ano de 1910, os frades alemães, procedentes da Província da Saxônia e da Província de Santo Antônio do Brasil, iniciaram uma presença entre a população indígena Munduruku. Permaneceram até meados da década de quarenta, quando, ao explodir a segunda guerra mundial foram expulsos do Brasil. Para dar continuidade a esta presença, chegaram, na segunda metade da década de quarenta, os frades norte-americanos da Província do Sagrado Coração de Jesus, e, em 1990, foi criada a Custódia de São Benedito do Amazonas.

No ano de 1990, os indígenas de Santarém organizaram-se para afirmar a própria identidade étnica e para defender seu território. No ano de 2000, os Munduruku, juntamente com os indígenas de Santarém, participaram da Marcha Indígena e da Conferência Indígena de Coroa Vermelha – Bahia.

Em 2001, os frades menores estabeleceram uma nova fraternidade na cidade de Jacareacanga, para atender às tribos indígenas que vivem ao longo dos rios. Nesse mesmo ano, começou o processo de avaliação da presença missionária franciscana entre os Munduruku, e a Custódia erigiu uma fraternidade itinerante de solidariedade.

Nos anos seguintes, 2002 e 2003, nasceu a *Aliança Missionária Franciscariana*, como fruto da avaliação dos noventa anos da presença franciscana. Em julho de 2003, um frade foi nomeado responsável pela coordenação colegiada do CIMI (Conselho Missionário dos Indígenas) Norte II, o setor para a formação de líderes indígenas e de missionários que trabalham diretamente com povos indígenas.

Com a promulgação da Constituição de 1988, os povos indígenas conquistaram todos os direitos sobre suas terras, e estabeleceu-se que em cinco anos todas as terras indígenas existentes no Brasil seriam reconhecidas, mas à distância de dezenove anos o governo federal ainda ao cumpriu este compromisso.

No ano de 2005, os Munduruku obtiveram, finalmente, suas terras por decreto do presidente do Brasil, e hoje o maior desafio é a sobrevivência econômica de milhares de famílias Munduruku, devido à grande escassez de alimentos e a seu enorme crescimento demográfico.

Nós, frades menores, trabalhamos nas áreas de auto-sustento, de formação política, sacramental e litúrgica, bíblica e catequética. Estas atividades nós desenvolvemos também em colaboração com as Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, com o CIMI e com os Munduruku, que lutam na defesa dos direitos dos povos indígenas.

O respeito à natureza e a convivência harmoniosa com as plantas, animais e as pessoas, características típicas da espiritualidade franciscana, são muito apreciadas pelos povos indígenas, que são mestres e peritos na arte de viver juntos. A natureza é, ao mesmo tempo, irmã e mãe, criando em si mesma relações íntimas, respeitosas e familiares.

Entre as pessoas do campo

A presença dos frades menores remonta aos inícios dos anos cinquenta com cursos de

formação bíblica e catequética, conhecidos como Boa Notícia, hoje chamada Semana Catequética.

Deste processo educativo nasceram as organizações dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras Rurais, por iniciativa sobretudo das comunidades cristãs rurais, que unem *Fé e Vida* no caminho da Igreja da Diocese de Santarém. A presença dos frades caracterizava-se pela alegria e pela simplicidade. Existe uma boa relação não somente com os líderes, mas também com as famílias que participam da vida da comunidade. O trabalho manual, como forma de auto-sustento, e o cultivo da mãe terra, para receber de seu seio o necessário e alimentar os próprios filhos, são sinais de uma espiritualidade materna e terna com o solo sagrado do Amazonas, que se vê normalmente agredido pela exploração de seus bosques, o chamado “ouro verde”. A ânsia desta fácil ganância constitui uma verdadeira praga e causa miséria entre os habitantes nativos. As grandes empresas mineradoras internacionais são outro exemplo da agressão “ao seio da mãe terra”; escavar grandes crateras no meio dos bosques é, de fato, uma grande violência contra os indígenas, contra os refugiados e contra os que vivem nas ribeiras dos rios.

Entre comunidades pescadoras

Até a metade da década de noventa, os frades menores estavam comprometidos com a maior parte das comunidades que viviam nas margens dos rios, ajudando-as a organizar-se e apoiando os grupos que vivem da pesca em sua luta pela defesa dos lagos e dos rios. Uma conquista muito importante para esta gente foi o direito ao Seguro Desemprego nos tempos de seca, pois lhes deu a possibilidade de viver.

A preservação dos rios e dos lagos e a luta contra a superexploração pesqueira são formas de defesa do meio ambiente. As leis e normas feitas pelas próprias famílias de pescadores são sinais de maturidade da consciência ecológica, mas, sobretudo, são alternativas contra a agressão planejada pelo governo brasileiro de construção de hidroelétricas, o qual ignora totalmente os estudos científicos sobre o Amazonas: a água e a selva produzem o oxigênio para a atmosfera. Não é por acaso que a Amazônia é definida como pulmão do mundo.

O apoio dos frades e, especialmente, seu empenho na conscientização ecológica e na convivência harmoniosa com todas as criaturas são o sinal de nosso querer ser colaboradores do Criador de todas as criaturas.

III. ATUALIZAÇÃO

Para a formação pessoal

Pense na reconhecida realidade da deterioração do ambiente: contaminação da atmosfera, da água, da terra, desmatamento, mudança climática, escassez de água, resíduos urbanos, perda da diversidade biológica, etc. O que você sente diante de tudo isso? Reflita também em suas atitudes diante dessas realidades e nas coisas que você poderia fazer pelo bem comum.

Medite os textos da doutrina social da Igreja do item seguinte “Para aprofundar” e pense o que contribui para o crescimento da consciência de ser chamado a cuidar da criação. Que atitudes e comportamentos concretos, pessoais e comunitários, sugerem?

O Capítulo geral de 2003 diz em uma de suas decisões: “O Capítulo geral pede que, durante o sexênio 2003-2009 e com a ajuda do escritório de JPIC, todas as Entidades da Ordem examinem nosso estilo de vida e seu impacto na criação, assumam condutas mais responsáveis com relação ao meio ambiente e defendam a justiça do meio ambiente”³⁸.

Cada um examine como acolheu esta decisão: se tem maior preocupação pelas consequências de seu modo de vida sobre o ambiente, se procurou informar-se sobre os mais importantes problemas ecológicos e suas causas, se deu algum passo em um estilo de vida mais austero por razões ecológicas.

Para os encontros de Fraternidade

A. Leitura orante da Palavra: Rm 8,18-25

Dois textos podem ajudar a Fraternidade neste momento para dar graças. São: o *Cântico das criaturas* e o Salmo 104.

B. Revisão de vida

Trata-se de que a Fraternidade, no capítulo local ou em um dia de retiro espiritual, se pergunte sobre como vive o respeito à natureza e esta dimensão da espiritualidade franciscana.

Sugerimos um modo possível de fazê-lo:

1. O Guardião o encarregado de coordenar o tema propõe, alguns dias antes, a leitura individual deste capítulo.

2. Inicia-se o encontro com a leitura comunitária do *Cântico das criaturas*, ou antes, catando-o.

3. O irmão encarregado faz uma breve introdução ao tema, recordando os aspectos principais da reflexão e das experiências deste capítulo. Os demais irmãos podem enriquecer a reflexão e partilhar outras experiências que viveram ou estejam vivendo atualmente.

4. A Fraternidade pergunta-se como acolheu e o que fez para responder à proposta 39a do Capítulo geral de 2003, reproduzido anteriormente, e o que poderia fazer.

5. Os irmãos dialogam sobre o uso que fazem na Fraternidade da eletricidade, do carro, da calefação, da água, do lixo, do papel, da reciclagem, dos alimentos biológicos e/ou do “comércio justo”. E tomam alguma decisão para melhorar suas práticas ecológicas.

6. O encontro pode terminar com uma oração de ação de graças por tudo o que de

³⁸ Sdp, Proposta 39a.

positivo apareceu e com um canto final.

C. Sinais concretos de reverência para com a natureza

Os gestos ou sinais concretos que a Fraternidade decidir realizar devem surgir da escuta de Deus que nos fala na palavra bíblica e também através do magistério da Igreja, de nossas fontes carismáticas e da realidade sócio-político-econômica na qual vivemos.

Aqui oferecemos algumas ações possíveis:

1. A Fraternidade organiza um dia de retiro no campo, o qual inclui um passeio sereno e um clima de oração pelo bosque ou pela margem de um lago para olhar, escutar, tocar, cheirar e degustar a bondade de Deus. Partilhar na oração comunitária a experiência vivida durante o passeio.

2. A Fraternidade decide celebrar o Dia da Terra (22 de abril) ou o Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), organizando, juntamente com os leigos, uma conferência sobre a resposta franciscana aos problemas do meio ambiente e celebrando uma vigília de oração sobre a terra ou outras iniciativas.

3. A Fraternidade, em seu desejo de viver o respeito pela criação, a austeridade e a frugalidade, pensa como pode realizar estas virtudes concretamente na vida cotidiana, aplicando a lei dos 6 “R”:

* Repensar nosso modo de vida, priorizando as necessidades básicas diante das supérfluas.

* Reestruturar o sistema econômico, centrando-o na satisfação das necessidades básicas de todos os habitantes do planeta.

* Reduzir o consumo de recursos ao máximo.

* Re-utilizar para prolongar a vida útil dos materiais.

* Reciclar os produtos, uma vez finalizada sua vida útil e assim reincorporá-los na produção dos materiais.

* Redistribuir os recursos de forma equitativa dentro da capacidade do planeta de satisfazer nossas necessidades.

Somos conscientes de que, diante dos grandes problemas que nosso planeta Terra sofre, o que sugerimos pode parecer um punhado de band-aids. No entanto, não nos podemos esquecer de que a salvação chegou a nós envolta em paninhos e posta num presépio³⁹ e que a conversão de nosso fundador se produziu no simples ato de abraçar um leproso.

D. Oração

Altíssimo, onipotente, bom Senhor,
teus são o louvor, a glória e a honra e toda bênção.

³⁹ Cf. Lc 2,6.

Somente a ti, ó Altíssimo, eles convêm,
e homem algum é digno de mencionar-te.

Louvido sejas, meu Senhor, com todas as tuas criaturas,
especialmente o senhor irmão sol,
o qual é dia, e por ele nos iluminas.
E ele é belo e radiante com grande esplendor,
de ti, Altíssimo, traz o significado.

Louvido sejas, meu Senhor, pela irmã lua e pelas estrelas,
no céu as formaste claras e preciosas e belas.

Louvido sejas, meu Senhor, pelo irmão vento,
e pelo ar e pelas nuvens e pelo sereno e por todo tempo,
pelo qual às tuas criaturas dás sustento.

Louvido sejas, meu Senhor, pela irmã água,
que é muito útil e humilde e preciosa e casta.

Louvido sejas, meu Senhor, pelo irmão fogo,
pelo qual iluminas a noite,
e ele é belo e agradável e robusto e forte.

Louvido sejas, meu Senhor, pela irmã nossa, a mãe terra,
que nos sustenta e governa
e produz diversos frutos com coloridas flores e ervas.

Louvido sejas, meu Senhor,
por aqueles que perdoam pelo teu amor,
e suportam enfermidade e tribulação.
Bem-aventurados aqueles que as suportarem em paz
porque por ti, Altíssimo, serão coroados.

Louvado sejas, meu Senhor,
pela irmã nossa, a morte corporal,
da qual nenhum homem vivente pode escapar.
Ai daqueles que morrerem em pecado mortal:
bem-aventurados os que ela encontrar na tua santíssima vontade,
porque a morte segunda não lhes fará mal.

Louvai e bendizei ao meu Senhor,
e rendei-lhe graças e servi-o com grande humildade.

PARA APROFUNDAR

A Palavra de Deus

1. Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou, homem e mulher ele os criou... Deus disse: “Eu vos dou todas as ervas que dão semente, que estão sobre toda a superfície da terra, e todas as árvores que dão frutos que dão semente: isso será vosso alimento. A todas as feras, a todas as aves do céu, a tudo o que rasteja sobre a terra e que é animado de vida eu dou como alimento toda a verdura das plantas”; e assim se fez. Deus viu tudo o que tinha feito: e era muito bom (Gn 1,27.29-31a).

Yahweh Deus plantou um jardim em Éden, no oriente, e aí colocou o homem que modelara. Yahweh Deus fez crescer do solo toda espécie de árvores formosas de ver e boas de comer, e a árvore da vida no meio do jardim, e a árvore do conhecimento do bem e do mal... Yahweh Deus tomou o homem e colocou-o no jardim de Éden para cultivar e guardar (Gn 2,8-9.15).

2. A criação em expectativa anseia pela revelação dos filhos de Deus. De fato, a criação foi submetida à vaidade – não por seu querer, mas por vontade daquele que a submeteu – na esperança de ela também ser libertada da escravidão da corrupção para entrar na liberdade da glória dos filhos de Deus. Pois sabemos que a criação inteira geme e sofre as dores de parto até o presente. E não somente ela. Mas também nós, que temos as primícias do Espírito, gememos interiormente, suspirando pela redenção do nosso corpo (Rm 8,19-23).

3. Vi então um céu novo e uma nova terra, pois o primeiro céu e a primeira terra se foram, e o mar já não existe. Vi também descer do céu, de junto de Deus, a Cidade santa, uma Jerusalém nova, pronta como uma esposa que se enfeitou para seu marido. Nisto ouvi

uma voz forte que do trono dizia: “Eis a tenda de Deus com os homens. Ele habitará com eles; eles serão o seu povo, e ele, Deus-com-eles, será o seu deus. ele enxugará toda lágrima dos seus olhos, pois nunca mais haverá morte, nem luto, nem clamor, e nem dor haverá mais. Sim! As coisas antigas se foram!”. O que está sentado no trono declarou então: “Eis que eu faço novas todas as coisas” (Ap 21,1-5a).

Documentos da Igreja

1. O homem atual parece estar sempre ameaçado pelo que produz, quer dizer, pelo resultado do trabalho de suas mãos e mais ainda pelo trabalho de seu entendimento, das tendências de sua vontade.

Este estado de ameaça para o homem, por parte de seus produtos, tem várias direções e vários graus de intensidade. Parece que somos cada vez mais conscientes do fato de que a exploração da terra, do planeta sobre o qual vivemos, exige um planejamento racional e honesto. Ao mesmo tempo, tal exploração para fins não somente industriais, mas também militares, o desenvolvimento não controlado da técnica e não enquadrado num plano num raio universal e autenticamente humanístico, trazem muitas vezes consigo a ameaça do ambiente natural do homem, o alienam em suas relações com a natureza e o afastam dela. O homem parece, às vezes, não perceber outros significados de seu ambiente natural, mas somente aqueles que servem aos fins de um uso imediato e consumo. Em contrapartida, era vontade do Criador que o homem se pusesse em contato com a natureza como “dono” e “guardião” inteligente e nobre, e não como “explorador” e “destruidor” sem nenhum reparo.

O progresso da técnica e o desenvolvimento da civilização de nosso tempo, que está marcado pelo domínio da técnica, exigem um desenvolvimento proporcional da moral e da ética. Enquanto isso, este último parece, infelizmente, ter ficado para trás. Por isso, este progresso, de resto tão maravilhoso que é difícil não descobrir nele também autênticos sinais da grandeza do homem que nos foram revelados em seus germes criativos nas páginas do Livro do Gênesis, na descrição da criação, não pode deixar de gerar múltiplas inquietudes. A primeira inquietude se refere à questão essencial e fundamental: este progresso, cujo autor e promotor é o homem, torna “mais humana” a vida do homem sobre a terra, em todos os seus aspectos? Torna-a mais “digna do homem”? Não se pode duvidar de que, sob muitos aspectos, a torne assim. Não obstante essa pergunta, volta-se a perguntar obstinadamente pelo que se refere ao verdadeiramente essencial: se o homem, enquanto homem no contexto desse progresso, se torna deveras melhor, quer dizer, mais maduro espiritualmente, mais consciente da dignidade de sua humanidade, mais responsável, mais aberto aos outros, especialmente aos mais necessitados e aos mais fracos, mais disponível a dar e a prestar ajuda a todos (RH 15).

2. Entre as inúmeras vias que Deus abre aos homens m busca da verdade, a percorrida por São Francisco é, talvez, a mais ricamente sugestiva: é certo que São Francisco exerce sobre muitas almas a atração de uma experiência original e cativante. Sobretudo os

franciscanos devem recordar tudo isto, quando se apresentarem diante de seus contemporâneos...

O franciscanismo tem muito que dizer à civilização contemporânea, especialmente à dos países industrializados, apanhados pelo consumo e pouco atentos ao sofrimento de milhões de criaturas que morrem de fome; aos que, em vez de construir a paz, se armam para a guerra e que, em vez de defender a natureza, da qual Francisco foi cantor sublime e puro, a contaminam até convertê-la em inimiga do homem. Toca a vós, franciscanos, *em primeiro lugar e como tais*, responder ao homem de hoje, educando-o em uma correta visão e em um digno uso das coisas, colaborando na formação das consciências segundo uma disposição interior luminosa e equilibrada. Vossa incisiva presença, em tal sentido, pode contribuir muito para a paz e para o progresso da humanidade e para a recuperação dos autênticos valores cristãos. Como filhos do santo da pobreza evangélica, do homem da paz, do amigo da natureza, vós sois os melhores intérpretes da mensagem lançada por Francisco aos homens de seu tempo, mensagem sempre atual por sua força renovadora das consciências e da sociedade (JOÃO PAULO II, *Discurso ao Capítulo geral os Franciscanos Conventuais*, 1989).

3. É preciso acrescentar também que não se conseguirá o justo equilíbrio ecológico, se não *se enfrentarem diretamente as formas estruturais de pobreza* existentes no mundo. Por exemplo, em muitos países, a pobreza rural e a distribuição da terra levaram a uma agricultura de mera subsistência, bem como ao empobrecimento dos terrenos. Quando a terra já não produz, muitos camponeses se mudam para outras regiões – incrementando com frequência o processo de desmatamento incontrolado – ou se estabelecem em centros urbanos que carecem de estruturas e serviços. Além disso, alguns países com uma forte dívida estão destruindo seu patrimônio natural, ocasionando irremediáveis desequilíbrios ecológicos, com o fim de obter novos produtos de exportação. Não obstante, diante de tais situações, acusar somente os pobres pelas conseqüências ambientais negativas provocadas por eles seria um modo inaceitável de avaliar a responsabilidade. É antes necessário ajudar os pobres – aos quais a terra foi confiada como aos outros – a superar sua pobreza, e isto exige uma decidida reforma das estruturas e novos esquemas nas relações entre os Estados e os povos.

[...]

A sociedade atual não encontrará uma solução para o problema ecológico, se não *revisar seriamente seu estilo de vida*. Em muitas partes do mundo, esta mesma sociedade se inclina ao hedonismo e ao consumismo, mas permanece indiferente aos danos que estes causam. Como já aponte, a gravidade da situação ecológica demonstra quão profunda é a crise moral do homem. Se falta o sentido do valor da pessoa e da vida humana, aumenta o desinteresse pelos outros e pela terra. A austeridade, a temperança, a autodisciplina e o espírito de sacrifício devem conformar a vida de cada dia a fim de que a maioria não tenha que sofrer as conseqüências negativas da negligência de uns poucos.

Há, pois, uma urgente necessidade de *educar na responsabilidade ecológica*: responsabilidade com nós mesmos e com os demais, responsabilidade com o ambiente. É uma educação que não pode basear-se simplesmente no sentimento ou em uma veledade indefinida. Seu fim não deve ser ideológico nem político, e sua abordagem não pode

fundamentar-se na repulsa do mundo moderno ou no desejo vago de um retorno ao “paraíso perdido”. A verdadeira educação da responsabilidade comporta uma conversão autêntica na maneira de pensar e no comportamento. A este respeito, as Igrejas e as demais Instituições religiosas, os Organismos governamentais, mais ainda, todos os membros da sociedade têm uma tarefa precisa a desenvolver (JOÃO PAULO II, *Mensagem para a XXIII Jornada Mundial da Paz*, 1990).

4. Para desenvolver uma profunda espiritualidade eucarística que possa influir também de maneira significativa no campo social, requer-se que o povo cristão tenha consciência de que, ao dar graças por meio da Eucaristia, o faz em nome de toda a criação, aspirando assim à santificação o mundo e trabalhando intensamente para tal fim. A Eucaristia mesma projeta uma luz intensa sobre a história humana e sobre todo o cosmos. Nesta perspectiva sacramental, aprendemos, dia a dia, que todo acontecimento eclesial tem caráter de sinal, mediante o qual Deus comunica a si mesmo e nos interpela. Desta maneira, a forma eucarística da vida pode favorecer verdadeiramente uma autêntica mudança de mentalidade no modo de ver a história e o mundo. A liturgia mesma nos educa para tudo isto, quando, durante a apresentação das oferendas, o sacerdote dirige a Deus uma oração de bênção e de petição sobre o pão e o vinho, “fruto da terra”, “da videira” e “do trabalho humano”. Com estas palavras, além de incluir na oferenda a Deus toda a atividade e esforço humano, o rito nos leva a considerar a terra como criação de Deus, que produz todo o necessário para nosso sustento. A criação não é uma realidade neutra, mera matéria que se pode utilizar indiferentemente, seguindo o instinto humano. Antes, ela faz parte do plano bondoso de Deus, pelo qual todos nós somos chamados a ser filhos e filhas no Filho unigênito de Deus, Jesus Cristo. A fundada preocupação pelas condições ecológicas em que se acha a criação em muitas partes do mundo encontra motivos de consolo na perspectiva da esperança cristã, que nos compromete a agir responsabilmente em defesa da criação. De fato, na relação entre a Eucaristia e o universo, descobrimos a unidade do plano de Deus, e somos convidados a descobrir a relação profunda entre a criação e a “nova criação”, inaugurada com a ressurreição de Cristo, novo Adão. Nela, participamos já desde agora em virtude do Batismo, e assim se abre à vida cristã, alimentada pela Eucaristia, a perspectiva do mundo novo, do novo céu e da nova terra, onde a nova Jerusalém desce do céu, de Deus, “ataviada como uma noiva que se adorna para seu esposo” (Scar 92).

Textos franciscanos

1. Tendo pressa de sair deste mundo como de um exílio de peregrinação, este feliz itinerante era auxiliado pelas coisas que estão no mundo, e realmente não pouco. Usava o mundo como campo de batalha contra os príncipes das trevas, mas também o usava, com relação a Deus, como espelho limpidíssimo de sua bondade. Em qualquer obra de arte ele exalta o Artífice e atribui ao Criador tudo o que descobre nas coisas criadas. Exulta em todas as obras das mãos do Senhor e intui, através dos espetáculos do encantamento, a razão e causa que tudo vivifica. Reconhece nas coisas belas aquele que é o mais Belo; todas as coisas boas lhe clamam: “Quem nos fez é o Melhor”. Por meio dos vestígios

impressos nas coisas ele segue o amado por toda parte e de todas as coisas faz para si uma escada para se chegar ao trono dele.

Abraça todas as coisas com o afeto de inaudita devoção, falando com elas sobre o Senhor e exortando-as a louvá-lo. Poupa os candeeiros, lâmpadas e velas, não querendo com sua mão extinguir o fulgor que era sinal da luz eterna. Anda com reverência sobre a pedra em consideração daquele que é chamado de Pedra. Quando precisa recitar aquele versículo: *Vós me exaltastes sobre a pedra*, para expressá-lo mais reverentemente, diz: *“Vós me exaltastes aos pés da Pedra”*.

Proíbe aos irmãos que cortam lenha cortar pelo pé toda a árvore, para que tenha esperança de brotar de novo. Manda que o hortelão deixe sem cavar a faixa de terra ao redor da horta, para que, a seu tempo, o verdor das ervas e a beleza das flores apregoem que é belo o Pai de todas as coisas. Manda traçar um canteiro na horta para as ervas aromáticas e que produzem flores, para que elas evoquem os que as contemplam à recordação da suavidade eterna.

Recolhe do caminho os vermezinhas, para que não sejam pisados, e manda que sejam servidos mel e ótimos vinhos às abelhas, para que elas não morram por falta de alimento no rigoroso frio do inverno. Chama com o nome de irmão todos os animais, conquanto entre todas as espécies de animais prefira os mansos. Quem seria capaz de narrar tudo? Na verdade, toda aquela bondade fontal, que há de ser tudo em todos, já se manifestava a este santo como tudo em todos (2Cel 165).

2. E para de tudo tirar estímulo para o amor divino, *exultava em todas as obras das mãos do Senhor* e por meio destes espetáculos de encantamento elevava-se à razão e causa vivificante [de tudo]. Contemplava nas coisas belas o Belíssimo e, através dos vestígios impressos nas coisas, seguia o Amado, fazendo de tudo para si uma escada pela qual pudesse subir para apoderar-se daquele que é totalmente desejável. Na verdade, com o afeto de inaudita devoção, ele degustava, como que em regatos, aquela bondade fontal em cada uma das criaturas e, à maneira do profeta Davi, como se percebesse a celeste harmonia na consonância das forças e ações a elas concedidas por Deus, exortava-as docemente ao louvor do Senhor (LM 9,1).

3. Outras referências: 1Cel 77.79.81; LP 84.

4. Além dos problemas que afligem a cada um dos setores da vida e da atividade humanas, há um no qual é mais premente a necessidade de uma colaboração sem fronteiras. O da relação com o meio ambiente. Nesse terreno, a humanidade se dá conta de que produziu danos às vezes irreparáveis, e a partir de muitos setores se elevam vozes que pedem uma inversão na tendência, que preserve a terra das conseqüências da contaminação e dos perigos da nuclearização. No entanto, ainda faltam precisas motivações ideais em apoio das opções. É, por conseguinte, um dever que nós contribuamos para iluminar a relação entre o homem e a natureza segundo o desígnio de Deus encontrado e proclamado por Francisco: uso e não apropriação, respeito e não exploração. A lógica da potência industrial deve ceder a passagem à qualidade da vida,

como exigem os povos que elevam cada vez mais a voz. Em consequência, é necessário, inclusive por nossa parte, superar qualquer indiferença culpável; e aparece não oportuna, mas necessária, uma colaboração fática com as grandes organizações que já operam em defesa do ambiente (MINISTROS GERAIS DA FAMÍLIA FRANCISCANA, *No espírito de Assis*, 16 de abril de 1987).

Formamo-nos continuamente para salvaguardar a criação

1. A forte experiência de Deus como Pai e sumo Bem caracterizou a vida de São Francisco, levou-o a uma atitude de agradecimento e de louvor ao Criador por suas maravilhas e fez dele irmão de todos os homens e de todas as criaturas (RFF 37).

2. Todos os irmãos e candidatos sejam formados a pregar com as obras a paz e a justiça, vencendo o mal com a prática do bem, e respeitem a criação como sinal do Criador, induzindo os outros a serem construtores da paz e a salvaguardar a criação (RFF 86).

Esta formação propõe uma teologia franciscana que responda aos desafios de nossa época:

* Uma teologia da criação que alimente o louvor ao Criador, ensine os homens o respeito à criação e ilumine com a luz da fé os problemas ecológicos de nosso tempo (RFF 227).

3. Enquanto o homem está tentando instrumentalizar a criação, o frade menor, a exemplo de São Francisco, encontra nela motivo de louvor em atitude de reverência e inclusive de submissão. Esta atitude lhe oferece uma perspectiva particularmente singular em seu modo de entrar em contato com a criação e em seu modo de estudá-la (RS 49).

4. A Ordem incentiva os irmãos a dedicarem-se às ciências exatas, naturais e ambientais, para descobrirem o Criador em todas as coisas, para admirarem os raios do esplendor e da bondade de Deus presentes em todas as suas criaturas, para favorecerem uma relação fraterna com elas, para contribuírem para a qualidade de vida e para salvaguardarem o equilíbrio da criação (RS 50).

4

NÃO SE APROPRIEM DE NADA

CONSTITUIÇÕES GERAIS

§1 Como peregrinos e forasteiros neste mundo e tendo renunciado à propriedade pessoal, os irmãos não se apropriem nem de casa nem de lugar nem de coisa alguma, segundo a Regra; por isso, em pobreza e humildade dediquem-se ao serviço da Igreja e do mundo com tudo o que dispõem para a vida e para o trabalho.

§2 Os edifícios que são construídos para os irmãos e tudo o que eles adquirem para si ou para seu uso estejam de acordo com a pobreza, segundo as condições dos lugares e dos tempos.

§3 Os bens confiados ao uso dos irmãos sejam partilhados com os pobres, segundo legítima disposição dos Estatutos particulares.

Art. 73

Os edifícios e os bens necessários à vida e às obras dos irmãos permaneçam propriedade daqueles a quem os irmãos servem, dos benfeitores, da Igreja ou da Santa Sé.

Art. 74

§1 O candidato à Ordem que possuir bens temporais disponha deles antes da Profissão temporária, de forma que, reservando-se a propriedade, através de um documento válido e pelo tempo que durarem os votos temporários, ceda a administração, o uso e o usufruto a quem ele quiser, mas não à Ordem.

§2 Para, por justa causa, modificar estas disposições ou praticar qualquer ato referente aos bens temporais, requer-se a licença do Ministro provincial, conforme as normas dos Estatutos particulares.

Art. 75

§1 Por força do voto de pobreza e em conformidade com a Regra, o irmão que vai professar solenemente, antes da profissão, deve fazer, por escrito, a renúncia de todos os bens que ainda possui ou que venha a possuir por herança necessária, a favor de quem ele quiser, mas de preferência a favor dos pobres, com validade a partir do dia da Profissão; e de modo algum lhe será lícito reservar algo para si.

§2 Nenhum irmão, sob pretexto algum, ouse induzir o irmão que vai professar a deixar algo para si mesmo ou para a Ordem.

§3 Os Estatutos particulares prevejam o que é necessário para que a renúncia aos bens antes da Profissão solene tenha efeito também perante a lei civil, a partir do dia da Profissão.

I. REFLEXÃO

Antes de tudo, detenhamo-nos no artigo 72 das Constituições gerais. Em poucas frases, enfrenta o tema da renúncia à propriedade, que caracterizou a opção de Francisco e de toda

a história da Ordem até nossos dias. Fala-se de renúncia pessoal à propriedade das coisas, mas também da dimensão comunitária de tal renúncia, que faz parte de nossa forma de vida. O segundo parágrafo insiste na dimensão concreta, quase material, do tema: fala-se de edifícios e das coisas que os irmãos adquirem ou usam.

No primeiro parágrafo, depois de ter afirmado o princípio geral da renúncia à propriedade, se admite, no entanto, que os irmãos se sirvam das coisas “para a vida e o trabalho”: este uso das coisas está justificado, quando se desenvolve em pobreza e humildade, a serviço da Igreja e do mundo. O serviço à Igreja e ao mundo justifica, então, o uso dos bens e, além disso, indica seu verdadeiro significado não somente para nós, mas principalmente para as pessoas que servimos.

Para compreender este texto, convém recordar o que diz Francisco em seu Testamento: “Cuidem os irmãos para não receber de modo algum igrejas, pequenas habitações pobrezinhas e tudo que for construído para eles, se não estiver como convém à santa pobreza que prometemos na regra, hospedando-se nelas sempre como forasteiros e peregrinos”⁴⁰.

Francisco também, no final de sua vida, justifica o uso dos bens materiais – igrejas, habitações pobrezinhas – que podem ser aceitos pelos irmãos, somente se respeitarem o critério de “ser conforme à santa pobreza que prometemos na Regra”: o segundo parágrafo do artigo é um eco fiel destas palavras de Francisco.

1. Fundamentos desta atitude

A linguagem franciscana define esta opção de pobreza como um “viver sem nada de próprio”: a Regra usa esta expressão para indicar a forma de vida evangélica⁴¹, e nossa fórmula de profissão diz expressamente que cada irmão faz voto de viver “em obediência, sem nada de próprio e em castidade”. Reflitamos, então, sobre os fundamentos que sustentam esta opção de “viver sem nada de próprio”.

a. Todo bem procede de Deus

A vida sem nada de próprio deriva da convicção de que todo bem procede de Deus e que, por conseguinte, nada me pertence. Como ensina a Escritura, recordando frequentemente que “a terra é de Deus”⁴², o homem não pode considerar nada como propriedade sua, porque todo bem é de Deus. Trata-se de uma convicção profunda de Francisco, que afirma uma ou outra vez que somente Deus “é o bem pleno, todo o bem, o bem total, o verdadeiro e sumo bem; que unicamente é bom”⁴³ e que a ele pertencem todos os bens, “porque dele é todo o bem”⁴⁴; e Francisco, falando do bem, refere-se tanto aos bens espirituais como aos materiais. Entre os bens espirituais podemos contar nossos dotes

⁴⁰ Test 24.

⁴¹ RB 1,1.

⁴² Cf. Lv 25,23; Ex 9,29; Dt 10,14; Sl 24,1; 47,8; Is 66,1.

⁴³ RnB 23,9; cf. também 2Fi 62; Ad 7,4; 8,3; 12,2; LH 11; LD 3; PN 2.

⁴⁴ RnB 17,18.

naturais, nossos talentos e as coisas boas que sabemos fazer na vida: não podemos atribuir-nos o mérito de nada, mas reconhecer em tudo que se trata de dons de Deus. Tampouco os bens materiais que usamos e que estão em nossas mãos são propriedade nossa, porque se trata de bens que provêm de Deus e que somente a ele pertencem de forma plena e radical: o homem recebeu-os como administrador e não pode considerar-se o proprietário.

Francisco é muito consciente de que é fácil enganar-se sobre este ponto, crendo possuir algo, motivo pelo qual ele põe em guarda contra tal engano: “E nada tendes neste mundo e nem no futuro. E julgais possuir por muito tempo as vaidades deste mundo, mas fostes iludidos... E todos os talentos e poder, ciência e sabedoria que julgava ter lhe serão tirados”⁴⁵.

Deve-se notar que esta convicção foi teorizada também pela tradição teológica franciscana: Duns Scotus, diferentemente de Tomás de Aquino, sustenta que no estado de inocência não existia o direito de propriedade nem por lei natural nem por lei divina; somente depois do pecado original, se tornou necessário distinguir o que é meu do que é teu⁴⁶. A propriedade privada só se introduziu num segundo momento, como consequência necessária do pecado, como meio para evitar males maiores, que poderiam afetar os mais fracos pela ausência do direito de propriedade (é interessante notar que se diz expressamente que com o direito de propriedade se protege o mais fraco da prepotência do mais forte). É evidente o forte impacto, inclusive social, de tal doutrina, que insiste no destino universal dos bens e na “hipoteca social” que pesa sobre o direito de propriedade e que está fortemente em sintonia com o mais recente magistério social da Igreja.

Podemos observar, além do mais, que esta convicção, referente aos bens que procedem de Deus, não somente afirma a opção de viver sem nada de próprio, mas tal opção converte esta opção em um gesto de verdade, mais do que em uma virtude ascética: o franciscano não se sente um herói que renuncia ao que é seu, cumprindo um gesto excepcional de particular virtude, mas sabe reconhecer humildemente a verdade das coisas, porque na realidade somente Deus é o verdadeiro proprietário de todo bem, e nós só podemos administrar. E, como acontece frequentemente, também neste caso a humildade consiste simplesmente na verdade.

b. Pobres em relação aos outros

Francisco de Assis é considerado por todos como um perito na pobreza; por isso, é interessante apontar que em seus escritos ele insiste, sobretudo, em unir pobreza com as relações com o próximo: alguém pode saber se é verdadeiramente pobre não tanto perguntando quantas coisas materiais possui, mas sobretudo tratando de compreender como vive a sua relação com os outros.

A propósito, pode ser útil ler a Admoestação 14, que comenta a bem-aventurança evangélica: “Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus”. É interessante perceber como Francisco não vincula esta afirmação evangélica com a pobreza material, mas com relação aos outros; diz: “muitos há que, insistindo em orações e serviços, fazem muitas abstinências e macerações em seus corpos, mas, por causa de uma única

⁴⁵ 1Fi 13-16.

⁴⁶ Cf. JOÃO DUNS SCOTUS, *Ordinatio*, IV, distinctio 15, quaestio 2, n. 3-9.

palavra que lhes parece ser uma injúria a seu próprio eu ou por causa de alguma coisa que se lhes tire, sempre se escandalizam e se perturbam. Estes não são pobres de espírito”⁴⁷. O verdadeiro banco de prova da pobreza é, então, a relação com o próximo, quando este me diz uma palavra ofensiva ou me tira algo, mesmo insignificante, que creio que me pertence.

Nesta mesma direção se move uma sintética afirmação da Admoestação 11: “Vive retamente sem nada de próprio aquele servo de Deus que não se ira nem se perturba por qualquer coisa”⁴⁸. Neste caso, para fazer-nos compreender o que quer dizer viver sem nada de próprio, Francisco indica a atitude de quem não se ira nem se perturba por coisa alguma; uma vez mais, a pobreza de quem vive sem nada de próprio está unida à relação paciente e pacífica com o próximo. A ira e a perturbação, que são um par de atitudes contra as quais Francisco põe em guarda frequentemente⁴⁹, manifestam um profundo espírito de apropriação, porque a ira e a perturbação pela conduta alheia revelam que eu creio ser dono de meu irmão e que me iro, porque ele não se comporta como eu quereria.

Citamos as Admoestações de Francisco, mas poderíamos recordar outros textos de seus escritos nos quais ele destaca que a atitude de quem vive sem nada de próprio não se aplica somente aos bens materiais, mas também e sobretudo às relações com o irmão⁵⁰.

É evidente que este modo de entender a pobreza se vincula estreitamente com a minoridade, da qual se trata em outro capítulo deste subsídio; é a atitude alternativa à mentalidade de conquista e de êxito a todo custo que nos vem proposta por nossa cultura; claramente, pois, consiste em uma atitude contra-cultural.

c. A restituição

Para Francisco, a pobreza está unida à restituição. A propósito, são significativos alguns episódios referidos pelas primeiras biografias⁵¹, nos quais se destaca de modo evidente que para Francisco dar um manto aos pobres não é outra coisa que restituição, entendida como justiça; confessa sentir-se ladrão, se não devolver essa prenda a quem é mais pobre do que ele. Também em seus escritos, Francisco convida frequentemente a “restituir todo o bem a Deus”⁵² e a dar graças ao Senhor⁵³: de fato, também o agradecimento e a oração de louvor são uma forma de restituição.

Para nós, os irmãos, a restituição é uma boa chave para viver como irmãos menores as atividades de assistência aos pobres e aos necessitados: não se trata de beneficência que nos faz sentir um escalão acima com relação a nossos irmãos, mas simplesmente da devolução dos bens, que são de Deus, àqueles representantes escolhidos seus que são os pobres. Como já dissemos a propósito do reconhecimento que o bem é de Deus, tampouco aqui se trata de gestos virtuosos, mas simplesmente de verdade. Se o bem procede de Deus, a ele e aos irmãos deve ser restituído, por justiça, antes que por caridade.

⁴⁷ Ad 14,2-4.

⁴⁸ Ad 11,3.

⁴⁹ Ad 11,2-3; 27,2; RnB 5,7; 10,4; RB 7,3; 2Fi 44; PA 15.

⁵⁰ Cf. Ad 5,5-8; 7; 8,3; RnB 14; 17,4.

⁵¹ Cf. 2Cel 87; 92.

⁵² Cf. Ad 7,4; 11,4; 18,2; 28,1; RnB 17,17.

⁵³ Cf. 1Ct 7; 2Fi 61; LH 11; RnB 17,18.

Tentemos pensar em termos de restituição sobre algumas grandes propostas: por exemplo, a anulação da dívida internacional aos países do sul, de que se tem falado muito no ano jubilar de 2000. Às vezes, tendemos a vê-lo como beneficência; pelo contrário, não se trata mais do que de devolver-lhes bens que lhes pertenciam. Esta referência à restituição pode ser muito útil para interpretar as relações entre os países.

Além disso, em nossas atividades a favor dos pobres, se trata de uma constatação que é verdadeira também do ponto de vista econômico: nós recebemos dinheiro de benfeitores para ajudar a quem necessita e restituímos esse dinheiro em nossas atividades. Também nestes casos se trata simplesmente de devolução.

2. Nossa pobreza material

Quando abordamos este assunto, temos que reconhecer que se trata de um tema delicado e difícil, pois nossa vida ordinária não parece brilhar, em geral, pela pobreza material. Isto não só é verdade no rico Ocidente, onde é muito palpável, mas também nos demais países, onde se constata igualmente que a condição social dos irmãos é normalmente mais elevada do que a dos pobres.

Para evitar ilusões e desilusões, fáceis neste tema, é necessário admitir, antes de tudo, que nossa pobreza é sempre um pouco anômala e que para nós, os frades, como o foi para Francisco, nunca se trata de uma precariedade total e falta de toda segurança. Nós, como Francisco, temos a segurança (inclusive econômica) que nos vem dos irmãos. Sabemos que podemos contar com os irmãos, e isto nos dá uma segurança que os pobres não têm. Mas não podemos renunciar a isto, porque significaria renunciar à Fraternidade; e em nossa vida o valor da Fraternidade é talvez mais importante do que a pobreza. Além disso, deve-se reconhecer que nós frequentemente possuímos uma educação e uma formação cultural que constituem uma grande riqueza, embora não seja material.

Colocada esta premissa, podemos fazer alguma observação: antes de tudo, devemos dizer que em nossa linguagem atual e sobretudo em nossa vida de irmãos a palavra *pobreza* – à qual provavelmente podemos renunciar, por todo o peso que teve em nossa história – não indica a falta absoluta de bens, mas, antes, sobriedade e essencialidade no uso das coisas, uma *ética do suficiente* que se contrapõe de muitas maneiras à atual sociedade de consumo. Em segundo lugar, pode-se sugerir um possível itinerário para uma maior pobreza: se quisermos ser mais pobres, inclusive materialmente, comecemos por partilhar os bens que usamos com os pobres de nosso tempo e veremos que partilhar é um bom caminho para nos tornarmos mais pobres. Este partilhar reclama a restituição da qual falamos e a solidariedade para com os pobres, na escuta fiel de nossa tradição franciscana, que sempre nos colocou em guarda contra o risco da acumulação; não queremos acumular os bens ou o dinheiro ou outros recursos, mas antes partilhá-los com os irmãos e restituí-los a Deus. Por outra parte, deve-se recordar que Francisco optou pelos pobres, mais do que pela pobreza. Enquanto falar de pobreza abstratamente nos leva a um beco sem saída, falar dos pobres e de partilhar sua vida nos reconduz ao concreto e à intuição central de Francisco.

Evidentemente, todos estes raciocínios encontram sua verificação (ou talvez não?) nos relatórios que nossos irmãos ecônomos nos apresentam em Capítulo, nas opções que fazemos com relação aos bens que recebemos, na escolha dos bancos para nossas poupanças, em tantos aspectos concretos de nossa vida.

II. EXPERIÊNCIAS

Quando voltamos ao *sine proprio*, somos conscientes de que “nada nos pertence, tudo é um bem recebido, chamado a ser partilhado e restituído”⁵⁴. Nesta “lógica do dom”, que o Capítulo geral extraordinário de 2006 evocou com força, se pode introduzir de maneira dinâmica e nova a reflexão sobre o viver sem nada de próprio. Antes que sem coisas, que permanecem de todos os modos como dom de Deus para partilhar solidariamente com todas as criaturas, com a expressão *sine proprio* entendemos a liberdade do condicionamento fundamental constituído por nosso eu, intrometido e prepotente, que quer apoderar-se de tudo. Em particular, o *sine proprio* refere-se aos dons recebidos com a vida e às relações com os outros. Aqui, a maturidade do discípulo que segue a Jesus pobre e crucificado consiste em chegar a ser “pobre de espírito”, reconhecendo que tudo é dom a restituir. É verdade que “nós mesmos, imagens do Criador, nos reconhecemos como destinatários deste dom de Deus: não somos donos de nossa vida; antes, a recebemos constantemente como um presente do Alto. Temos a capacidade de entregar e entregamos gratuitamente aos outros, através de um movimento do dom, que é semelhante ao constante entregar-se de Deus”⁵⁵.

Se permanecermos fechados em nós mesmos, nos resultará difícil compreender e viver o *sine proprio*. Os pobres, “que são nossos mestres”⁵⁶, ensinam-nos o caminho. A presença evangélica e plenamente comprometida dos irmãos com os desalojados da Colômbia indica a possibilidade concreta de aprender dos pobres e de expressar de um modo novo nossa promessa de viver sem nada de próprio.

Neste horizonte de relações novas – com Deus, consigo mesmo, com os outros, com as coisas – podemos escutar a experiência de nossos irmãos que vivem imersos em povos e culturas tão diversas, bem como entre fiéis de outros credos. A presença silenciosa dos irmãos tanto na Líbia como na Turquia testemunha, especialmente entre os muçulmanos, a força da caridade que se torna serviço aos últimos, escuta cheia de reverência, presença não violenta. Do mesmo modo, partilhar a vida com os cristãos das Igrejas ortodoxas nos abre ao conhecimento e o encontro com o que é distinto de nós, obrigando-nos a despojar-nos de preconceitos e defesas.

Também, embora em um contexto completamente diferente, a presença dos irmãos entre os imigrantes turcos na Alemanha propõe a utopia de superar as barreiras, de vencer os novos muros que o mundo ocidental levanta e de superar a desconfiança e o medo que temperam também os “bons” cristãos para com o que é diferente de nós.

⁵⁴ Sfc 19.

⁵⁵ Sfc 22.

⁵⁶ CCGG 93,1.

Estas experiências nos indicam que redescobrimos o *sine proprio* somente em uma nova relação com nós mesmos, com os outros e entre os irmãos: então, a pobreza se converte em sinal indicador da caridade e da esperança que sabe olhar longe e abrir-se a horizontes inéditos de comunhão.

1. Fraternidade com os desalojados da Colômbia

Sincelejo é uma pequena cidade na costa caribe-colombiana, tem aproximadamente 350.000 habitantes, 64.000 dos quais são refugiados da guerra interna que a Colômbia vive. Estes últimos se assentaram na periferia desta pequena cidade que carece dos mais elementares serviços públicos, especialmente de água potável.

Em uma dessas áreas de periferia está a Fraternidade “São Damião” de frades menores da Província de São Paulo Apóstolo da Colômbia, composta por quatro irmãos, comprometidos a encarnar o vocábulo fraternidade, recordando constantemente as palavras de Jesus ao irmão Francisco: “Restaura minha Igreja que está em ruínas”⁵⁷.

Relendo esta passagem de Celano, os irmãos escutam a voz do Senhor que diz hoje: “Irmãos, restaurem minha Igreja que está em ruínas”, restaurem o tecido social e os projetos rompidos pela violência, restaurem os sonhos que uniam ontem os camponeses e restaurem a confiança.

Os irmãos sabem que a restauração não se faz, a não ser através das ciências sociais, da disciplina do psico-social e do estabelecimento de uma micro-economia realmente solidária. Também sabem que estas ferramentas são inoperantes sem a força do Espírito de Deus assumida e vivida como Clara e Francisco, descrita e praticada por Santo Tomás Moro em sua famosa Utopia.

Daí que um grupo de leigas e leigos franciscarianos, unidos sob uma fundação que traz o nome de Santo Tomás Moro, se dedicam à tarefa de reconstruir. Francisco e Clara cumprem sua tarefa com a segurança de não estar fazendo uma nova construção, mas uma reconstrução, cujos fundamentos apostólicos já estavam postos por Jesus. Também os irmãos de São Damião, os leigos e leigas de Santo Tomás Moro, sabem que estão reconstruindo sobre as bases firmes da cultura do povo, cujas raízes e sabedoria se fundem no tempo, nas tradições ancestrais da cultura indígena Zenú, dos afro-colombianos assentados na região a partir da colônia espanhola e dos mestiços e *sambos* (filhos negros e mestiços).

A justiça e a paz beijam-se de novo como no salmo, porque pouco a pouco se consegue, com esforço, que brote a verdade: as injustiças e os cruéis homicídios são chamados por seu nome, abrindo-se assim as vias de reconciliação.

Na esperança de que ainda se pode vislumbrar o arco-íris da paz e a afirmação da dignidade de toda pessoa, os irmãos da Fraternidade São Damião e os leigos e leigas da fundação franciscana Santo Tomás Moro continuarão caminhando ao lado desta parcela do povo colombiano, vítima da violência e estrangeiro em sua própria terra.

⁵⁷ 2Cel 6,10.

2. Vicariato apostólico de Bengasi, Líbia

O Vicariato Apostólico de Bengasi estende-se desde Ras Lanuf, no Golfo de Sidra, até a cidade de Tobruk, a 120 Km da fronteira com o Egito.

Bengasi é a cidade principal desta região que compreende a Cirenaica, sede do Vicariato Apostólico e centro da atividade pastoral de todo o Vicariato. Em Bengasi, encontra-se também o convento da Fraternidade franciscana junto à pequena igreja, hoje catedral do bispo. O convento é, justamente, “casa dos sacerdotes”, porque, às vezes, moram também sacerdotes de outras Congregações e do Clero secular. De fato, depois da revolução de 1 de setembro de 1969, não temos mais locais: tudo – lugares de culto, residência do bispo, os conventos de frades e de monjas – foi confiscado pelas autoridades locais.

Hoje, vivemos realmente *sine proprio*: o bispo não tem casa ou residência própria, vive em um pequeno apartamento situado sobre a garagem da casa dos sacerdotes, onde vivem também os irmãos menores. Por razões práticas e econômicas, vive como um frade. Nos atos comuns – oração, refeições – partilha o espaço com a Fraternidade franciscana sacerdotal.

Além disso, deve-se sublinhar que a pequena igreja-catedral e a casa contígua dos sacerdotes não pertencem ao Vicariato ou à Ordem; são propriedade do Governo líbio que nos cedeu “ad usum” depois do congresso islâmico-cristão de 1976.

Por isso, bispo, sacerdotes e frades, nos sentimos efetivamente “peregrinos e estrangeiros”. Tentamos realizar a missão e a vida pastoral, confiando na Providência, em paz com as autoridades, testemunhando silenciosamente a presença de Cristo e a caridade da Igreja.

3. Fraternidade Franciscana entre os turcos e curdos em Colônia

Em um bairro pobre da cidade de Colônia (Alemanha), chamado Vingst, aonde chegaram muitos imigrantes da Sicília e da Turquia, cinco irmãos menores vivem em um edifício da paróquia e trabalham desde 1994 entre os jovens turcos. A cada quinta-feira e sexta-feira (às vezes também sábado e domingo), cerca de quarenta jovens turcos se encontram com um dos frades, ajudado neste serviço por quatro coordenadores, para desenvolver estas atividades: futebol e outras atividades esportivas, informática e apoio escolar (preparação dos exames). Às vezes, depois do encontro, os jovens ficam para jantar com os frades. Se algum tem problemas com a polícia ou com a justiça, o grupo colabora para buscar ajuda. Todos os jovens são muçulmanos, existe total respeito à sua forma de vestir-se e às suas festas. Às vezes, se fala de religião, e nos confrontamos principalmente sobre a relação entre islamismo e cristianismo. Cada ano, organizamos duas viagens: uma a uma cidade da Alemanha e outra a um país europeu próximo. Estivemos em Berlim e Hamburgo, Amsterdam, Paris e Roma, visitando, sobretudo, monumentos históricos e lugares de interesse cultural.

Estas viagens serviram para criar coesão no grupo e promover compreensão e respeito recíproco.

Em Vingt há também muitos refugiados. A Fraternidade estreitou laços com estas pessoas, partilhando com elas a vida e ajudando-as em seus problemas, como no caso de três curdos e um tunisiano que, não tendo a licença de residência para estar na Alemanha, viveram com os frades por um ano. Existe um forte movimento em Colônia, promovido pelas Igrejas e por outras pessoas interessadas, a favor das pessoas que não têm a licença de residência. O slogan deste movimento é: “Nenhum ser humano é legal”; os frades colaboram, buscando alojamento para eles. Ajudaram também alguns estudantes muçulmanos de Marrocos a encontrarem um lugar para viver. Um destes estudantes partilhou nossa vida durante algumas semanas. Posteriormente, seu irmão se casou com uma moça cristã que conheceu em nosso grupo de jovens. Os frades organizaram e participaram das bodas.

Colônia é centro de numerosas organizações muçulmanas. Muitos muçulmanos turcos e bósnios vivem aqui, juntamente com muçulmanos árabes que procedem de Marrocos, da Argélia e da Tunísia. Desde 1982, os franciscanos de Colônia têm promovido o diálogo cristão-muçulmano, organizando com estas pessoas momentos de encontro e de oração pela paz. Nestas iniciativas participaram também membros da comunidade judaica. Em 1996 e em 2006, os frades programaram vigílias de oração com muçulmanos, cristãos e judeus, para comemorar o aniversário do “espírito de Assis” promovido por João Paulo II, no dia 27 de outubro de 1986. O encontro desenvolveu-se em um centro católico próximo da catedral de Colônia, chamado *Domforum* e serviu para criar uma atmosfera positiva com relação à espiritualidade das três religiões.

III. ATUALIZAÇÃO

Para a formação pessoal

1. Cada um pode verificar estas orientações da Ordem:

a) Os frades partilhem, na medida de suas possibilidades, a vida, a história e a esperança dos pobres e marginalizados, para serem também por eles evangelizados. Os frades sejam promotores de justiça, arautos e artífices da paz e de reconciliação, com a vida e com a palavra, para serem sinais proféticos que denunciam sem temor tudo aquilo que destrói a dignidade do homem e da criação (*Prioridades para o sexênio 1997-2003*, III, 5-6).

b) Contemplamos a Cristo, nosso único Senhor, amamo-lo e escutamos os pobres, amamo-los e somos solidários com eles. O amor de Cristo impulsiona-nos a ir ao encontro dos pobres, a caminhar com eles e como eles: sem cajado, sem alforje, sem pão, sem dinheiro, sem túnica para trocar. O amor de Cristo leva-nos aos “leprosos” de nossos dias, aos pobres, e chama-nos a sermos pobres entre eles, servos de todos e sujeitos a todos, pacíficos e humildes de coração. O amor de Cristo induz-nos a sermos verdadeiros irmãos menores e a viver “sem nada de próprio” (*Prioridades para o sexênio 2003-2009*, 3 – Projeto de vida).

2. Fazer uma avaliação profunda sobre como cada um está vivendo o espírito da “restituição”, por exemplo: Estou disponível para deixar cargos que tenho, mudar de Fraternidade ou renunciar aos meus projetos? Como é a minha relação com o dinheiro e com as coisas? Nosso nível de vida está realmente próximo dos mais pequeninos da sociedade em que vivemos? Somos capazes de partilhar aquilo que possuímos? Que lugar ocupa a pobreza no “projeto de vida pessoal” e que papel ocupa a missão?

Para os encontros de Fraternidade

A. Leitura orante: Mt 6,25-34

* Para assimilar o espírito evangélico do serviço aos mais pequeninos, a Fraternidade faz a leitura orante do Evangelho, tendo presente o contexto do texto que se propõe: a confiança na Providência é fruto da oração confiada dos filhos (Mt 6,7-15: o Pai nosso), acompanhada pelo jejum (Mt 6,16-17: sobriedade da vida) e pelo não julgar (Mt 7,1.5: misericórdia).

* São Francisco ajuda-nos a transformar em oração a palavra escutada: “Mas, na santa caridade que é Deus, rogo a todos os irmãos, tanto aos ministros como aos outros, que, removido todo impedimento e todo cuidado e postergada toda preocupação, do melhor modo que puderem, esforcem-se por servir, amar, honrar e adorar o Senhor Deus com o coração limpo e com a mente pura, pois é isto que ele deseja acima de tudo” (RnB XXII,26).

B. Revisão de vida

No contexto de Capítulo local ou também em um dia de retiro ou de estudo, a Fraternidade reflete sobre como vive “aqui e hoje” o *sine proprio*.

Sugerimos um possível modo para viver este momento:

1. O Guardião ou o coordenador do encontro propõe, alguns dias antes, a leitura individual deste capítulo.

2. Pode-se iniciar o encontro com a leitura comunitária de Mt 6,25-34 e do capítulo VI da Regra Bulada.

3. O irmão encarregado pode fazer uma breve introdução ao tema, recordando os aspectos principais da reflexão e das experiências apresentadas neste tema do subsídio. Os outros irmãos podem enriquecer a reflexão, partilhando outras experiências ou que estejam vivendo atualmente. Algumas perguntas possíveis:

a. Um Deus pobre: uma imagem de Deus a ser mudada? Que ecos suscita em nós este anúncio? Que resistências?

b. Que formas de convivência e de encontro com as pobresas que se encontram ao nosso redor são possíveis para nós?

c. Recordamos e contamos o encontro com pessoas e situações de pobreza.

4. A Fraternidade pergunta-se como acolheu e o que tem feito concretamente para responder às seguintes indicações da Ordem:

a. O projeto de vida provincial e o projeto de vida fraterna determinem a quantidade de dinheiro com que a Província e as Fraternidades locais devem demonstrar sua solidariedade para com os mais necessitados e tomem as decisões necessárias para que os locais vazios de nossas casas estejam à disposição das necessidades do povo, tendo em conta as devidas cautelas legais.

b. Sintam-se todos itinerantes e estejam dispostos a abandonar idéias, projetos, atividades, ofícios e estruturas que não correspondam à nossa vocação e missão de frades menores (*Prioridades para o sexênio 2003-2009*, 3, Proposta 7).

c. Para quem segue a Jesus pobre, a pobreza nasce da esperança. É a capacidade de amar as coisas, o real. O pobre restitui dignidade às coisas e reconhece-as como dom, mistério, sinal. As coisas existem para ser reconhecidas, acolhidas, desfrutadas, promovidas, partilhadas, restituídas. A partir daqui, podemos voltar a ler e a aprofundar na radicalidade da fé o voto de viver *sine proprio*.

5. O encontro pode terminar com uma oração de ação de graças por todo o bem que se recebeu no encontro e com um canto final.

C. Sinais e gestos para viver sem apropriar-se de nada

A Fraternidade reflete sobre:

1. Como recuperar ou inventar concretamente novas formas de viver *sine proprio*.
2. Como avaliar o uso e a acumulação dos bens, o modo de vida cotidiano, a propriedade e o uso privado ou comunitário dos carros e dos demais meios tecnológicos.
3. Como revisar a sobriedade no vestir-se e no comer, o destino dos locais das casas, um estilo de vida que não humilhe os pobres e não nos coloque somente no nível da classe média.

D. Oração

Onde há caridade e sabedoria,

aí não há nem temor nem ignorância.

Onde há paciência e humildade,

aí não há nem ira nem perturbação.

Onde há pobreza com alegria,

aí não há nem ganância nem avareza.

Onde há quietude e meditação,

aí não há nem preocupação nem divagação.

Onde há temor do Senhor para guardar seus átrios,

aí o inimigo não tem lugar para entrar.

Onde há misericórdia e discernimento,

aí não há nem superfluidade nem rigidez (Ad 27).

PARA APROFUNDAR

A Palavra de Deus

1. O jovem, então, lhe replicou: “Mestre, Tudo isso eu tenho guardado desde a minha juventude”. Fitando-o, Jesus o amou e disse: “Uma só coisa te falta: vai, vende o que tens, dá aos pobres e terás um tesouro no céu. Depois, vem e segue-me”. Ele, porém, contristado com essa palavra, saiu pesaroso, pois era possuidor de muitos bens. Então, Jesus, olhando em torno, disse a seus discípulos: “Como é difícil a quem tem riquezas entrar no Reino de Deus!”. Os discípulos ficaram admirados com essas palavras. Jesus, porém, continuou a dizer: “Filhos, como é difícil entrar no Reino de Deus! É mais fácil um camelo passar pelo fundo da agulha do que um rico entrar no Reino de Deus!”. Eles ficaram muito espantados e disseram uns aos outros: “Então, quem pode ser salvo?”. Jesus, fitando-os, disse: “Aos homens é impossível, mas não a Deus, pois para Deus tudo é possível”.

Pedro começou a dizer-lhe: “Eis que nós deixamos tudo e te seguimos”. Jesus declarou: “Em verdade vos digo que não há quem tenha deixado casa, irmãos, irmãs, mãe, pai, filhos ou terras por minha causa ou por causa do Evangelho que não receba cem vezes mais desde agora, neste tempo, casas, irmãos, irmãs, mãe e filhos e terras, com perseguições; e, no mundo futuro, a vida eterna. Muitos dos primeiros serão últimos, e os últimos serão primeiros” (Mc 10,20,31).

2. Jesus dizia a todos: “Se alguém quer vir após mim, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz cada dia e me siga. Pois aquele que quiser salvar a vida vai perdê-la, mas o que perder a sua vida por causa de mim, este a salvará. Com efeito, que aproveitará ao homem ganhar o mundo inteiro, se ele perder ou arruinar a si mesmo”? (Lc 9,23-25).

Documentos da Igreja

1. Apostar na caridade

A partir da comunhão intra-ecclesial, a caridade abre-se por sua natureza ao serviço universal, projetando-nos *a uma prática de um amor ativo e concreto para com cada ser humano*. Se verdadeiramente partimos da contemplação de Cristo, temos que saber descobri-lo sobretudo no rosto daqueles com os quais ele próprio quis identificar-se: “Tive fome, e me destes de comer; tive sede, e me destes de beber; fui forasteiro, e me hospedastes; nu, e me vestistes; enfermo, e me visitastes; encarcerado, e viestes ver-me”. Esta página não é um simples convite à caridade: é uma página de cristologia que ilumina o mistério de Cristo. Sobre esta página a Igreja comprova sua fidelidade como Esposa de Cristo, não menos que sobre o âmbito da ortodoxia.

No se deve esquecer, certamente, que ninguém pode ser excluído de nosso amor, desde o momento em que “com a encarnação o Filho de Deus se uniu, de certo modo, a cada homem”. Atendo-nos às indiscutíveis palavras do Evangelho, na pessoa dos pobres há uma presença especial sua, que impõe à Igreja uma opção preferencial por eles. Mediante esta opção, se testemunha o estilo do amor de Deus, sua providência, sua misericórdia e, de alguma maneira, se semeiam na história aquelas sementes do Reino de Deus que Jesus mesmo deixou em sua vida terrena, atendendo a quantos a ele recorriam para toda espécie de necessidades espirituais e materiais.

De fato, são muitas em nosso tempo as necessidades que interpelam a sensibilidade cristã. Nosso mundo começa o novo milênio carregado das contradições de um crescimento econômico, cultural, tecnológico que oferece a poucos afortunados grandes possibilidades, deixando não somente milhões e milhões de pessoas à margem do progresso, mas a viverem em condições de vida muito abaixo do mínimo requerido pela dignidade humana. Como é possível que, em nosso tempo, haja ainda quem morra de fome, quem esteja condenado ao analfabetismo, quem careça da assistência médica mais elementar, quem não tenha teto onde se abrigar?

O panorama da pobreza pode estender-se indefinidamente, se às antigas acrescentarmos as novas pobreza, que afetam frequentemente ambientes e grupos não carentes de recursos econômicos, mas expostos ao desespero do sem sentido, à insídia da droga, ao abandono na idade avançada ou na enfermidade, à marginalização ou à discriminação social. O cristão, que se assoma a este panorama, deve aprender a fazer seu ato de fé em Cristo, interpretando o chamado que ele dirige a partir deste mundo da pobreza. Trata-se de continuar uma tradição de caridade que já teve muitíssimas manifestações nos milênios passados, mas que hoje talvez requeira maior criatividade. É a hora de uma nova “imaginação da caridade”, que promova não tanto e não somente a eficácia das ajudas prestadas, mas a capacidade de tornar-se próximos e solidários para com quem sofre, para que o gesto de ajuda seja sentido não como esmola humilhante, mas como um partilhar fraterno.

Por isso, temos que agir de maneira tal que os pobres, em cada comunidade cristã, se sintam como “em sua casa”. Não seria este estilo a maior e mais eficaz apresentação da boa nova do Reino? Sem esta forma de evangelização, realizada mediante a caridade e o testemunho da pobreza cristã, o anúncio do Evangelho, mesmo sendo a primeira caridade, corre o risco de ser incompreendido ou de afogar-se no mar de palavras ao qual a atual sociedade da comunicação nos submete a cada dia. A caridade das *obras* corrobora a caridade das *palavras* (NMI 49-50).

2. Medir-nos com o olhar de Cristo

A Igreja é consciente de que, para promover um desenvolvimento integral, é necessário que nosso “olhar” sobre o homem se assemelhe ao de Cristo. De fato, de nenhum modo é possível dar resposta às necessidades materiais e sociais dos homens sem preencher, sobretudo, as profundas necessidades de seu coração. Isto se deve sublinhar com maior força em nossa época de grandes transformações, na qual percebemos de maneira cada vez mais viva e urgente nossa responsabilidade diante dos pobres do mundo. Meu venerável predecessor, o Papa Paulo VI, já identificava os efeitos do subdesenvolvimento como uma deterioração da humanidade. Neste sentido, na encíclica *Populorum Progressio* denunciava

“as carências materiais dos que estão privados do mínimo vital e as carências morais dos que estão mutilados pelo egoísmo... as estruturas opressoras que provêm do abuso do ter ou do abuso do poder, das explorações dos trabalhadores ou da injustiça das transações”. Como antídoto contra estes males, Paulo VI não somente sugeria “o aumento na consideração da dignidade dos outros, a orientação para o espírito de pobreza, a cooperação no bem comum, a vontade da paz”, mas também “o reconhecimento, por parte do homem, dos valores supremos e de Deus, que deles é fonte e o fim”. Nesta linha, o Papa não duvidava em propor “especialmente a fé, dom de Deus, acolhido pela boa vontade dos homens, e a unidade da caridade de Cristo”. Portanto, o “olhar” de Cristo sobre a multidão nos move a afirmar os verdadeiros conteúdos desse “humanismo pleno” que, segundo o mesmo Papa Paulo VI, consiste no “desenvolvimento integral de todo homem e de todos os homens”. Por isso, a primeira contribuição que a Igreja oferece ao desenvolvimento do homem e dos povos não se baseia em meios materiais nem em soluções técnicas, mas no anúncio da verdade de Cristo, que forma as consciências e mostra a autêntica dignidade da pessoa e do trabalho, promovendo a criação de uma cultura que responda verdadeiramente a todos os interrogativos do homem. Diante dos terríveis desafios da pobreza de tão grande parte da humanidade, a indiferença e o fechamento no próprio egoísmo estão em intolerável contraste com o “olhar” de Cristo (Bento XVI, *Mensagem de Quaresma 2006*).

3. A pobreza franciscana

O franciscanismo está vivo e florescente. Nós somos os primeiros a desfrutá-lo. E às incitantes perguntas pelas razões de tal vitalidade e de suas adesões às condições espirituais e sociais de nosso tempo responde a apologia, que é habitual aos expoentes de vossa família religiosa, e a não poucos clientes vossos no campo da cultura, e admiradores naquilo que da vida cristã; a apologia da atualidade de São Francisco, uma apologia estranhamente carregada de incríveis argumentos: entre todos eles o da pobreza, que caracterizava o Poverello de Assis e a quem quiser ser um sincero seguidor. Sim, Francisco é atual, porque é profeta da Pobreza. Agi também vós para que assim seja; demonstrei aos homens de hoje, que parecem estar embebidos pela ânsia da economia, como a pobreza de espírito, ensinada pelo Evangelho, é libertação do espírito, disponibilidade para o reino das realidades superiores, reivindicação do verdadeiro e supremo fim da vida, o amor, o amor de Deus e do próximo, educação para a estima, para a conquista (o trabalho não é conquista dos bens econômicos? E São Francisco não fez de seus frades humildes e assíduos trabalhadores?), educação, dizíamos, para o uso discreto e para a administração honestíssima e pura das perigosas riquezas, e educação ainda para o sóbrio desfrute das realidades temporais, feitas sinais da Providência divina; e, por fim, dizei porque a pobreza, como demonstram os grandes dramas civis de nosso tempo, pode ser o princípio, a condição de uma solidariedade social, que a riqueza egoísta compromete ou renega de forma iminente (PAULO VI, *Discurso ao Capítulo Geral OFM*, 22 de junho de 1967).

Textos franciscanos

Os irmãos que vão [entre os infiéis], no entanto, podem de dois modos conviver espiritualmente entre eles. Um modo é que não litiguem nem porfiem, mas sejam

submissos a toda criatura humana por causa de Deus e confessem que são cristãos. Outro modo é que, quando virem que agrada a Deus, anunciem a palavra de Deus, para que creiam em Deus onipotente, Pai, Filho e Espírito Santo, Criador de todas as coisas, no Filho redentor e salvador, e para que sejam batizados e se tornem cristãos, porque *quem não renascer da água e do Espírito Santo não pode entrar no reino de Deus* (RnB 16,5-7).

Formamo-nos continuamente para viver sem apropriar-nos de nada

1. A minoridade qualifica nossa vida de irmãos tanto em relação a Deus como no seio da fraternidade ou em relação ao outros. A formação – permanente e inicial – deve formar os irmãos e os candidatos de maneira que “vão com alegria pelo mundo como servos e submissos a todos, pacíficos e humildes de coração” (RFF 77).

2. O valor da pobreza evangélica – o viver *sine proprio* – é um dos elementos essenciais de nossa espiritualidade e vocação. A formação – permanente e inicial – deve valorizar seus diversos aspectos e procurar apresentar de maneira objetiva, atualizadora e apaixonada o que constituía para São Francisco “a porção que conduz à terra dos vivos” (RFF 78).

3. A pobreza evangélica não pode ser compreendida autenticamente fora de uma relação pessoal com “Cristo pobre e crucificado”, que se identifica com os últimos e os pecadores, que na encarnação se despoja de si mesmo para assumir a condição de servo e que desce humildemente a cada dia entre nós na celebração eucarística, unindo-se à pobreza de cada um, renovando-o com sua aliança. Somente esta experiência pode habilitar no irmão menor e no candidato o dinamismo da restituição gozosa dos bens e da própria liberdade, da partilha solidária e da proximidade aos pobres, que qualifica sua consagração franciscana (RFF 79).

5

POBRES ENTRE OS POBRES

CONSTITUIÇÕES GERAIS

Art. 66

§1 Para seguir mais de perto a exinanição do Salvador e testemunhá-la com maior clareza, os irmãos levem na sociedade a vida e a condição dos pequenos e vivam sempre entre eles como menores; e, por esta condição social, contribuam para o advento do Reino de Deus.

§2 Por seu modo de viver, tanto na Fraternidade quanto individualmente, os irmãos comportem-se de tal forma que ninguém se afaste deles, sobretudo os que, de ordinário, são excluídos social e espiritualmente.

Art. 69

§1 Na reivindicação dos direitos dos oprimidos, os irmãos renunciem à ação violenta e recorram a meios que estão ao alcance também dos mais fracos.

Art. 72

§3 Os bens confiados ao uso dos irmãos sejam partilhados com os pobres, segundo legítima disposição dos Estatutos particulares.

Art. 78

§1 Usando a liberdade que a Regra lhes concede de escolher os trabalhos, os irmãos, conforme os tempos, as regiões e as necessidades, prefiram aqueles que dêem um eloquente testemunho de vida franciscana e apresentem especiais características de solidariedade e de serviço aos pobres.

Art. 82

§1 Todos os irmãos usem dinheiro na maneira que convém a pobres e em solidária responsabilidade para com a Fraternidade, como convém a servos de Deus e seguidores da mais santa pobreza.

§3 Tendo presentes as necessidades dos pobres, os irmãos, especialmente os Ministros e os Guardiães, evitem com cuidado qualquer espécie de acumulação de bens.

I. REFLEXÃO

1. A solidariedade com os pobres

Francisco repetia com frequência aos irmãos: “Nunca fui ladrão das esmolas que são a herança dos pobres; sempre recebi menos do que me cabia, para que os outros pobres não fossem defraudados em sua sorte, porque fazer o contrário seria furto”⁵⁸. Este *logion* ou “dito” de Francisco, considerado original pelos peritos, expressa o que hoje se poderia definir como um profundo sentido de solidariedade com os pobres. Tratava-se de um ensinamento para os irmãos, no qual Francisco se identificava como um entre os “outros pobres”. O que lhe davam (e por extenso aos outros frades) tinha que ser valorizado à luz da necessidade dos outros pobres, cujas necessidades ele considerava prioritárias em relação com as suas próprias. Isto era claramente apresentado como uma questão de justiça: agir diversamente teria sido um “furto” do que pertence, por direito de herança, a “outros pobres”.

⁵⁸ LP 15 (CA 15).

Nas Constituições gerais se presta uma grande atenção aos recursos de que os irmãos dispõem e à sua relação com a situação dos pobres: “Os bens confiados ao uso dos irmãos sejam partilhados com os pobres, segundo legítima disposição dos Estatutos particulares”⁵⁹.

Este capítulo do subsídio pretende expor qual é a visão que os irmãos devem ter com relação à partilha: o que se dá aos irmãos se dá *também* para os pobres. Tal reconhecimento de nós mesmos entre os pobres nos leva a dar um passo adiante para o que poderíamos chamar de “solidariedade com os pobres”. Expressa também, de modo concreto e plástico, nossa determinação a vivermos *sine proprio*, “sem nada que nos pertença”, recordando sempre que existem outros, cujas necessidades devem ser consideradas junto com as nossas ou, inclusive, antes do que as nossas necessidades. Um olhar ulterior a alguns de nossos textos fundamentais pode ajudar-nos a ilustrar outras dimensões deste estilo de vida baseado no Evangelho.

Uma significativa descrição dos irmãos em relação aos pobres se encontra no capítulo 9 da Regra não Bulada: “E a esmola é a herança e direito que se deve aos pobres, a qual Nosso Senhor Jesus Cristo conquistou para nós. E os irmãos que trabalham para adquiri-la terão grande recompensa e fazem lucrá-la e adquiri-la os que dão esmolas; porque tudo que os homens deixarem no mundo perecerá, mas, a partir da caridade e das esmolas que fizeram, terão o prêmio da parte do Senhor”⁶⁰.

A mensagem está expressa em termos muito fortes com implicações jurídicas. O Senhor Jesus Cristo adquiriu uma herança, um direito ou justiça (*iustitia*) e a determinou a seus herdeiros, quer dizer, aos pobres. Neste contexto, o argumento tem a finalidade de animar os irmãos a superarem a vergonha ao pedir esmola e nos abre o caminho para compreendermos a postura dos *pauperes*, segundo Francisco e a Fraternidade primitiva.

Os irmãos vão pedir esmolas (*vadant pro elemosynis*) para satisfazer as próprias necessidades e, inclusive, as dos outros nos lugares onde eles vivem e servem, o que inclui os leprosários e os hospícios. Os irmãos estão exercendo o direito legal (*justiça*) a uma herança que os pobres possuem enquanto herdeiros de Cristo, um direito que eles exercem para si mesmos e para os outros pobres.

O mesmo capítulo 9 da *Regra não Bulada* descreve que categorias de pessoas se podem acomodar a palavra “pobre” no século XIII. Os irmãos devem alegrar-se, quando convivem (*conversantur*) entre:

* *viles*: Os que contam pouco (geralmente, associados aos deficientes físicos ou sociais).

* *despectas personas*: os que são olhados de cima, os de baixa estatura.

* *pauperes*: na acepção de “escassamente produtivos”, não auto-suficientes, em estado de necessidade.

* *debiles*: as pessoas fracas (*inválidos, enfermos, fracos* de mente, de caráter, de poder, etc.).

* *infirmos*: os que não são fortes (fracos, frágeis, enfermos).

⁵⁹ CCGG 72,3.

⁶⁰ RnB 9,8-9.

* *leprosos*: os leprosos.

* *iuxta viam mendicantes*: os que mendigam pelas ruas, que estão à beira do cainho (geralmente por causa de qualquer incapacidade)⁶¹.

Nesta lista de diferentes tipos de pobre estão os que partilham a condição de “Nosso Senhor Jesus Cristo, Filho do Deus vivo onipotente”, que foi *pauper et hospes* (hóspede, forasteiro) e “viveu de esmola, ele, a bem-aventurada Virgem e seus discípulos”⁶². Estar entre os pobres significa estar com o Senhor Jesus e com os que o seguem.

Esta articulada nomenclatura de nossas origens nos intima a uma semelhante e cuidadosa análise de nosso próprio contexto. Hoje, o termo genérico “pobre”, em muitas línguas, é entendido somente em sentido econômico, falta e acesso a recursos financeiros; algumas das pessoas consideradas entre os “pobres” na Idade Média não seriam consideradas pobres hoje em dia. Hoje, uma pessoa com deficiência física pode não estar em uma condição econômica precária; os que estão afetados pela enfermidade de Hansen (a lepra) em alguns países têm acesso a curas que controlam os efeitos da enfermidade; um estrangeiro pode ter consideráveis recursos sociais no próprio país de residência, ou pode estar totalmente indefeso e vulnerável; quem viaja hoje em peregrinação, sobretudo nos lugares distantes, pode ter maiores recursos econômicos que muitos outros.

Tudo isto manifesta a necessidade de compreendermos nossa realidade de modo que evitemos a simples repetição do agir de Francisco, uma espécie de fundamentalismo franciscano que não leva em conta a mudança da realidade dos pobres a partir do século XIII ao XXI. Se devemos ser solidários com os pobres de nosso tempo, também nós, como Francisco e os irmãos que juntamente com ele redigiram a Regra, devemos descrever concretamente quem são estas pessoas em nossa região ou em nosso país. Isto requer o mesmo tipo de análise cuidadosa de nossa realidade social que está presente no trabalho dos irmãos no capítulo 9 da Regra não Bulada. Uma vez que estivermos conscientes de quem é o “pobre”, com nome e rosto, teremos dado o primeiro passo para o que chamamos de “solidariedade”.

Quem são os pobres hoje? Em alguns lugares são os imigrantes, geralmente sem estatuto legal; os refugiados que abandonaram suas casas por causa de conflitos; os que se veem forçados a trabalhar com baixos salários sem uma defesa legal de seus direitos. Em muitos países do mundo, os pobres são as mulheres privadas de acesso à proteção social e ao estatuto concedido aos homens. Quem são os pobres no lugar onde estamos vivendo hoje nossa vida franciscana? Responder a esta pergunta é um primeiro passo importante para a solidariedade com eles⁶³.

2. “Perfeição evangélica” e solidariedade

⁶¹ RnB 9,2.

⁶² RnB 9,5-6.

⁶³ Cf. CCGG 96,1.

Uma das citações evangélicas da Regra, não obstante as variações que sofreu através dos anos, é o tão conhecido conselho de Jesus ao jovem rico: “Se queres ser perfeito, vai, vende o que tens e dá-o aos pobres e terás um tesouro no céu; depois, vem e segue-me”⁶⁴.

Este modo de agir de Francisco, de Bernardo de Quintavalle, de Pedro Cattani, de Clara e de muitos outros teve consequências: situar Francisco e seus companheiros, por livre escolha, com os pobres; e induzi-los a distribuir suas riquezas entre os pobres. Segundo a lógica da passagem evangélica antes citada, era um passo para reintegrar aos pobres o direito à sua herança, à sua *iustitia*.

Durante séculos, especialmente nas controvérsias sobre a pobreza da Ordem, a centralidade de tal direito se atenuou, porque a pobreza dos frades era vista como um fim em si mesmo. A lógica de “vender e distribuir aos pobres” foi substituído por um ascetismo de “rejeitar as coisas materiais”, pela busca da renúncia. A atenção deslizou da “necessidade dos pobres” para a “própria santificação”. A intuição original, conservada no texto da Regra, perdeu muito de sua importância em relação ao mundo dos pobres que nos rodeiam.

Os movimentos reformadores da Ordem normalmente se mediram a si mesmos pelo critério da pobreza dos irmãos, com formas, inclusive, radicais. No entanto, não faltou o compromisso com a condição social dos pobres. Em muitos casos, a relação dos irmãos com os pobres se limitava a uma caridade assistencial para resolver as necessidades primárias da vida cotidiana. Mas isto não basta. A regra de vida indica-nos também a perspectiva da solidariedade⁶⁵.

São admiráveis exemplos a pregação de Bernardino de Sena contra os juros iníquos dos empréstimos, a fundação dos *Montepios* como fonte de empréstimo a juros baixos aos pobres e iniciativas parecidas.

3. Os pobres, sempre conosco?

A consciência dos frades, como a de muitos na Igreja, esteve em parte condicionada por certo mal-entendido das Escrituras, particularmente de uma passagem problemática. O Evangelho de Mateus apresenta Jesus comendo na casa de Simão, o leproso⁶⁶. Durante a refeição, uma mulher o unge com óleo perfumado, e os discípulos o desaprovam, dizendo que era um desperdício; o óleo poderia ter sido vendido, e sua soma dada aos pobres. Jesus diz-lhes: “Pobres, sempre os tereis entre vós, mas a mim, nem sempre me tereis”⁶⁷.

Este texto foi interpretado com frequência como justificação da passividade com os pobres, como se sua presença devesse simplesmente ser pressuposta. Mas as palavras de Jesus no Evangelho de Mateus retomam as do Deuteronômio: “Nunca faltarão pobres na terra. Por isso, eu te ordeno: Sê generoso com teu irmão, com o indigente e com o pobre de tua terra”⁶⁸. O contexto é o do perdão das dívidas a cada sete anos, durante a celebração do

⁶⁴ Mt 19,21; Lc 18,22.

⁶⁵ Cf. CCGG 97,2.

⁶⁶ Cf. Mt 26,6-13.

⁶⁷ Mt 26,11; cf. Mc 14,17; Jo 12,8.

⁶⁸ Dt 15,11.

ano jubilar. A prática do jubileu tem a finalidade de levar a comunidade para a situação descrita em algum versículo anterior: “Não haverá pobres entre os teus, pois o Senhor te abençoará generosamente na terra que o Senhor teu Deus te dá em herança para que a possuas”⁶⁹.

As palavras de Jesus no Evangelho de Mateus indicam sua unção como um gesto *extraordinário* – “ela o fez em vista de minha sepultura” –, enquanto o centro normal de atenção dos discípulos é a necessidade dos pobres, amplamente descrita no capítulo precedente do Evangelho (“cada vez eu tiverdes feito a um destes meus irmãos pequeninos, a mim o tereis feito”⁷⁰).

Nossas Constituições pedem aos irmãos fazerem com que aquilo que lhes é dado seja “partilhado com os pobres”⁷¹. Outras passagens do capítulo IV falam de coisas semelhantes⁷². Isto abre o caminho à participação naquela forma de vida social na qual todos se beneficiam do patrimônio ou da herança dada por Deus e na qual “nenhum de vós” terá necessidade enquanto outras gozam da abundância. Significa que não se deve entender as palavras de Jesus sobre os pobres como aprovação de um sistema social injusto, mas como referência a um projeto de Deus mais amplo, traçado nas Escrituras, no qual ninguém pode ser privado do necessário de uma vida humana digna. “Vai, vende e dá-o aos pobres”: estas palavras lapidares de Jesus ao jovem rico, palavras que ressoaram tão profundamente no coração do jovem rico Francisco, convidam aos que “querem ser perfeitos” a entrarem pela porta estreita e difícil, mas que leva a uma vida de maior abundância: uma vida *entre e com os pobres*⁷³.

4. A solidariedade nos documentos da Igreja

O termo usado muito frequentemente nos últimos quarenta anos para definir este ponto de vista sobre a desigualdade da realidade social e econômica é “solidariedade com os pobres”. A Segunda Conferência geral do episcopado latino-americano, com seu documento de 1968 *A pobreza da Igreja*⁷⁴, difundiu amplamente esta expressão. O vocábulo “solidariedade” havia sido usado já antes em sentido geral por João XXIII em 1961 e por Paulo VI em 1967⁷⁵. Em 1991, João Paulo II definiu-a com maior precisão como “um dos princípios fundamentais da visão cristã da organização política e social”⁷⁶,

⁶⁹ Dt 15,4-5.

⁷⁰ Mt 25,40.

⁷¹ CCGG 72,3.

⁷² “Todos os irmãos usem dinheiro na maneira que convém a pobres e em solidária responsabilidade para com a Fraternidade, como convém a servos de Deus e seguidores da mais santa pobreza” (CCGG 82,1). “Tendo presentes as necessidades dos pobres, os irmãos, especialmente os Ministros e os Guardiães, evitem com cuidado qualquer espécie de acumulação de bens” (CCGG 82,3). “Usando a liberdade que a Regra lhes concede de escolher os trabalhos, os irmãos, conforme os tempos, as regiões e as necessidades, prefiram aqueles que dêem um eloquente testemunho de vida franciscana e apresentem especiais características de solidariedade e de serviço aos pobres” (CCGG 78,1).

⁷³ Cf. CCGG 66, 1; 97, 1-2.

⁷⁴ Documento XIV da Segunda Conferência latino-americana de Medellín: *A pobreza na Igreja*, n. 10.

⁷⁵ JOÃO XXIII: *Mater et Magistra*, 23; PAULO VI, *Populorum Progressio*, 48.

⁷⁶ JOÃO PAULO II, *Centesimus annus*, 10.

desenvolvendo um tratado por ele com precedência. Assim, na *Sollicitudo rei socialis*: “Quando a interdependência é reconhecida desta maneira, sua correspondente resposta, como atitude moral e social e como “virtude”, é a *solidariedade*. Esta não é, então, um sentimento superficial pelos males de tantas pessoas, próximas ou distantes. Pelo contrário, é a *determinação firme e perseverante* de empenhar-se pelo *bem comum*; quer dizer, pelo bem de todos e de cada um, para que todos sejamos verdadeiramente responsáveis por todos”⁷⁷.

5. Solidariedade e cortesia

Mais do que passiva aceitação da *existência* dos pobres nos bairros em que vivemos, em nossas Fraternidades, em nossas igrejas, solidariedade significa acolhida ativa dos pobres com a mesma cortesia que habitualmente se reserva às pessoas de alto escalão social. Praticada coerentemente, esta cortesia possibilita o acesso dos irmãos aos pobres, vistos não como ameaça ou distantes, mas como vínculos de relação e de recíproca confiança⁷⁸.

Mas esta solidariedade se move inclusive em um âmbito mais vasto, o das políticas sociais e o das instituições: legislações injustas e discriminatórias, práticas ilícitas de trabalho, dificuldades de acesso aos serviços sanitários e a falta de proteção legal dos direitos humanos fundamentais. Servir os pobres neste sentido traduz-se em prover as necessidades (“serviço direto”) e em “outros” serviços que os “trabalhadores” (os frades) poderiam oferecer às pessoas para as quais trabalham (os pobres): advogar a favor de seus interesses; incorporar outros em apoio de suas demandas; utilizar redes sociais abertas aos irmãos (eclesiais, governamentais, comerciais, acadêmicas) para promover programas favoráveis aos interesses dos pobres⁷⁹.

Ser solidários com os pobres significa traduzir, em palavras e ações compreensíveis para nossos contemporâneos, a intuição absolutamente fundamental que está no coração da Regra: fomos chamados à perfeição do santo Evangelho, uma perfeição que longe de isolar-nos dos pobres de nossos dias, nos pede um nível de interdependência e enriquecimento recíprocos *com os pobres*, que nos permita fazer parte dos preferidos por Nosso Senhor Jesus Cristo, a bem-aventurada Virgem e seus discípulos.

II. EXPERIÊNCIAS

A teologia católica, em seu ensinamento sobre a organização da sociedade humana, sempre promoveu o bem comum; seu princípio característico afirma que os bens da terra foram pensados originalmente para todos. A propriedade privada é importante, mas está sujeita a uma “hipoteca social”, ou seja, contém uma intrínseca função social baseada e

⁷⁷ JOÃO PAULO II, *Sollicitudo rei socialis*, 38.

⁷⁸ CCGG 66,2: Por seu modo de viver, tanto na Fraternidade quanto individualmente, os irmãos comportem-se de tal forma que ninguém se afaste deles, sobretudo os que, de ordinário, são excluídos social e espiritualmente.

⁷⁹ CCGG 69,1; 97,2; 96,2.

justificada no princípio do destino universal dos bens. Recentemente, em resposta a algumas teorias extremas de individualismo e coletivismo, a Igreja começou a utilizar o termo solidariedade. É empregado para sublinhar a idéia dos seres humanos como essencialmente sociais e a própria sociedade como orgânica e cooperativa, dentro das modernas sociedades industrializadas. Em seus escritos, João Paulo II chama a atenção sobre a virtude da solidariedade, insistindo que não se trata simplesmente de um vago sentimento de compaixão, mas de uma firme e persistente determinação para empenhar-se no bem comum.

Nas Constituições de 1987, a Ordem optou claramente por afirmar este conceito de solidariedade. Convidando a viver a compaixão e a entrega de Francisco pelos pobres e excluídos de nosso tempo, as Constituições desafiam repetidamente os irmãos a serem solidários com os pobres. É verdade que os frades sempre estiveram preocupados com os pobres. No entanto, a sociedade moderna exige que sua preocupação abarque outros níveis para erradicar o mal do pecado estrutural e da injustiça característicos de nossa complexa organização social. Junto com as necessidades primárias dos pobres e dos excluídos, também somos chamados a ler os sinais dos tempos para defender o bem comum mediante ações eficazes e coordenadas. E as Constituições motivam-nos a irmos além do simples partilhar os recursos econômicos, desafiando-nos a vivermos entre os pobres⁸⁰, a protegermos seus direitos⁸¹, a usarmos nossos recursos para defender sua causa⁸², a colaborar com as organizações comprometidas na promoção de uma sociedade justa⁸³.

As experiências propostas nesta seção oferecem três diferentes respostas dos irmãos a situações de exclusão e pobreza. Os frades na Tailândia assumiram o desafio de uma das cicatrizes mais flagelantes de nosso tempo, a AIDS. De modo parecido com a experiência de Francisco com os leprosos, decidiram abrir seu coração a alguns dos mais excluídos deste mundo e encontrar meios para responder às suas necessidades materiais e espirituais. Os frades do Brasil, respondendo também às necessidades dos pobres e dos excluídos de seu país, organizaram uma série de programas para resolver as necessidades imediatas da população e para pressionar politicamente com o fim de que sejam promulgadas leis justas que enfrentem as estruturas causadoras de tanta miséria e pobreza. Os frades da Itália, olhando de frente os problemas da pobreza estrutural e partindo de uma leitura dos sinais dos tempos, decidiram oferecer “dinheiro, alimentos, tempo e disponibilidade”. Estas três experiências mostram como é possível, com compaixão e inteligência, abordar, de maneira franciscana, problemas concretos, buscando o bem comum de todos os irmãos e irmãs. É de se notar que são numerosas as experiências deste tipo na Ordem, e entre elas recordamos como significativa o refeitório para os pobres do Colégio Internacional Santo Antônio, de nossa Universidade de Roma.

1. Fundação franciscana na Tailândia: Hospital Santa Clara

⁸⁰ Cf. CCGG 66,1; 97,1.

⁸¹ Cf. CCGG 49,1.

⁸² Cf. CCGG 72,1.3; 97,2.

⁸³ Cf. CCGG 96,2.

É um verdadeiro privilégio poder trabalhar no hospital Santa Clara na Tailândia desde o início de 2002. Neste tempo, a relação cotidiana com os enfermos terminais de AIDS causou-nos impacto profundo, e gosto de considerar cada uma das experiências vividas como uma “gota” que, igual a milhões de gotas que formam o oceano, é necessária para formar o todo. É como o Evangelho: se o vivermos com fé, podemos experimentar a graça de Deus em cada momento de nossa vida.

Os estragos produzidos pela AIDS na Tailândia são devastadores. Viemos aqui em nome da Ordem dos Frades Menores para anunciar o Evangelho com nossa vida e ministério e por meio do carisma franciscano. Também estamos implicados no processo da “Implantatio Ordinis” na Tailândia, e isto é o que dá sentido à nossa existência e presença. Somos instrumentos de Deus, chamados a percorrer o mesmo caminho do Poverello de Assis; através de sua vida de homem pobre, falou aos últimos de seu tempo, particularmente aos abandonados, como os leprosos. Quando fixou seu olhar neles, Francisco se esqueceu de si mesmo e foi capaz de abraçar os marginalizados da sociedade de sua época.

O hospital Santa Clara é um lugar de paz, otimismo, amor e saúde. Para trabalhar aqui, é necessário que se esqueça de si mesmo, deve sacrificar-se pelo bem do outro, em particular pelos enfermos terminais de AIDS. Temos tido muitas experiências com os que passaram pelo hospital, mas quero narrar uma que nos interpelou de maneira especial.

No início de 2006, recebemos no hospital o Senhor Chatri, que se confiou aos nossos cuidados. Vinha do hospital de Watchira de Bangkok, e acolhemo-lo com carinho. Revisando seu histórico clínico, compreendemos que tinha chegado ao final de sua batalha contra a AIDS. Fizemos o que pudemos para atendê-lo, próximos dele, caminhamos com ele, partilhando suas dificuldades. Entramos no drama que ele estava vivendo, com suas depressões e fraquezas. Nunca o deixamos só, mas atravessamos juntos o oceano da esperança. Manteve seus olhos fechados por dois meses; depois, os doutores lhe administraram antidepressivos, e nós lutamos ao lado dele para vencer sua depressão. A melhora começou antes do previsto, e o Senhor Chatri iniciou a medicação retroviral. Regressou à sua casa meses depois, passou um tempo com a família na cidade de Chiangmai e depois ingressou em um mosteiro para tornar-se monge budista. Então, me dei conta de que, quando estava conosco, costumava dizer: “Agora sou uma pessoa nova”. E agora nossa missão no hospital continua com outras pessoas.

Depois de alguns anos de trabalho com enfermos terminais de AIDS, reconhecemos que não somente curamos o corpo, que não só lutamos contra o vírus, mas que o desafio que lançamos aos que batem à nossa porta é o de mudar suas vidas: seu comportamento e estilo de vida. Hoje, é possível limitar o dano perpetrado pela AIDS com o uso de novos fármacos e com novas tecnologias, mas, além disso, convidamos os que vêm a nós a irem além, a curarem velhas feridas e a sanarem relações rompidas do passado, a aprenderem a perdoar e a acolherem a graça da misericórdia de Deus em suas vidas. Convidamos nossos hospedes a irem além da cura do corpo, para buscarem a cura das feridas do interior.

A maior parte de nossos pacientes são budistas e têm a possibilidade de experimentar nosso amor de cristãos católicos. Trabalhamos para que eles consigam ter um novo coração, uma nova mentalidade. É uma cura fundamentada no amor a eles, como seres

humanos, possuidores da dignidade de filhos de Deus. Trabalhamos com eles para ajudá-los a reconstruírem o interior de si mesmos, aquilo que Francisco chamava de “Igreja interior”.

2. Serviço Franciscano de Solidariedade no Brasil

Ainda ressoa hoje em nossos corações o chamado de São Francisco ao seguimento de Cristo. Nesta orientação de vida, percebemos fortemente o valor da solidariedade. Francisco compreendeu de maneira especial que estar entre os marginalizados é um imperativo do Evangelho. Abandona a segurança das muralhas de Assis e vai viver entre os leprosos, para cuidar da vida degradada deles. Diz textualmente em seu Testamento: “E eu fiz misericórdia com eles”⁸⁴. Não foi movido por “piedade”, mas pela *com-paixão*: quer dizer, estar na mesma paixão, dor e sofrimento do outro.

Para atualizar a inspiração franciscana na ação social, a Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil criou, faz mais de seis anos, o SEFRAS (*Serviço Franciscano de Solidariedade*), cuja missão é promover a solidariedade com os empobrecidos e marginalizados, colaborando na afirmação de sua cidadania e em sua inserção social, segundo a forma franciscana de viver e anunciar o Evangelho. O gesto paradigmático de mudança de status social vivido por Francisco orienta todo o trabalho do SEFRAS.

Fiéis à nossa vocação de irmãos menores, o *Serviço Franciscano de Solidariedade* tem como objetivo salvar a pessoa em sua totalidade, fundamentando-nos nos direitos humanos e ecológicos, a partir dos princípios cristãos e franciscanos. Buscamos superar a desigualdade social, articulando a atenção imediata aos excluídos e criando associações públicas que assegurem o direito das pessoas. Mais do que um espaço para o trabalho dos frades, entendemos os projetos sociais como um excelente ponto de co-participação dos bens materiais e espirituais com os empobrecidos.

Com uma proposta de solidariedade efetiva, o *Sefras* procura contribuir para a vinda do Reino de Deus mediante o trabalho social. Entendemos o trabalho social como uma forma especial de exercício da eclesialidade, seja vivendo a espiritualidade franciscana nos projetos, seja através da comunhão com os projetos de pastoral social da Igreja local. Também procuramos agir, valorizando a diversidade e vivendo o ecumenismo e o diálogo inter-religioso.

A realidade social atual, marcada pelos valores do individualismo e do hedonismo, exige uma proposta alternativa. Por isso, o *Sefras* procura orientar-se a partir dos valores franciscanos e cristãos, sendo uma voz profética para a superação da exclusão social.

Para as *peças sem teto* temos, entre outros, o *Centro Franciscano de Re-inserção Social* no Convento São Francisco, no centro de São Paulo. Na prática da minoridade e da opção pelos pobres, nós, frades, vivemos o espírito de acolhida, de escuta e atenção às pessoas, alegres e satisfeitos de encontrar-nos entre eles. Além de uma refeição diária, o centro realiza diversas atividades culturais e de formação, colaborando na re-inserção social

⁸⁴ Test 2.

das pessoas, em sua capacitação e qualificação profissional e na afirmação positiva da própria identidade, ajudando-os a recuperar sua auto-estima.

Em São Paulo, além deste centro, temos um albergue que diariamente atende a mais de 400 pessoas e também um projeto na cidade de Pato Branco, no Estado do Paraná, na qual *os sem teto*, vítimas do álcool, se recuperam com um método sócio-educativo que os faz valorizarem-se como pessoas para que comecem a trabalhar com dignidade, cultivando a terra.

A outra dimensão é a *sócio-ecológica*. Em Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, temos a *Associação de Coletores de Vila Velha*; e, em São Paulo, o projeto *Recifran, Serviço Franciscano de Apoio à Reciclagem*. Além da conscientização ambiental através da reciclagem, os dois grupos animam e apóiam a organização dos coletores, promovendo sua responsabilidade como cidadãos, a melhora de sua qualidade de vida, aumentando assim a renda familiar, com a perspectiva de uma economia popular e de um trabalho solidário.

Para estas e outras iniciativas, o *Sefras* conta com muitas pessoas. Além dos frades, há homens e mulheres comprometidos: voluntários/as, empregados/as e diversos religiosos e religiosas franciscanas que participam dos diversos projetos. Investimos não somente na formação técnica e profissional destas pessoas, mas também em sua formação espiritual dentro da forma de vida franciscana. Os princípios orientadores de nossa ação social solidária são a justiça e a paz. A pessoa humana que vem ao *Sefras* é sagrada, como foi toda pessoa para São Francisco de Assis, faz mais de 800 anos. Cremos na utopia de que outro mundo melhor é possível.

3. Experiência do Centro Santo Antônio, Itália

Desde a fundação do convento de Santo Antônio em Milão, em 1873, os frades sempre atenderam as pessoas necessitadas que batiam à porta.

O refeitório para os pobres e o centro caritativo, que surgiu junto a ele, são sem dúvida fruto desta sensibilidade diante dos últimos de nossa cidade e do trabalho de muitas pessoas que juntamente com os irmãos tornaram possível esta realidade e não deixam de apoiá-la com grande empenho.

Não posso, no entanto, dissimular certa dificuldade ao falar de nossa experiência no contexto deste capítulo das Constituições de nossa Ordem, tão exigente e importante. Reconheço, por que não, a tentativa de estar mais perto dos pobres, mas ainda não nos aproximamos da concreção do ser “pobres entre os pobres”, que pede nossa profissão.

Com esta premissa, posso com mais serenidade descrever um pouco nosso centro caritativo. Partirei dos aspectos fundamentais que o distinguem de outras experiências similares.

O Centro Santo Antônio nasceu da decisão de criar uma realidade caritativa que assegurasse aos frades, aos voluntários e às pessoas que de um modo ou de outro se beneficiam de um lugar de acolhida, de escuta e de crescimento. Nosso centro é intencionalmente reduzido e com uma estrutura fácil de administrar. Temo-lo decidido assim por muitas razões, e não é a menos importante a de permitir aos frades responsáveis o

não limitar-se à gestão do mesmo, mas que também se envolvam ativamente no serviço lado a lado com os voluntários das diversas atividades. Somos dois irmãos os responsáveis pelo centro, o que nos permite testemunhar de maneira imediata e cotidiana uma forma fraterna, evangélica e franciscana de viver tanto o trabalho como a evangelização. Pensamos bem os tempos e os horários do Centro para que fossem em tudo compatíveis com as outras atividades da Fraternidade franciscana, como o permitir-nos participar da oração e de outros momentos comuns.

Junto ao refeitório, que serve refeição a uma centena de pessoas, surgiu em 1993 um centro de escuta e de serviço de roupeiro, enquanto que nas tardes damos curso de língua italiana para estrangeiros.

A estrutura e as atividades são acolhedoras e proporcionais às nossas possibilidades e forças efetivas: não fazemos tudo, fazemos somente a partir da ótica da acolhida, da escuta e do acompanhamento pessoal daqueles que se dirigem a nós, buscando com eles um itinerário que, quando não é possível intervir de modo direto através de nossos serviços, se serve de outros recursos presentes no território, trabalhando em rede com outras entidades e serviços, o que sempre é mais rico e participativo.

Esforçamo-nos para que nosso serviço não seja somente uma obra sócio-assistencial, mas que, inspirados no espírito de São Francisco, procuramos que o outro se sinta acolhido, e entabular uma relação que não mortifique em nada seu espírito e que o estimule a expressar e a colocar em ato seus recursos e possibilidades.

Para não desnaturalizar a atividade caritativa de nosso convento, desenvolvida desde sempre com simplicidade e transparência, decidimos prescindir de grandes patrocinadores e preferimos fazer pouco ou muito, o que for possível, com os recursos recolhidos da generosidade dos benfeitores particulares, seja dinheiro, produtos alimentícios, tempo ou disponibilidade. Muitas pessoas responderam e respondem ao chamado dos irmãos, comprometendo-se pessoalmente e apoiando estes serviços dirigidos aos últimos. Assim é como surgiu um grande movimento de voluntários que se revezam nos diversos serviços, convertendo-se assim no principal motor e apoio do centro.

Para que este “motor” gire no topo das revoluções, provemos os voluntários de instrumentos adequados para seu crescimento, para que sempre sejam mais conscientes da importância que seu trabalho pode ter em sua própria maturação humana, social e de pessoa de fé. Acompanhamo-los, com o espírito que nos caracteriza, em seu caminho com encontros pessoais e momentos formativos, evitando considerá-los como meros prestadores de serviços.

Ilustrei a realidade de nosso centro, deixando transparecer o espírito franciscano que o anima. Sou consciente de que ainda há muito caminho a percorrer para que esta realidade caritativa corresponda plenamente à finalidade pela qual foi desejada.

Concluo com as palavras de São Francisco: “Começamos, irmãos, a servir ao Senhor Deus, porque até agora fizemos pouco”.

III. ATUALIZAÇÃO

Para a formação pessoal

Para determinar o seu nível de solidariedade com os pobres, responda às seguintes perguntas:

1. Você tem amigos entre os pobres?
2. Quem foi o último pobre que influenciou significativamente em sua vida e de que modo?
3. Como você trata o pobre que bate à porta de sua casa?
4. Comparado o tempo que você dedica à informação, que percentagem de seu tempo você dedica ao conhecimento e análise dos problemas dos pobres?
5. Você analisa e julga a realidade a partir da perspectiva dos pobres?
6. Quando falamos de partilhar recursos com os pobres, geralmente pensamos no dinheiro comunitário. No entanto, cada um de nós tem dinheiro para gastos pessoais, para férias, etc. Quanto deste dinheiro você partilha com os pobres?
7. Há pobres no lugar onde você vive? Quanto tempo você emprega com eles?
8. Você tem contatos e apóia as organizações/movimentos sociais dos pobres?

Para os encontros de Fraternidade

A. Leitura orante da Palavra (Mt 25,31-46)

A Fraternidade reúne-se para partilhar a fé, escutando e refletindo sobre a Palavra de Deus (se a comunidade é grande, convém fazer grupos). Um componente essencial da vida de Jesus foi sua preocupação pelos pobres e pelos excluídos e sua relação com eles. Francisco tornou-se eco deste aspecto do ministério de Jesus em seu seguimento do Evangelho.

Inicia-se com um canto apropriado. Logo se escuta atentamente duas vezes Mateus 25,31-46, fazendo pausa entre uma leitura e outra. Em seguida, partilhamos a reflexão pessoal e a oração com os outros, colocando especial atenção na possibilidade de expressar a fé em ações.

B. Revisão de vida

1. Poucos dias antes do encontro, o Guardiã ou o moderador convida os irmãos a lerem individualmente este tema sobre a solidariedade.

2. A reunião poderia começar com a leitura de Lv 19,9-10 ou outra passagem bíblica apropriada.

3. O moderador da reunião pode começar com um breve resumo do tema e das experiências de vida. Depois, os irmãos podem continuar a reflexão e acrescentar experiências que tenham vivido ou estejam vivendo.

4. A Fraternidade pode dialogar sobre como acolheu os artigos das Constituições gerais que tratam sobre a solidariedade e que já tem feito para implementá-los.

5. A Fraternidade pode pensar novas formas para aplicar os artigos das Constituições sobre os pobres. As considerações poderiam também ser feitas em torno da idéia de “restituição”, colocada no contexto da celebração da *Graça das origens*.

A reunião pode terminar com uma oração de agradecimento por todas as graças recebidas no partilhar comunitário e com um canto final.

Outros encontros comunitários possíveis

* Escolher um filme que mostre a pobreza e suas consequências, para que todos os membros da Fraternidade o vejam. Programar uma reunião ou aproveitar parte de um capítulo local para refletir sobre a mensagem e os desafios do filme.

* Dar a oportunidade aos irmãos para que possam aprender a ler “os sinais dos tempos”. Buscar um perito com ampla experiência no tema para que modere a sessão.

C. Sinais e gestos que expressam solidariedade com os pobres

Qualquer sinal ou gesto concreto que a Fraternidade considerar deve ser fruto da reflexão sobre a palavra de Deus, sobre o ensinamento da Igreja, sobre as fontes franciscanas e sobre a realidade social, política e econômica em que vivemos. Alguns exemplos:

1. Irmanar-se com uma entidade de monjas em um bairro pobre da cidade, em outra parte do país ou em outro país.

2. Pensar a possibilidade de oferecer espaços a alguma organização que trabalha com os pobres, inclusive concedendo-lhe o uso de edifícios que não são usados.

3. Pedir aos frades e leigos da comunidade que assumam um projeto local de solidariedade com os pobres e fazer um programa de apoio ao mesmo.

4. Buscar modalidades de apoio à formação/informação da população em matérias que ajudem a discernir os mecanismos que causam pobreza na comunidade.

D. Oração

Senhor, Pai de misericórdia,

derramai sobre nós

o Espírito de Amor,

o Espírito de vosso Filho.

Dai-nos entranhas de misericórdia

diante de toda miséria humana;

inspirai-nos o gesto e a palavra oportuna

diante do irmão só e desamparado,
ajudai-nos a mostrar-nos disponíveis
diante daquele que se sente explorado e oprimido.
Que vossa Igreja, Senhor,
seja um recinto de verdade e de amor,
de liberdade, de justiça e de paz,
para que todos encontrem nela
um motivo para continuar esperando.
Por Cristo nosso Senhor. Amém.
(*Missal Romano*, Oração Eucarística V/b).

PARA APROFUNDAR

A Palavra de Deus

1. Não afligirás o estrangeiro nem o oprimido, pois vós mesmos fostes estrangeiros no país do Egito. Não afligireis a nenhuma viúva ou órfão. Se o afligires e ele clamar a mim, escutarei o seu clamor; minha ira se acenderá, e vos farei perecer pela espada: vossas mulheres ficarão viúvas, e vossos filhos, órfãos. Se emprestares dinheiro a um compatriota, ao indigente que está em teu meio, não agirás com ele como credor que impõe juros. Se tomares o manto de teu próximo em penhor, tu lhe restituirás antes do pôr-do-sol. Porque é com ele que se cobre, é a veste do seu corpo: em que se deitará? Se clamar a mim, eu o ouvirei, porque sou compassivo (Ex 22,20-26).

2. Quando segardes a messe da vossa terra, não segareis até o limite extremo do campo. No respigarás a tua messe, não rebuscarás a tua vinha nem recolherás os frutos caídos no teu pomar. Tu os deixarás para o pobre e para o estrangeiro. Eu sou Yahweh vosso Deus (Lv 19,9-10).

3. Por acaso é este o jejum que escolhi, um dia em que o homem mortifique a sua alma? Por acaso a esse inclinar de cabeça como um junco, a esse fazer a cama sobre pano de saco e cinza, acaso é a isso que chamas jejum e dia agradável a Yahweh. Por acaso não consiste nisto o jejum que escolhi: em romper os grilhões da iniquidade, em soltar as ataduras do jugo e pôr em liberdade os oprimidos e despedaçar todo o jugo? No consiste em repartires o teu pão com o faminto, em recolheres em tua casa os pobres desabrigados, em vestires aquele que vês nu e em não te esconderes daquele que é tua carne? (Is 58,5-7).

4. Quando o Filho do Homem vier em sua glória, e todos os anjos com ele, então se assentará no trono da sua glória. E serão reunidas em sua presença todas as nações, e ele separará os homens uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas dos cabritos, e porá as ovelhas à sua direita e os cabritos à sua esquerda. Então, dirá o rei aos que estiverem à sua direita: “Vinde, benditos de meu Pai, recebi por herança o Reino preparado para vós desde a fundação do mundo. Pois tive fome, e me destes de comer. Tive sede, e me destes de beber. Era forasteiro, e me recolhestes. Estive nu, e me vestistes, doente, e me visitastes, preso, e viestes ver-me”. Então, os justos lhe responderão: “Senhor, quando foi que te vimos com fome e te alimentamos, com sede e te demos de beber? Quando foi que te vimos forasteiro e te recolhemos ou nu e te vestimos? Quando foi que te vimos doente ou preso e fomos te ver”? Ao que lhes responderá o rei: “Em verdade vos digo: cada vez que o fizestes a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes” (Mt 25,31-40).

5. A multidão dos que haviam crido era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava exclusivamente seu o que possuía, mas tudo entre eles era comum. Não havia entre eles necessitado algum. De fato, os que possuíam terrenos ou casas, vendendo-os, traziam os valores das vendas e os depunham aos pés dos apóstolos. Distribuía-se, então, a cada um, segundo a sua necessidade (At 4,32.34-35).

Documentos da Igreja

1. Para inscrever nos atos e nas estruturas esta dupla aspiração, foram feitos progressos na definição dos direitos humanos e na assinatura de acordos internacionais que deem realidade a estes direitos. No entanto, as injustas discriminações – étnicas, culturais, religiosas, políticas – renascem sempre. Efetivamente, os direitos humanos permanecem ainda com frequência desconhecidos, quando não burlados, ou sua observância é puramente formal. Em muitos casos, a legislação está atrasada com relação às situações reais. Sendo necessária, ainda é insuficiente para estabelecer verdadeiras relações de justiça e de igualdade. O Evangelho, ao ensinar-nos a caridade, inculca-nos o respeito privilegiado aos pobres e à sua situação particular na sociedade: os mais favorecidos devem renunciar a alguns de seus direitos para colocar com maior liberalidade seus bens a serviço dos outros. Efetivamente, se além das regras jurídicas faltar um sentido mais profundo de respeito e de serviço ao próximo, inclusive a igualdade perante a lei, poderá servir de pretexto a discriminações flagrantes, a explorações constantes, a um engano efetivo. Sem uma educação renovada da solidariedade, a afirmação excessiva da igualdade pode dar lugar a um individualismo em que cada um reivindica seus direitos sem querer tornar-se responsável pelo bem comum (AO 23).

2. É necessário recordar mais uma vez aquele princípio peculiar da doutrina cristã: os bens deste mundo estão *originariamente destinados a todos*. O direito à propriedade privada é *válido e necessário*, mas não anula o valor deste princípio. De fato, sobre ela pesa “uma hipoteca social”, quer dizer, ela possui, como qualidade intrínseca, uma função social fundada e justificada precisamente sobre o princípio do destino universal dos bens. Neste

empenho pelos pobres, não se deve esquecer aquela forma especial de pobreza que é privação dos direitos fundamentais da pessoa, concretamente o direito à liberdade religiosa e o direito também à iniciativa econômica (SRS 42).

3. As nações ricas têm uma responsabilidade moral grave com relação às que não podem por si mesmas assegurar os meios de seu desenvolvimento ou foram impedidas de realizá-lo por trágicos acontecimentos históricos. É um dever de solidariedade e de caridade; é também uma obrigação de justiça, se o bem-estar das nações ricas procede de recursos que não foram pagos com justiça. A *ajuda direta* constitui uma resposta apropriada às necessidades imediatas, extraordinárias, causadas, por exemplo, pelas catástrofes naturais, epidemias, etc. Mas não basta para reparar os graves danos que resultam de situações de indigência nem para remediar de forma duradoura as necessidades. É preciso também reformar as instituições econômicas e financeiras internacionais para que promovam e possibilitem relações equitativas com os países menos desenvolvidos. É preciso sustentar o esforço dos países pobres que trabalham por seu crescimento e sua libertação. Esta doutrina exige ser aplicada de maneira muito particular no âmbito do trabalho agrícola. Os camponeses, sobretudo no Terceiro Mundo, formam a massa majoritária dos pobres (CIC 2439-2440).

4. *A luta contra a pobreza encontra uma forte motivação na opção ou amor preferencial da Igreja pelos pobres.* Em todo seu ensinamento social, a Igreja não se cansa de confirmar também outros princípios fundamentais: primeiro entre todos, o *destino universal dos bens*. Com a constante reafirmação do princípio da *solidariedade*, a doutrina social insiste em passar à ação para promover o bem de todos e de cada um, para que todos sejamos verdadeiramente responsáveis de todos. O princípio de solidariedade, também na luta contra a pobreza, deve sempre ir acompanhado oportunamente pelo de *subsidiariedade*, graças ao qual é possível estimular o espírito de iniciativa, base fundamental de todo desenvolvimento sócio-econômico, nos próprios países pobres: os pobres devem ser olhados não como problema, mas como os que podem chegar a ser sujeitos e protagonistas de um futuro novo e mais humano para todo o mundo (*Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 449).

Textos Franciscanos

1. Foi assim que o Senhor concedeu a mim, Frei Francisco, começar a fazer penitência: como eu estivesse em pecados, parecia-me sobremaneira amargo ver leprosos. E o próprio Senhor me conduziu entre eles, e fiz misericórdia com eles. E afastando-me deles, aquilo que me parecia amargo se me converteu em doçura de alma e de corpo (Test 1-3).

2. Tinha muita compaixão para com os enfermos, muita solicitude para com as necessidades deles. Se por acaso a piedade dos seculares lhe mandava remédios, ele os dava aos outros enfermos, quando ele próprio mais precisava do que os outros. Tornava suas as

dores dos que sofriam, oferecendo-lhes palavras de compaixão, quando não podia ajudá-los. Comia ele próprio nos dias de jejum, para que os enfermos não se envergonhassem de comer; não se envergonhava de pedir carnes publicamente pela cidade para um irmão enfermo (2Cel 175).

3. E, porque o sofrimento infligido dá compreensão ao que ouve espiritualmente, pousou sobre ele a mão do Senhor e a mudança da mão do Altíssimo, afligindo o corpo dele com longas enfermidades, para adaptar-lhe a alma à unção do Espírito Santo. E, tendo recuperado as forças do corpo, como houvesse comprado – como de costume – vestes elegantes, encontrou um cavaleiro certamente generoso, mas pobre e mal vestido; comiserando-se com piedosa afeição da pobreza dele, tendo-se despido, imediatamente o vestiu, de modo que em um único serviço realizou um duplo dever da piedade, pelo qual cobriu a vergonha de um cavaleiro nobre e aliviou a penúria de um homem pobre (LM 1,2).

4. Hoje, a ambição, o racismo, a opressão e a guerra dividem os povos. Mas também se podem ver germes de esperança, de vida nova, nos grupos que promovem a solidariedade, especialmente em nível internacional, e nos movimentos que promovem os direitos humanos, o ecumenismo, os sindicatos, a unidade entre os jovens e a co-participação real nos bens com os povos que se encontram em vias de desenvolvimento.

Esta solidariedade, co-participação na vida e no trabalho, é característica da família, e isto é o que somos nós, seres humanos, todos irmãos e irmãs, filhos do mesmo Deus que está nos céus. Jesus fez-se nosso irmão para unir todas as coisas no céu e na terra. Ele convida cada pessoa para que faça parte da família de Deus. Constituir essa família é o objetivo de nossos esforços.

Francisco modelou sua vida na de Jesus e imitou-o, tratando todas as pessoas e criaturas como família. Considerava os que se aproximavam para segui-lo como um dom do Senhor, e o próprio Senhor revelou a Francisco que eles deviam viver como irmãos.

As pessoas, depois de ver os irmãos, descrevia-os como homens de Deus que mostravam uma postura honesta, um rosto sorridente, mútuo respeito, cavalheirismo e amor. Suas vidas davam testemunho da Boa Nova. Eles não somente criam e proclamavam, mas – o que era mais importante – em suas vidas em comum e com o povo experimentavam os valores do Evangelho de Jesus Cristo. Se quisermos verdadeiramente evangelizar hoje, devemos fazer com que as pessoas primeiramente vejam em nós aqueles mesmos valores que eram tão manifestos na vida de nossos primeiros irmãos.

Nosso estilo de vida como fraternidade pode servir de exemplo para um mundo faminto de comunhão e que anseia por uma sociedade nova e mais humana (Bah 19-23).

Formamo-nos continuamente para ser pobres entre os pobres

1. Para seguir a Cristo, “que por nós se fez pobre neste mundo”, os irmãos se despojam radicalmente de si mesmos e de qualquer coisa e vivem como menores “entre os pobres e fracos”, anunciando ao mundo as bem-aventuranças com alegria.

O irmão menor adquire progressivamente a disponibilidade pessoal para partilhar “tudo o que tem”, enquanto servo e submisso a toda humana criatura por Deus, levando uma vida humilde, laboriosa e sóbria (RFF 10).

2. Para conformar-se a nosso Senhor Jesus Cristo, “que se humilhou a si mesmo, tornando-se obediente até à morte”, os irmãos menores consideram a minoridade como elemento essencial de sua vocação específica e a vivem fielmente em pobreza, humildade e mansidão, entre os mais pequeninos, sem poder e sem privilégio.

O irmão menor descobre sua própria pequenez e sua total dependência de Deus, fonte de todo bem, e vive como peregrino e estrangeiro, reconciliado e pacífico, acolhedor, irmão e súdito de toda criatura (RFF 22).

3. Experimente-se efetivamente a solidariedade com os últimos como uma forma de “restituição” não somente através do empenho real e responsável na vida de cada dia – no trabalho, no estudo, na disponibilidade sincera aos serviços que foram confiados a cada um, na fidelidade aos compromissos que comportam sacrifício –, mas também mediante experiências de co-participação real de nosso tempo com os pobres, mediante a presença ativa, orante, humilde e alegre entre eles (RFF 83).

6

TRABALHEM COM FIDELIDADE E DEVOÇÃO

CONSTITUIÇÕES GERAIS

Art. 76

§1 Como verdadeiros pobres e guiados pelo espírito e exemplo de São Francisco, os irmãos considerem o trabalho e o serviço um dom de Deus e, assim, se apresentem como menores que ninguém deve temer, pois procuram servir e não dominar.

§2 Convictos de que o trabalho é o modo ordinário e precípua de prover às necessidades, todos e cada um dos irmãos sirvam e trabalhem com fidelidade e devoção, de maneira que afugentem o ócio, inimigo da alma.

Art. 77

§1 Os irmãos procurem ter o hábito do trabalho, podendo dedicar-se à sua profissão, enquanto não prejudicarem o bem de sua alma e puderem exercê-la honestamente.

§2 Os irmãos não se apeguem a nenhum trabalho como se fosse seu, mesmo que o tenham executado por muito tempo; estejam sempre prontos a abandonar lugares e obras iniciadas e a assumir novos trabalhos que se façam necessários.

Art. 78

§1 Usando a liberdade que a Regra lhes concede de escolher os trabalhos, os irmãos, conforme os tempos, as regiões e as necessidades, prefiram aqueles que deem um eloquente testemunho de vida franciscana e apresentem especiais características de solidariedade e de serviço aos pobres.

§2 A subsistência não deve ser a finalidade primeira nem a única norma na escolha dos trabalhos; pelo contrário, os irmãos estejam prontos até a prestar seu serviço sem receber remuneração.

Art. 79

§1 Na escolha de qualquer trabalho ou serviço, tenham-se em conta tanto a vida fraterna, local e provincial, da qual nenhum irmão deve se eximir, quanto as aptidões de cada um, de modo que o trabalho seja assumido e executado co-responsavelmente em fraternidade, conforme as disposições dos Estatutos particulares.

§2 Como remuneração pelo trabalho, os irmãos recebam o que for necessário, e isto com humildade. No entanto, tudo o que receberem pelo próprio trabalho ou por causa da Ordem, ou tudo o que de alguma forma ganharem como pensão, subvenção ou seguro, é adquirido para a Fraternidade.

Art. 80

§1 Na medida do possível, os trabalhos domésticos de nossas Fraternidades sejam executados pelos próprios irmãos e por todos.

§2 Se outras pessoas trabalharem para a Fraternidade, observem-se com justiça as normas do direito civil.

Art. 81

Quando o fruto do trabalho e outros recursos não forem suficientes para o sustento da Fraternidade, os irmãos recorram à mesa do Senhor e peçam esmolas com confiança, segundo as normas dos Estatutos.

Art. 82

§1 Todos os irmãos usem o dinheiro da maneira que convém a pobres e em solidária responsabilidade para com a Fraternidade, como convém a servos de Deus e seguidores da mais santa pobreza.

§2 No uso do dinheiro, os irmãos dependam inteiramente dos Ministros e Guardiães, não apenas quanto à licença a pedir, mas também quanto à fiel prestação de contas das receitas e despesas.

§3 Tendo presentes as necessidades dos pobres, os irmãos, especialmente os Ministros e os Guardiães, evitem com cuidado qualquer espécie de acumulação de bens.

I. REFLEXÃO

Historicamente, o trabalho humano tem tido diversas avaliações teológicas, filosóficas, políticas, econômicas, éticas, etc. Não é este o momento para fazer uma memória detalhada nem sequer sintética de tão variados sistemas. Baste somente recordar a diversificação entre trabalho intelectual (as artes liberais) e manual que se deu especialmente no mundo chamado ocidental e em outras latitudes próximas. Divisão que condicionou por muito tempo a estrutura social e econômica, mas que, graças à doutrina dos direitos humanos e ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia atuais, está sendo superada notavelmente, embora no campo social se continue valorizando as pessoas pelo tipo de trabalho que realizam. Se a isto acrescentarmos o valor econômico, a diferença social é muito maior; pois é cada vez mais abissal a diferença entre ricos e pobres, tanto nos países denominados do primeiro mundo em relação com os do terceiro ou quarto mundo, como também dentro de cada uma destas sociedades. Situação que se agrava, quando se leva em conta o crescente desemprego e subemprego que obrigam milhões de seres humanos das mais diversas latitudes geográficas e culturais a emigrarem a outros países em busca de melhores condições de vida.

No Antigo Testamento, o trabalho em uma primeira instancia é apresentado como uma dimensão ou propriedade da dignidade humana⁸⁵; mas, depois da transgressão moral, adquire a negatividade da fadiga⁸⁶ e inclusive a possibilidade de ser explorado injustamente por outros⁸⁷. No Novo Testamento, Paulo o apresenta como um meio para evitar a ociosidade e também para não ser um peso na comunidade⁸⁸. É Jesus quem nos oferece a melhor orientação para dar-lhe um justo valor e não sermos prisioneiros do mesmo⁸⁹. O magistério da Igreja, por sua parte, até antes do Concílio Vaticano II e a partir de uma visão marcadamente espiritualista, não traz maiores elementos para a compreensão do trabalho, que é visto como um meio de ascese e de expiação. O Vaticano II estabelece novas relações entre os homens e a natureza, e o trabalho é integrado na obra criadora e salvadora de Deus⁹⁰. O homem, segundo este, se auto-realiza à medida que se solidariza com os outros em uma relação de justiça e de amor. João Paulo II é quem desenvolve, em sua encíclica *Laborem exercens*, uma doutrina mais sistemática, ampla e coerente sobre a dignidade do trabalho humano, respeitando e valorizando a diversidade de suas expressões.

Os primeiros franciscanos não elaboraram uma teoria do trabalho. Junto com Francisco, eles se limitaram a trabalhar como os pobres de seu tempo para satisfazer suas necessidades

⁸⁵ Cf. Gn 1,31; 2,3.

⁸⁶ Cf. Gn 3,16-19.

⁸⁷ Cf. Am 5,11-12.

⁸⁸ Cf. 2Ts 3,6-8.

⁸⁹ C. Lc 9,25.

⁹⁰ Cf. GS 76.

básicas e não para incrementar a riqueza ou a glória de Assis, como propunha a carta comunal de 1210. Eram conscientes de que o trabalho é uma graça de Deus e que, além disso, os colocava em contato com os mais pobres ou marginalizados de seu tempo.

No momento, ainda não temos uma teoria sistemática do mesmo, embora seja necessária; caso contrário, correremos o risco de apoiar uma sociedade que faz do trabalho um instrumento de exploração ou uma simples mercadoria e não um meio de libertação e de realização de todas as energias do ser humano. Uma teoria franciscana sobre o trabalho nos manteria perto dos interesses dos trabalhadores que querem melhorar as condições de vida.

1. O trabalho nos escritos de Francisco

Tal como nos indicam algumas fontes, especialmente a *Regra não Bulada* e a *Regra definitiva*⁹¹, os irmãos tinham bem claro o lugar do trabalho: dentro ou fora de casa; o tipo de trabalho: o ofício que conheciam; o modo de trabalhar: constante, humilde e honesto; e sua finalidade: obter as coisas necessárias para a vida. Isto implicava que os irmãos tivessem as ferramentas adequadas para seu ofício⁹². Mas, acima da espécie de trabalho, do lugar e de seu objetivo, Francisco coloca em relevo alguns valores que devem acompanhá-lo; entre eles estão a minoridade, a humildade e a desapropriação, que lhes permitirão viver e partilhar com os mais pobres. Esta é a razão pela qual Francisco pede aos irmãos que não exerçam os ofícios de mordomos, de tesoureiros ou outros trabalhos que comportam uma forma de domínio. Com maior rigor, ele os adverte a que estejam atentos para não aceitar serviços que gerem escândalo ou prejuízo para sua alma⁹³.

Entre os trabalhos que os irmãos realizam, destacam-se o artesanal, a atenção aos enfermos, o dos diaristas, etc. A presença de irmãos clérigos na Fraternidade fez com que os ofícios se diversificassem; alguns, por exemplo, se dedicavam principalmente à pregação, à direção espiritual, às confissões, etc.

Mais tarde, o trabalho adquiriu um significado ascético-místico. Mediante este, os irmãos repeliam e afastavam a ociosidade, inimiga da alma; e deviam realizá-lo sem extinguir o espírito de oração e devoção⁹⁴. No entanto, o trabalho franciscano não se inspira nem em um radicalismo ascético nem tampouco no desejo desmedido de lucro.

É interessante fixar-se na relação entre trabalho e esmola. Nos textos indicados, Francisco considera o trabalho remunerado como primeira e principal fonte de sustento dos irmãos; somente em um segundo momento, ele fala da esmola, quando o salário diário não dá para viver⁹⁵. Esta tensão entre trabalho e esmola foi muitas vezes causa de grandes conflitos e divisões dentro da Ordem, enquanto que para Francisco não há oposição alguma, mas tão somente uma subordinação do segundo modo de subsistência ao primeiro.

⁹¹ Cf. RnB 7; RB 5.

⁹² Cf. RnB 7,9.

⁹³ Cf. RnB 7,2.

⁹⁴ Cf. RB 5,2.

⁹⁵ Cf. RnB 7,8.

Em seu Testamento⁹⁶, no final de sua vida, Francisco volta ao tema do trabalho manual e recorda ter trabalhado com suas próprias mãos e quer continuar fazendo-o. Exige de seus irmãos que quem não sabe um ofício o aprenda. Esta insistência no trabalho nos indica que a fraternidade, no ano de 1226, vivia alguma crise interna, certamente promovida por alguns irmãos intelectuais já instalados socialmente ou por irmãos que simplesmente resistiam a trabalhar. Deve-se, então, voltar a servir o Senhor como nos primeiros tempos da Fraternidade. O trabalho, deste modo, qualquer que este seja, constitui-se em um elemento central e imprescindível da espiritualidade franciscana.

2. O trabalho nas Constituições gerais

O Capítulo IV das Constituições gerais⁹⁷ resume alguns elementos precedentes e acrescenta outros aspectos importantes sobre o trabalho. Começa recordando que, como pobres de verdade e guiados pelo espírito e exemplo de São Francisco, os frades devem considerar o trabalho como um dom de Deus. Esta convicção lhes permite realizar qualquer trabalho sem nenhum afã de domínio ou de privilégio, mas somente com o desejo e a decisão de servir a todos; e possibilita que os homens e as mulheres se aproximem deles sem nenhum receio⁹⁸.

O trabalho é também considerado como uma tarefa, tanto que os irmãos devem ter o hábito do mesmo. Isto requer o empenho dos irmãos por aprender e desenvolver alguma destreza manual ou intelectual de acordo com suas capacidades peculiares e as necessidades próprias do tempo e do lugar onde vivem. Deste modo, o trabalho se transforma no meio ordinário e principal para adquirir o necessário para a vida de cada um deles. Uma atividade que deve ser exercida com honestidade, fidelidade (a partir da fé) e devoção (com toda a dedicação); e também sem colocar em perigo a salvação de sua alma⁹⁹.

As Constituições gerais, como os textos já mencionados das Regras, apresentam a mesa do Senhor como um recurso dos irmãos, mas com a condição de que “o fruto do trabalho e outros meios não sejam suficientes para o sustento da fraternidade”¹⁰⁰. Sublinham igualmente que nenhum trabalho, embora tenha sido desempenhado por longo tempo, deve ser considerado propriedade exclusiva dos irmãos. Isto lhes confere a liberdade para estarem sempre dispostos a abandonar qualquer trabalho e obra começada e para empreender novos trabalhos necessários. A desapropriação ou desprendimento, portanto, imprime um dinamismo extraordinário na vida dos irmãos que lhes permite não somente não ser prisioneiros de uma determinada atividade, mas sobretudo ser criativos e adaptar-se às novas e mutáveis culturas e épocas da história. Por isso, não existe uma diaconia específica que caracterize a espiritualidade franciscana, o que lhe possibilita estar sempre aberta para encarnar-se em qualquer situação existente¹⁰¹.

⁹⁶ Cf. Test 20-23.

⁹⁷ Cf. CCGG 76-82.

⁹⁸ Cf. CCGG 76,1.

⁹⁹ Cf. CCGG 76,2; 77,1.

¹⁰⁰ CCGG 81.

¹⁰¹ Cf. CCGG 77,2.

Levando em consideração os tempos, as regiões e as necessidades e também a liberdade dos irmãos na escolha dos trabalhos, é importante certamente que se privilegiem aquelas atividades nas quais “brilhe o testemunho da vida franciscana”, especialmente “o aspecto de solidariedade e de serviço aos pobres”¹⁰². Embora o trabalho seja a primeira fonte de subsistência, se deve igualmente cultivar a disponibilidade para prestar serviços diversos sem retribuição econômica. Esta é uma das derivações do conceito de trabalho como dom, na qual o valor da gratuidade é a melhor expressão do mesmo¹⁰³. Gratuidade que se manifesta, de uma maneira muito particular, nos trabalhos domésticos que podem ser assumidos pelos irmãos. Não se devem descuidar das leis trabalhistas, em caso de contar com os serviços de pessoas distintas da Fraternidade¹⁰⁴.

Entre os critérios para escolher trabalho, está a vida fraterna local e provincial, sem deixar de levar em consideração as faculdades de cada um. A dimensão fraterna do trabalho ajuda os irmãos a criarem e a levarem adiante projetos comuns, em que cada um assume e realiza seu trabalho em co-responsabilidade com os outros. Esta forma de trabalhar em fraternidade (equipe), além do mais, educa a consciência e o sentido do dever de que tudo o que os irmãos recebem como pensão, ajudas e seguros é da Fraternidade local e provincial¹⁰⁵. Trata-se da transparência econômica que, sem sombra de dúvida, ajuda os irmãos a amadurecerem nas relações de liberdade, confiança e serenidade.

Sobre a liceidade do uso do dinheiro, as Constituições gerais oferecem orientações muito claras e precisas. O primeiro critério é a vida dos pobres. São eles o ponto de referência fundamental com o qual os irmãos devem confrontar o estilo de vida que levam e, de uma maneira especial, o uso do dinheiro. Esta referência constante aos pobres faz com que evitemos tanto a acumulação como o desperdício de bens. É importante recordar que são precisamente os pobres, salvo raras e honrosa exceções, os que mais contribuem na manutenção dos irmãos.

O segundo princípio para o uso do dinheiro é a responsabilidade solidária com a Fraternidade. Um critério que deve levar-nos a revisar as atuais estruturas econômicas, de tal maneira que se elimine toda forma de discriminação que possa dar-se entre irmãos ricos e pobres ou Fraternidades ricas e pobres, tanto dentro de uma mesma Entidade como dentro da Ordem. O uso do dinheiro, por conseguinte, exige uma transparente administração e uma oportuna e detalhada prestação de contas às autoridades competentes¹⁰⁶.

3. Algumas considerações

A partir dos textos precedentes descobre-se que o trabalho, como dom e tarefa, nos coloca em relação com Deus, com os irmãos, com os membros da sociedade, com a natureza e com nós mesmos. Se despojarmos o trabalho desta dimensão relacional, o feriremos de morte ou o transformaremos em um mero instrumento de domínio, de

¹⁰² CCGG 78,1.

¹⁰³ Cf. CCGG 78,2.

¹⁰⁴ Cf. CCGG 80,1-2.

¹⁰⁵ Cf. CCGG 79,1-2.

¹⁰⁶ Cf. CCGG 82,1-3.

exploração e acumulação, como acontece nas sociedades, nas quais o lucro continua sendo um valor absoluto. Esta visão, além disso, nos ajuda a superar o conceito de trabalho como castigo ou carga penosa que se deve suportar por culpa de alguma falta moral ou legal cometida.

O trabalho, portanto, a partir da perspectiva franciscana, além de ser um meio para satisfazer as necessidades básicas das pessoas e da Fraternidade, é também o caminho mais indicado para desenvolver e realizar as distintas capacidades individuais e fraternas. Através do trabalho, o ser humano e os grupos crescem e realizam-se. Nele entram em jogo a liberdade, a inteligência, a imaginação, a vontade, etc. De fato, Francisco e seus primeiros companheiros descobriram o sentido de suas próprias vidas e o sentido do movimento franciscano no trabalho, tanto que fizeram dele um critério de discernimento, tal como podemos apreciar, por exemplo, quando restauravam as capelas e atendiam os pobres.

Mas o trabalho franciscano, ao entrar em contato com os pobres, se transforma igualmente em um serviço à sociedade. Assume uma dimensão social animada e acompanhada de certos valores éticos e espirituais como, por exemplo, a justiça distributiva e retributiva, a igualdade de possibilidades, o respeito às iniciativas particulares, a solidariedade com os mais fracos, a desapropriação de toda atividade, a colaboração fraterna, a gratuidade e a generosidade no serviço, etc. A partir deste horizonte de compreensão, o trabalho franciscano está chamado a impedir que as novas realidades sociais, como a globalização econômica, financeira e social, violem a dignidade do homem e da mulher, a sanar as situações injustas, a enfrentar os desequilíbrios sociais e a salvaguardar as distintas culturas, respeitando os diferentes modelos de desenvolvimento econômicos e políticos.

Nossa tarefa principal, como irmãos menores, não a de é criar e sustentar frentes de trabalho. No entanto, podemos contribuir com o mundo dos trabalhadores, colocando a seu serviço nossas obras sociais e pastorais, sem por isso fomentar outras formas de dependência trabalhista. É necessário ter presente que compete aos trabalhadores incidir, a partir de suas organizações, na legislação trabalhista dos Estados, para que não continuem considerando o trabalho e a economia como elementos isolados da política e dos aspectos sociais como a saúde, a educação, a comunicação, a qualidade de vida, etc.

A partir de uma visão franciscana, igualmente, o trabalho (científico, artístico, artesanal, empresarial, industrial, etc.) nos coloca numa direta e estreita relação com o Criador. Da ótica da obra salvífica de Jesus, toda atividade de trabalho se transforma no meio mais propício para construir um mundo mais fraterno, como sinal privilegiado do Reino de Deus entre nós.

Contar com a graça de trabalhar para o franciscano de hoje, por conseguinte, não é outra coisa que partilhar os sonhos de Deus e dos mais pobres que somente buscam uma vida mais humana, justa e solidária para todos. Assim o trabalho nos permite a nós, frades menores, viver com dignidade, realizar-nos como pessoas e em fraternidade, contribuir na construção de uma sociedade mais justa, responsabilizar-nos pela natureza física na qual nos movemos e, sobretudo, colaborar com o Senhor da história em sua missão criadora e salvadora.

II. EXPERIÊNCIAS

O conceito de trabalho como graça e empenho ético, desenvolvido precedentemente brota da consciência de nossa pobreza radical; situação que, por um lado, nos faz compreender que todos os dons físicos, psíquicos, morais e intelectuais recebemos de Deus; e, por outro lado, coloca às claras a enorme responsabilidade que temos para desenvolver-nos harmoniosamente¹⁰⁷.

Como muito bem nos indicam as Constituições¹⁰⁸, todo trabalho intelectual, artístico, técnico, doméstico, pastoral, administrativo, social, fraterno, etc., é inseparável dos grandes valores de nossa espiritualidade. Entre eles aparecem com toda a sua força e dinamismo: *o espírito de oração e devoção*, que dá sentido e orientação ao que fazemos; *a fraternidade*, como critério claro e imprescindível da escolha e execução de uma atividade; *a minoridade e humildade*, que eliminam toda forma de poder; *a liberdade*, que nos permite desapropriar-nos de lugares e obras e empreender novos trabalhos; *a gratuidade*, que se opõe a todo desejo de enriquecimento e acumulação; *a solidariedade com os mais pobres*, que nos torna mais sensíveis às suas necessidades; *a justiça* com os trabalhadores, que nos afasta de toda forma de exploração; e *a honestidade* no modo de trabalhar e no uso fraterno do dinheiro.

Este conjunto de valores faz com que o trabalho franciscano não seja somente “o ordinário e principal” meio de subsistência dos irmãos, mas também o caminho habitual para a realização de todas as suas capacidades, como igualmente um serviço gratuito e solidário que se oferece principalmente aos pobres para a construção de um mundo social e físico mais humano e fraterno, como sinal de presença do Reino dos Céus entre nós.

Apresentamos três experiências de trabalhar com fidelidade e devoção. A primeira refere-se ao trabalho doméstico que os irmãos realizam no Vietnã; a segunda, ao trabalho de solidariedade com os mais pobres que realizam os irmãos de Valladolid, Espanha; e a terceira, a experiência de trabalho da fraternidade em um cenário educativo em Mar del Plata, Argentina. Nas três experiências, o trabalho é considerado como um meio para viver com dignidade, formar-se harmoniosamente, servir os mais pobres e para anunciar o Reino dos Céus a partir da vida cotidiana.

1. Trabalho doméstico no Vietnã

No Vietnã, acolhemos a graça do trabalho como um meio de subsistência, de formação e de evangelização. Entre as diversas experiências, apresentamos principalmente a da Casa de noviciado de Du Sinh, Diocese de Dalat, nos altiplanos da parte meridional do Vietnã central. A Fraternidade de São Boaventura consta de duas entidades: a Fraternidade de professos com cinco sacerdotes, um diácono e três irmãos leigos; e a do noviciado, com um número variável de noviços (de oito a doze cada ano). Ambas as Fraternidades partilham a vida de oração, as celebrações litúrgicas, as refeições e a recreação.

¹⁰⁷ Cf. CCGG 127,2.

¹⁰⁸ Cf. CCGG 76-82.

A Fraternidade atende a Paróquia e oferece outros serviços pastorais, como assistência à OFS e às religiosas e religiosos, a pregação e as confissões. A Fraternidade também sustenta o noviciado, tanto espiritual como materialmente. Desde 1990, a Fraternidade administra um viveiro de flores de 14.000 m², chamado *Viveiro Franciscano das Flores* (The Franciscan Flower Farm). Está dotado de um bom laboratório com grande variedade de sementes que produzem flores de ótima qualidade. As sementes são muito apreciadas pelas pessoas do lugar. Nós, irmãos, damos trabalho para 56 dependentes, dos quais 45 são mulheres. Entre os homens que trabalham há três frades. O Guardiã do convento é o representante legal, embora um irmão leigo seja o verdadeiro administrador. Desejamos promover o que a doutrina social da Igreja afirma sobre o valor do trabalho, a dignidade e os direitos dos trabalhadores. Enquanto produzimos plantas e flores para a venda, tentamos semear e cultivar o espírito franciscano através da presença dos irmãos e de alguns membros da OFS. Periodicamente, um irmão tem um encontro com os operários sobre a vida e o espírito de São Francisco. As entradas da floricultura permitem-nos:

- * Pagar os operários e seu seguro social.

- * Assegurar 60% da manutenção da Fraternidade e do noviciado (os outros 40% são cobertos com estipêndios de missas).

- * Subvencionar 40% das necessidades do Fundo Provincial para a Formação e a Evangelização e 10% do Fundo Diocesano para a Evangelização.

A vida do noviciado gira em torno das três atividades: *oração, estudo e trabalho manual*. Os noviços trabalham de manhã, de 8:30 a 11:00 h; e cultivam flores européias e orquídeas vietnamitas para a venda em uma área de 1.000 m²; cultivam verduras para nossa refeição, cozinham para a comunidade e assumem os trabalhos domésticos. No domingo, realizam algum trabalho social e pastoral (visitam os enfermos, os pobres, etc.). Cinco aspirantes trabalham meia jornada em um viveiro. O salário cobre os gastos pessoais e os estudos. Os postulantes da Fraternidade de São Maximiliano Kolbe, de Binh Gia, Diocese de Ba-Ria, seguem um projeto formativo parecido. Ali, cultivam plantas de café e pimenta em dois hectares de terreno. De modo que frades e postulantes são economicamente auto-suficientes. Outras duas Fraternidades empreenderam a graça do trabalho. A Fraternidade de Nossa Senhor dos Anjos, em Culao-Gieng, Diocese de Long Xuyen, no delta do Mekong, mantém-se graças a uma piscicultura, a umas vacas e arrozais. A Fraternidade de São José Operário, em Song Renella, Diocese de Phu Cuog, está construindo uma plantação de 30 hectares de seringueira e de árvores frutíferas.

Nossa Província está muito satisfeita com estas experiências, em um país em que 75% da população vivem da agricultura.

2. Trabalho solidário com os pobres na Espanha

Trata-se de uma pequena Fraternidade da Província franciscana de Nossa Senhora de Aranzazú, situada nas periferias da cidade de Valladolid, Espanha, na zona Leste, no bairro de "Pajarillos". Um bairro que foi construído para albergar os trabalhadores que chegavam a esta cidade nos anos da industrialização, dos anos 60 aos anos 70, e por muito tempo este

bairro tem sido um dos pontos mais “quentes” do tráfico de drogas da cidade e inclusive da região.

A Fraternidade vive em uma das casas deste bairro desde 1995, e somos quatro irmãos que a compõem, dois desde o começo e outros que têm variado. Nós irmãos, colaboramos sempre com as associações ou grupos que já dão assistência e trabalham pelo bairro. Não criamos plataformas próprias; somente tentamos estabelecer as relações mais igualitárias possíveis.

Nossa vida se assenta sobre quatro eixos: a centralidade da experiência de Deus, a vida de fraternidade, a minoridade e a tarefa evangelizadora. Desejamos que os quatro eixos se desenvolvam de uma forma integrada. Durante estes anos, temos trabalhado em diferentes lugares. Nosso trabalho depende de muitas coisas: das capacidades e inquietudes e das demandas e possibilidades do entorno. Nossos critérios têm sido: discernir comunitariamente os possíveis trabalhos a desempenhar; entrar em contato com as pessoas em situações de precariedade; não ter obras próprias (colégios, paróquias, obras sociais...) nem ocupar postos de direção; que cada irmão se dedique ao que se sinta mais vocacionado, embora o que predomina seja a tarefa de tipo social; combinar o trabalho remunerado e o voluntariado; uso solidário do dinheiro que recebemos (o que necessitamos para viver, o resto passa ao “fundo solidário”); e compaginar as tarefas sociais locais com as de tipo pastoral (animação de grupos de jovens, acompanhamento pessoal) e provinciais (somos vários irmãos que estamos presentes em comissões provinciais, e um dos irmãos é Definidor provincial).

Atualmente, nossos trabalhos são estes: um irmão está habitualmente presente na associação de vizinhos do bairro. Seu trabalho é o de colaborar com o resto de vizinhos na melhoria das condições de vida das pessoas do bairro, em buscar conjuntamente soluções para os problemas, na prevenção, etc. Embora seja ele quem dedique mais tempo e energia, a Fraternidade como tal assume e participa desta tarefa. Esse mesmo irmão trabalha em uma rede de atenção a pessoas imigrantes. A rede está formada pelas diversas iniciativas que as congregações religiosas realizam na cidade com o tema da imigração (Café-Calor, apoio escolar, residência provisória, assessoria trabalhista e jurídica, aulas de espanhol...). A missão deste irmão é cuidar para que os diversos recursos funcionem coordenadamente. Outro irmão presta serviço a esta rede todas as manhãs como advogado voluntário. Pela tarde, trabalha mediante remuneração em um programa da Cruz Vermelha de tele-assistência para pessoas maiores. Um terceiro é assistente social em dois bairros de Valladolid. Está contratado por meia jornada pela Caritas e trabalha com famílias, muitas delas de etnia cigana. Este mesmo irmão faz parte da equipe reitora do Centro pela Paz de Aranzazú. O quarto dedica-se à pregação: retiros, exercícios espirituais, cursos, etc.

Para nós, este tipo de trabalho é muito importante. É nossa fonte de entradas; além disso, supõe um modo de estar na sociedade; abre-nos a um tipo concreto de relações, permite o desenvolvimento de nossas capacidades, é uma maneira de transformar a realidade e de colaborar para que o Reino vá adiante. Mas também o trabalho tem sido para nós um lugar em que experimentamos conflitos, injustiças e pesar. Tudo isso nos obrigou a um maior realismo, a apoiar-nos e a estreitar nossos laços fraternos. Temos tido que purificar muitas das fontes que alimentam nossas motivações. Pouco a pouco vamos aprendendo a ser um pouco mais os menores em nossos trabalhos; a receber o que nos chega do trabalho: umas vezes, gratificação, outras, asperezas. O trabalho, finalmente, está

sendo para nós um “lugar de encontro”. Temos percorrido trajetos com pessoas muito fraturadas, e isso acabou por tocar-nos, por fazer-nos perceber nestas pessoas a presença de um Deus que misteriosamente sustenta estas vidas quebradas e as olha com especial carinho. Temo-nos sentido, um pouco mais, pequenas e imperfeitas peças da grande obra de Deus.

3. Trabalho em ambiente educativo na Argentina

Nossa Fraternidade do Mar del Plata, na Argentina, é formada por três irmãos; trabalhamos em uma paróquia e dirigimos dois colégios com 2.450 alunos e alunas. Um destes, o *Fr. Esquíu*, se encontra em uma região de classe média, enquanto o outro, o *San Miguel*, em um bairro de famílias com escassas possibilidades.

Nosso trabalho compreende dois aspectos, o pastoral e o administrativo. Em ambos os colégios, contamos com a colaboração dos leigos.

Aspecto pastoral

Nós, irmãos, cremos nesta dimensão de nossa vida. Para levarmos adiante esta dimensão, insistimos em nossa presença periódica nas salas de aula e na disponibilidade para dialogar com alunas e alunos, nos encontros formativos com os funcionários, na participação em retiros, nos acampamentos, nas excursões, nas atividades solidárias, etc. Em tudo isto, seguimos o “Plano Pastoral Provincial”, que implica alunos, funcionários e pais. Uma Coordenadora para os colégios, junto com os frades, anima a formação de catequistas e o desenvolvimento do plano de pastoral.

Os colégios participam da paróquia em diversas atividades solidárias (além das celebrações litúrgicas dominicais e das festas da Igreja e da Ordem): preparamos e levamos comida às pessoas que vivem na rua; oferecemos apoio escolar a meninos e meninas do bairro, carentes de ajuda; organizamos uma missão de 15 dias durante as férias de inverno nas comunidades indígenas (as mais excluídas de nossa sociedade), na qual participaram três frades, dois pais de alunos, docentes e alunos, com pré-missão em um dos bairros da periferia da cidade. Os gastos da missão são cobertos com o trabalho dos participantes, que preparam comida para vender às famílias.

Outra atividade importante de nossa Fraternidade é a organização da “Marcha pelos direitos da Criança” todo dia 4 de outubro, animada pelos próprios alunos que reclamam pacificamente seus direitos pelas ruas da cidade. Convidamos todos os colégios da cidade para este acontecimento. As reivindicações apresentam-se em expressões artísticas, cartazes, cantos, etc.

Ambos os colégios se responsabilizam por todas estas atividades, promovendo assim a integração de famílias de diferente nível sócio-cultural.

Aspecto administrativo

O representante legal é um dos frades, que partilha a responsabilidade com um leigo. Mas as decisões importantes são tomadas de comum acordo com a coordenadora, como, por exemplo, a contratação de funcionários.

Gostaríamos de sublinhar que o trabalho da Fraternidade se orienta a promover, no âmbito educativo, a co-responsabilidade leiga na evangelização, procurando priorizar os grupos mais indefesos e empobrecidos (crianças, anciãos, indígenas, gente da rua) como primeiros destinatários da Boa Notícia.

Nesta atividade educativa, privilegiamos alguns valores de nossa espiritualidade, como a fraternidade (trabalho em equipe com frades e leigos), a minoridade, especialmente com os marginalizados socialmente, a co-responsabilidade, a gratuidade e a alegria.

III. ATUALIZAÇÃO

Para a formação pessoal

Selecione um dos textos para meditá-lo e aplicá-lo à sua realidade. Você pode também guiar-se pelas perguntas seguintes:

* O trabalho que realizo atualmente expressa as aspirações de minha vida como pessoa e frade menor? Que trabalhos se identificam mais com minha personalidade? Em que campos eu poderia desenvolver melhor minhas capacidades físicas, psíquicas, morais e espirituais?

* Para evitar o ativismo como uma fuga de mim mesmo, de Deus e dos outros, como integro a graça de trabalhar em meu projeto de vida com os outros valores da espiritualidade: o espírito de oração e devoção, a fraternidade, a minoridade, a vida de pobreza, a evangelização?

* Quanto tempo do dia dedico ao trabalho?

* Qual é a finalidade principal que dou ao meu trabalho cotidiano?

* Quando a obediência me muda de lugar ou de trabalho, qual é a minha reação?

Para os encontros de Fraternidade

Estes encontros fraternos (locais, regionais ou provinciais) podem desenvolver-se em três momentos: iniciar com a leitura orante da Palavra, continuar com a revisão de vida e concluir com algum gesto, um sinal e uma oração. Eis aqui algumas sugestões:

A. Leitura orante da Palavra

1. Entretanto, os discípulos insistiam, dizendo-lhe: “Rabbi, come”. Mas ele lhes disse: “Eu tenho para comer um alimento que vós não conheceis”. Os discípulos diziam uns aos outros: “Terá alguém trazido algo de comer?”. Disse-lhes Jesus: “Meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou e realizar sua obra” (Jo 4,31-34).

2. O homem foi dizer aos judeus que era Jesus que o havia curado. Por isso, os judeus perseguiram a Jesus, porque fazia estas coisas em dia de sábado. Mas Jesus replicou-lhes: “Meu Pai trabalha até agora, e eu também trabalho” (Jo 5,15-17).

3. Viu, ao passar, um cego de nascença. Perguntaram-lhe seus discípulos: “Mestre, quem pecou, ele ou seus pais, para que nascesse cego?”. Respondeu Jesus: “Nem ele pecou nem seus pais; é para que se manifestem nele as obras de Deus. Temos que trabalhar nas obras daquele que me enviou enquanto é dia; chega a noite, quando ninguém pode trabalhar. Enquanto estou no mundo, sou a luz do mundo” (Jo 9,1-5).

Revisão de vida

- * Leitura pessoal do tema.
- * Oração e canto
- * Leitura de algum texto bíblico, eclesial ou franciscano ou do que o Moderador indicar.
- * Apresentação do tema (idéias principais da reflexão proposta, leitura de uma das experiências, etc.).
- * Diálogo fraterno:
 - Que *importância* damos ao trabalho em nossa vida diária? Quanto tempo lhe dedicamos?
 - Que *valores* da espiritualidade franciscana privilegiamos na escolha e no serviço de nossos trabalhos pessoais e comunitários?
 - Qual é a *principal finalidade* de nosso trabalho: a subsistência, a realização pessoal e comunitária, o serviço gratuito, a formação, a evangelização, etc.?
 - A pessoa, geralmente em nossa sociedade é valorizada pelo trabalho que realiza, e isto é mais evidente quando se acrescenta um salário desigual. Como se vive este critério em nossas Fraternidades? Como o tipo de trabalho afeta as relações entre irmãos leigos e irmãos clérigos? Já foi superada a divisão entre trabalho intelectual e manual como formas de discriminação social?
 - Em várias partes do mundo, as crianças e os jovens são forçados a trabalhar desde tenra idade e, muitas vezes, em situações desumanas. Que fazemos para sensibilizar-nos diante destas realidades e para buscar espaços em que crianças e jovens possam crescer dignamente?
 - Uma das razões da migração no mundo é a falta de trabalho. Que oferecemos como Fraternidade não tanto para criar fontes de trabalho, mas para acompanhar espiritualmente os que abandonam família ou casa?
 - Conclusões e compromissos concretos.

C. Gestos e sinais para trabalhar com fidelidade e devoção

Cada Fraternidade local deve buscar um gesto concreto e um sinal que a ajude a evidenciar seu compromisso de trabalhar tanto em casa como com os pobres. Por exemplo:

* Organizar a vida interna da Fraternidade de tal modo que os irmãos participem dos trabalhos domésticos (limpeza, ornamentação).

* Apoiar o fortalecimento ou a criação de fontes de trabalho junto com outros organismos do lugar onde vivem.

* Promover o conhecimento e o respeito dos direitos dos trabalhadores com o fim de eliminar toda forma de exploração, especialmente das crianças e dos jovens.

D. Oração

Senhor, junto com a graça de trabalhar, concedei-nos estes dons:

o espírito de oração e devoção

para comprometermo-nos com mais entusiasmo em vossa obra criadora;

a fraternidade

para discernirmos e realizarmos juntos nossos serviços;

a minoridade e a humildade

para superarmos toda forma de temor e de dominação;

a liberdade

para não nos apropriarmos de obras e emprendermos novos trabalhos;

a gratuidade

para apagarmos todo desejo de enriquecimento e acumulação;

a solidariedade

para sensibilizarmo-nos e trabalharmos junto com os pobres;

a justiça

para abandonarmos toda forma de exploração;

a honestidade

para usarmos pobre e fraternalmente os bens.

Senhor, que através de nosso trabalho

vos restituamos nos pobres

todos os bens que recebemos de vós. Amém.

PARA APROFUNDAR

Palavra de Deus

1. Quando deres algo [aos pobres], não dêis com má vontade, pois, em resposta a este gesto, Yahweh teu Deus te abençoará em todo teu trabalho, em todo empreendimento da tua mão (Dt 15,10).

2. Do trabalho de tuas mãos comerás, tranquilo e feliz (Sl 128,2).

3. Ainda vos lembrais, meus irmãos, dos nossos trabalhos e fadigas. Trabalhamos de noite e de dia, para não sermos pesados a nenhum de vós. Foi assim que pregamos o Evangelho de Deus (1Ts 2,9).

4. Assim, irmãos bem-amados, sede firmes, inabaláveis, fazei incessantes progressos na obra do Senhor, cientes de que a vossa fadiga não é vã no Senhor (1Cor 15,58).

5. Dou graças ao meu Deus todas as vezes que me lembro de vós, e sempre em todas as minhas súplicas oro por todos vós com alegria, pela vossa participação no Evangelho desde o primeiro dia até agora, e tenho certeza de que aquele que começou em vós a boa obra há de levá-la à perfeição até o dia de Cristo Jesus (Fl 1,3-6).

6. Quando estávamos entre vós, já vos demos esta ordem: quem não quiser trabalhar também não há de comer. Ora, ouvimos dizer que alguns dentre vós levam vida à-toa, muito atarefados sem nada fazer (2Ts 3,10-11).

Documentos da Igreja

1. A Igreja está convencida de que o trabalho constitui uma dimensão fundamental da existência do homem na terra. Ela se confirma nesta convicção, considerando também todo o patrimônio das diversas ciências dedicadas ao estudo do homem: a antropologia, a paleontologia, a história, a sociologia, a psicologia, etc.; todas parecem testemunhar, de maneira irrefutável, esta realidade. A Igreja, no entanto, tira esta convicção sobretudo da fonte da Palavra de Deus revelada, e, por isso, o que é *uma convicção da inteligência* adquire ao mesmo tempo o caráter de *uma convicção de fé* (LE 4).

2. Para realizar a justiça social nas diversas partes do mundo, nos distintos Países e nas relações entre eles, são sempre necessários novos *movimentos de solidariedade* dos homens do trabalho e de *solidariedade* com os homens do trabalho. Esta solidariedade deve estar sempre presente lá onde o requer a degradação social do sujeito do trabalho, a exploração dos trabalhadores e as crescentes áreas de miséria e, inclusive, de fome (LE 8).

3. A fadiga é um fato universalmente conhecido. Todos o sabem: os homens do trabalho manual, os agricultores, os mineiros, os siderúrgicos, os que trabalham no setor da construção, os homens vinculados à mesa do trabalho intelectual, os cientistas, os que têm a grande responsabilidade de decisões, os médicos e os enfermeiros, as mulheres, enfim, todos os homens do trabalho. Não obstante, com toda esta fadiga – e talvez em certo sentido devido a ela – o trabalho é um bem do homem (LE 9).

4. O *trabalho humano* procede diretamente de pessoas criadas à imagem de Deus e chamadas a prolongar, unidas e para mútuo benefício, a obra da criação, dominando a terra. O trabalho é, portanto, um dever: Se alguém não quer trabalhar, não coma. O trabalho honra os dons do Criador e os talentos recebidos (CIC 2427).

5. No trabalho, a pessoa exerce e aplica uma parte das capacidades inscritas em sua natureza. O valor primordial do trabalho pertence ao próprio homem, que é seu autor e seu destinatário. O trabalho é para o homem, e não o homem para o trabalho. Cada um deve poder tirar do trabalho os meios para sustentar sua vida e a dos seus e para prestar serviços à comunidade humana (CIC 2428).

6. O *acesso ao trabalho* e à profissão deve estar aberto a todos sem discriminação injusta, a homens e mulheres, a sãos e deficientes, a autóctones e imigrados. Consideradas as circunstâncias, a sociedade deve, por sua parte, ajudar os cidadãos a conseguirem um trabalho e um emprego (CIC 2433).

Textos franciscanos

1. Aqueles irmãos aos quais o Senhor deu a graça de trabalhar trabalhem fiel e devotamente, de modo que, afastado o ócio que é inimigo da alma, não extingam o espírito da santa oração e devoção, ao qual devem servir as demais coisas temporais (RB 5,1-2).

2. E eu trabalhava com as minhas mãos e quero trabalhar; e quero firmemente que todos os outros irmãos trabalhem num ofício que convenha à honestidade. Os que não sabem trabalhar aprendam, não pelo desejo de receber o salário do trabalho, mas por causa do exemplo e para afastar a ociosidade. E quando não nos for dado o salário, recorramos à mesa do Senhor, pedindo esmolas de porta em porta (Test 20-22).

Formamo-nos continuamente para trabalhar com fidelidade e devoção

1. Os frades menores testemunhem diante do mundo a Cristo pobre e humilde com uma vida verdadeiramente pobre no uso dos bens e trabalhem fiel e devotamente, com alegria e gratidão, sabendo que tudo é dom de Deus.

Como São Francisco, o frade menor trabalha de boa vontade com suas próprias mãos para edificar o Reino de Deus, para sustentar a fraternidade e para partilhar o que tem com os pobres e os necessitados (RFF 24).

2. Além disso, os irmãos e os candidatos devem formar-se em uma espiritualidade de comunhão que favoreça neles a capacidade de:

* Viverem uma co-participação efetiva dos dons que cada um recebeu do Senhor e colocarem em comum com os irmãos;

* Serem solidários com os que se encontram em verdadeira necessidade e tornarem os pobres participantes de seus bens;

* Formarem-se para o sentido do trabalho – manual e intelectual – assíduo e sério;

* Viverem *sine proprio*, sentindo-se responsáveis pela casa, mas sem apropriarem-se dela;

* Serem transparentes na gestão dos bens econômicos e confiarem realmente na Providência (RFF 81).

3. A formação profissional tende à aquisição, durante a formação inicial e permanente, de uma competência manual, técnica, artística e científica que permita ao irmão menor viver sua missão, exercendo um ofício ou uma atividade qualificada na sociedade, na Igreja e na Ordem (RFF 229).

ÍNDICE

Apresentação

Abreviações

Introdução

1. Ser Menores

2. Promotores de justiça e de paz

3. Guardiães da Criação

4. Não se apropriem de nada

5. Pobres entre os pobres

6. Trabalhem com fidelidade e devoção